



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E
MEIO AMBIENTE**



NÍVEL MESTRADO

RENATA MARIA DE ALMEIDA SAMPAIO

**(IN)SUSTENTABILIDADE DAS POLÍTICAS TERRITORIAIS NA
MICRORREGIÃO DE ESTÂNCIA/SE – uma análise com indicadores socioambientais**

São Cristóvão - Sergipe
2015



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DESENVOLVIMENTO E
MEIO AMBIENTE**



RENATA MARIA DE ALMEIDA SAMPAIO

**(IN)SUSTENTABILIDADE DAS POLÍTICAS TERRITORIAIS NA
MICRORREGIÃO DE ESTÂNCIA/SE - uma análise com indicadores socioambientais**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a conclusão do curso de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

ORIENTADORA:
Prof^a. Dr^a. Rosemeri Melo e Souza

São Cristóvão - Sergipe
2015

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S192i Sampaio, Renata Maria de Almeida
(In)sustentabilidade das políticas territoriais na microregião de Estância/SE : uma análise com indicadores socioambientais / Renata Maria de Almeida Sampaio ; orientadora Rosemeri Melo e Souza. – Aracaju, 2015.
110 f. : il.

Dissertação (mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente)– Universidade Federal de Sergipe, 2015.

1. Sustentabilidade. 2. Política ambiental. 3. Indicadores sociais. I. Souza, Rosemeri Melo e, orient. II. Título.

CDU 502.131.1(813.7)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DESENVOLVIMENTO E
MEIO AMBIENTE



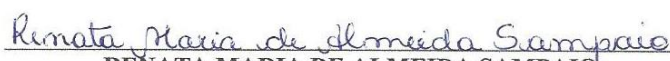
**(IN)SUSTENTABILIDADE DAS POLÍTICAS TERRITORIAIS NA
MICRORREGIÃO DE ESTÂNCIA/SE - uma análise com indicadores
socioambientais**

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada em 22 de Maio de 2015 por:


PROFA. DRA. ROSEMERI MELO E SOUZA
Orientadora – PRODEMA/UFS


PROFA. DRA. ANÉZIA MARIA FONSECA BARBOSA
Membro Externo – CODAP/UFS

PROFA. DRA. MARIA JOSE NASCIMENTO SOARES
Membro Interno – PRODEMA/UFS


RENATA MARIA DE ALMEIDA SAMPAIO
Mestranda – PRODEMA/UFS

Cidade Universitária, Prof. José Aloísio de Campos
São Cristóvão, 2015.

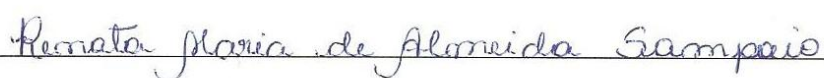
Este exemplar corresponde à versão final da dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, concluído no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA da Universidade Federal de Sergipe - UFS.

A handwritten signature in blue ink, reading "Rosemeri Melo e Souza", is positioned above a horizontal line.

Profa. Dra. Rosemeri Melo e Souza

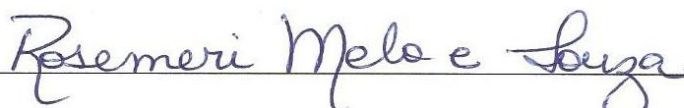
Orientadora

É concedido ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA, da Universidade Federal de Sergipe - UFS, responsável pelo mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, permissão para disponibilizar, reproduzir essa dissertação e emprestar ou vender cópias.



Renata Maria de Almeida Sampaio

PRODEMA/UFS



Profa. Dra. Rosemeri Melo e Souza

Orientadora

Dedico

Aos meus pais, alicerce e inspiração.

São bençãos de Deus em minha vida.

Os amo imensamente.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, Senhor das nossas vidas que permitiu a realização desse estudo, e não somente nestes anos como mestranda, mas em todo o percurso acadêmico, em que pude construir uma trajetória delineada por Seus planos. Ele é nosso Mestre maior!

Aos meus familiares, que forneceram apoio e incentivo desde o início da caminhada acadêmica até o momento da conclusão do curso de mestrado, cuja ansiedade inquietava e provocava o desejo de sentir o acolhimento que somente o seio familiar pode proporcionar, são eles: Renato Ramos Sampaio - pai, Rita Souza de Almeida Sampaio - mãe, Hosana Maria de Almeida Sampaio - irmã, Luiz Renato Sampaio Santos – sobrinho; Sou grata por tê-los ao meu lado, família agraciada por Deus.

As minhas amigas de longa data, Antomíria, Elizabeth, Irlane, Jaqueline (tia Romi) e Laís, que me proporcionaram momentos prazerosos de passeios em família, oportunas terapias de conversa e troca de vivências que tornaram os momentos de tensão mais leves e efêmeros.

Ao professor Edilson, que sempre estimulou com contentamento a busca que sempre travei para lograr êxito na formação acadêmica pretendida.

A Eline Almeida, amiga dedicada, acolhedora, rara e de inestimável valor, pelo incentivo em perseverar e auxílio nos momentos necessários; quero que saiba o quanto sua amizade foi importante para continuar neste caminho de escolhas, de crescimento.

Aos novos amigos, que pude conhecer e reencontrar, Ana Paula – amiga solidária e gentil, Sara Juliana – geógrafa intensa e apaixonada pelo que faz, Fernanda – parceira de trabalhos e viagens, Simone, Manu, dentre outros; agradeço pelo que trouxeram de bom a mim e aos meus estudos.

Aos amigos do grupo de pesquisa GEOPLAN, pelo aprendizado da convivência nos momentos de estudo e troca de conhecimentos, entre os quais, Douglas e Gabi, pelo auxílio e gentileza dispensados nesse caminho árduo e de aprendizados profundos e Felipe Pessoa de Melo, pelo valoroso suporte cartográfico, num ensinamento comprometido e paciente. As professoras doutoras Anézia e Socorro, integrantes desse grupo de pesquisa, pelas contribuições fornecidas e comprometimento com o saber.

Aos meus professores, em especial, a estimada Prof^a Rose, orientadora e entusiasta, pelas valiosas sugestões e atenção dispensada em todos os processos do estudo. Saiba que suas palavras de apoio foram essenciais para que eu pudesse reconstruir a confiança no desenvolvimento do trabalho, principalmente, confiar no meu potencial de geógrafa e pesquisadora. Prof^a Rose, seu olhar assertivo e, principalmente, sua humanidade, fizeram-me vislumbrar um horizonte superior, centrado na segurança do mérito e ética aqui presentes.

A este programa de pós-graduação, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a ampliação do olhar pesquisador por meio da abordagem interdisciplinar.

Aos demais que fizeram parte desse caminho e não foram citados nessas singelas linhas, minha gratidão e respeito.

*Já se pode ver ao longe
A senhora com a lata na cabeça
Equilibrando a lata vesga
Mais do que o corpo dita
Que faz o equilíbrio cego
A lata não mostra
O corpo que entorta
Pra lata ficar reta
Pra cada braço uma força
De força não geme uma nota
A lata só cerca, não leva
A água na estrada morta
E a força nunca seca
Pra vida que é tão pouca”*

A Força Que Nunca Seca, música de Chico Cesar e Vanessa da Mata

RESUMO

(IN)SUSTENTABILIDADE DAS POLÍTICAS TERRITORIAIS NA MICRORREGIÃO DE ESTÂNCIA/SE - uma análise com indicadores socioambientais

Um dos principais desafios das políticas públicas diz respeito à necessidade de fazer com que as atividades produtivas contribuam efetivamente para o aperfeiçoamento das condições de vida da população e protejam o patrimônio biogenético a ser transmitido às gerações futuras. Por conseguinte, tais discussões foram analisadas mediante recurso de indicadores socioambientais visando analisar a (in)sustentabilidade das políticas territoriais na microrregião de Estância, Sergipe. A análise proposta realizou-se de acordo com a seleção de indicadores socioambientais que apontaram as dimensões socioinstitucional, ambiental e espacial. Os indicadores foram verificados a partir do uso de informações secundárias, oferecendo condições para uma análise em conjunto, apontada pelos indicadores, do progresso geral em direção à sustentabilidade. A pesquisa revelou a necessidade de estabelecer caminhos aos interessados em desenvolver melhorias nos municípios da microrregião de Estância, devido às demandas ainda não atendidas de modo satisfatório face aos resultados das políticas instaladas neste território. De acordo com os resultados apresentados para a dimensão socioinstitucional, as variáveis relacionadas à Educação e Vulnerabilidade Social podem ser destacadas como as de valores mais negativos na escala de desempenho, com porcentagens expressivas no que concerne à população vulnerável à pobreza, em todos os municípios estudados.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Políticas Territoriais, Indicadores.

ABSTRACT

(IN) SUSTAINABILITY OF REGIONAL POLICY IN RESORT micro / SE - an analysis with social and environmental indicators

A key challenge for public policy is the need to make productive activities effectively contribute to the improvement of living conditions of the population and protect the biogenetic heritage to be passed on to future generations. Therefore, such discussions were analyzed by socio-environmental indicators feature aimed at analyzing the (un) sustainability of territorial policies in the micro resort, Sergipe. The proposed analysis was carried out according to the selection of environmental indicators that showed the socio-institutional, environmental and spatial dimensions. The indicators were verified from the use of secondary information, providing conditions for an analysis jointly appointed by indicators of overall progress towards sustainability. The survey revealed the need to establish paths for those interested in developing improvements in the municipalities of Estancia micro due to demands unmet satisfactorily having regard to the results of the policies installed in this territory. According to the results presented to the socio-institutional dimension, the variables related to Education and Social Vulnerability can be highlighted as the most negative values in the performance scale, with significant percentages with regard to vulnerable poverty population in all municipalities studied .

Keywords: Sustainability, Territorial Policies, Indicators.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| FIGURA 1- REPRESENTAÇÃO ILUSTRATIVA DO OBJETO DE ESTUDO | 22 |
| FIGURA 2- LOCALIZAÇÃO DA MICRORREGIÃO DE ESTÂNCIA | 55 |
| FIGURA 3- GEOMORFOLOGIA DA MICRORREGIÃO DE ESTÂNCIA | 57 |
| FIGURA 4 – GEOLOGIA DA MICRORREGIÃO DE ESTÂNCIA | 58 |
| FIGURA 5- BACIAS HIDROGRÁFICAS DA MICRORREGIÃO DE ESTÂNCIA | 59 |
| FIGURA 6- MICRORREGIÃO DE ESTÂNCIA – USO E COBERTURA DO SOLO | 61 |
| FIGURA 7- MICRORREGIÃO DE ESTÂNCIA – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO | 62 |
| FIGURA 8- MICRORREGIÃO DE ESTÂNCIA – LOCALIDADES | 64 |
| FIGURA 9- TERRITÓRIOS SERGIPANOS | 70 |
| FIGURA 10- RESULTADO DOS INDICADORES DE SAÚDE E EDUCAÇÃO EM ESTÂNCIA | 73 |
| FIGURA 11- RESULTADO DOS INDICADORES DE VULNERABILIDADE SOCIAL, TRABALHO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA | 73 |
| FIGURA 12- EVOLUÇÃO DO IDHM, ESTÂNCIA/SE | 74 |
| FIGURA 13- RESULTADO DOS INDICADORES DE SAÚDE E EDUCAÇÃO EM SANTA LUZIA DO ITANHY | 75 |
| FIGURA 14- RESULTADO DOS INDICADORES DE VULNERABILIDADE SOCIAL, TRABALHO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA, EM SANTA LUZIA DO ITANHY | 75 |
| FIGURA 15- EVOLUÇÃO DO IDHM, SANTA LUZIA DO ITANHY/SE | 76 |
| FIGURA 16- RESULTADO DOS INDICADORES DE SAÚDE E EDUCAÇÃO EM INDIAROBA | 77 |
| FIGURA 17- RESULTADO DOS INDICADORES DE VULNERABILIDADE SOCIAL, TRABALHO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA, EM INDIAROBA | 77 |
| FIGURA 18- EVOLUÇÃO DO IDHM, INDIAROBA/SE | 78 |
| FIGURA 19- RESULTADO DOS INDICADORES DE SAÚDE E EDUCAÇÃO EM ITAPORANGA D’AJUDA | 79 |
| FIGURA 20- RESULTADO DOS INDICADORES DE VULNERABILIDADE SOCIAL, TRABALHO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA, EM ITAPORANGA D’AJUDA | 79 |
| FIGURA 21- EVOLUÇÃO DO IDHM, ITAPORANGA D’AJUDA/SE | 80 |
| FIGURA 22- MICRORREGIÃO DE ESTÂNCIA – RESÍDUOS SÓLIDOS | 83 |
| FIGURA 23- MICRORREGIÃO DE ESTÂNCIA – LANÇAMENTO DE EFLUENTES | 84 |
| FIGURA 24- RESULTADO DOS INDICADORES DA DIMENSÃO AMBIENTAL E ESPACIAL, ESTÂNCIA | 86 |
| FIGURA 25-. RESULTADO DOS INDICADORES DA DIMENSÃO AMBIENTAL E ESPACIAL, SANTA LUZIA | 87 |
| FIGURA 26- RESULTADO DOS INDICADORES DA DIMENSÃO AMBIENTAL E ESPACIAL, INDIAROBA | 87 |
| FIGURA 27- RESULTADO DOS INDICADORES DA DIMENSÃO AMBIENTAL E ESPACIAL, ITAPORANGA | 88 |
| FIGURA 28- MICRORREGIÃO DE ESTÂNCIA – ISOIETAS | 89 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| QUADRO 1- INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE..... | 25 |
| QUADRO 2- DISTRIBUIÇÃO DOS ÍNDICES DE SUSTENTABILIDADE POR CATEGORIAS..... | 26 |
| QUADRO 3- UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA MICRORREGIÃO DE ESTÂNCIA | 54 |
| QUADRO 4- INDICADORES E VARIÁVEIS DA DIMENSÃO SOCIOINSTITUCIONAL | 71 |
| QUADRO 5- INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE; DIMENSÃO SOCIOINSTITUCIONAL | 72 |
| QUADRO 6- INDICADORES E VARIÁVEIS DA DIMENSÃO AMBIENTAL E ESPACIAL | 81 |
| QUADRO 7- INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DIMENSÃO AMBIENTAL E ESPACIAL | 85 |

LISTA DE SIGLAS

ADEMA – Administração Estadual do Meio Ambiente

APA – Área de Proteção Ambiental

DAB – Departamento de Atenção Básica

EMDAGRO – Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe

GEOPLAN – Grupo de Pesquisa em Geoecologia e Planejamento Territorial

GPS – *Global Position System*

FJP – Fundação João Pinheiro

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MS – Ministério da Saúde

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PSF – Programa de Saúde da Família

RESEX – Reserva Extrativista

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

SAS – Secretaria de Atenção à Saúde

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEMA – Secretaria de Meio Ambiente

SEMARH – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

SEPLAG – Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

SIG – Sistemas de Informações Geográficas

SRH – Secretaria de Recursos Hídricos

SUS – Sistema Único de Saúde

UTM – Universal Transverse of Mercator

UBS – Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

| | |
|--|-------------|
| RESUMO..... | XI |
| ABSTRACT | XII |
| LISTA DE ILUSTRAÇÕES..... | XIII |
| LISTA DE QUADROS..... | XIV |
| LISTA DE SIGLAS..... | XV |
| INTRODUÇÃO | 19 |
| 1 SOCIEDADES (IN) SUSTENTÁVEIS E DESENVOLVIMENTO: ALGUNS PARADOXOS..... | 30 |
| 1.1 POLÍTICAS ECONÔMICAS E CONCENTRAÇÃO DE RENDA..... | 30 |
| 1.2 MODELOS CLÁSSICOS DE DESENVOLVIMENTO | 33 |
| 1.3 APROVEITAMENTO SUSTENTÁVEL E GESTÃO AMBIENTAL | 37 |
| 2 TERRITÓRIO E O DESAFIO AMBIENTAL..... | 43 |
| 2.1 A BASE DOS CONCEITOS DE TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL | 43 |
| 2.2 A DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA DO TERRITÓRIO..... | 47 |
| 2.3 RELAÇÕES DE VIDA E DINÂMICA AMBIENTAL..... | 49 |
| 3 SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO NO TERRITÓRIO DA MICRORREGIÃO DE ESTÂNCIA..... | 52 |
| 3.1 A AÇÃO DO ESTADO NO TERRITÓRIO..... | 52 |
| 3.2 O USO DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE PARA A GESTÃO DAS POLÍTICAS TERRITORIAIS | 65 |
| 3.3 POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL EM SERGIPE | 68 |
| 3.4 DIMENSÃO SOCIOINSTITUCIONAL..... | 71 |
| 3.5 DIMENSÃO AMBIENTAL E ESPACIAL | 81 |
| 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 92 |
| REFEÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 94 |

INTRODUÇÃO



Trecho do Rio Piauitinga, em Estância/SE.
Fonte: <http://isergipe.blogspot.com.br/2012>

As relações desiguais entre indivíduos e grupos sociais são derivadas, além dos fatores econômicos, das diferenças percebidas nos tipos de saber que ostentam uns e outros. E essa diferença prejudica quem possui um conhecimento localizado socialmente na parte mais baixa da “árvore do saber”. (ALLUT, 2000, p. 115)

INTRODUÇÃO

DELIMITAÇÃO E RELEVÂNCIA DA PESQUISA

O território pode ser compreendido como reflexo dos diferentes interesses socioeconômicos e políticos, que num jogo de relações de poder, permeiam o produzir do espaço.

O ser humano sofreu transformações em sua relação com o meio natural, desde a relação dependente, respeitosa e até mitificada no início da vida social, como o exemplo dos índios; até a relação prepotente e tirânica que culmina com o livre mercado do capitalismo selvagem, passaram-se séculos de complexas relações do ser humano com o seu meio.

Destarte, a gestão dos ecossistemas vem representando custos tanto para o ambiente natural quanto para a sociedade e às vezes uma mudança muito pequena na forma de utilização do recurso natural pode rapidamente resultar na reversão da tendência da degradação.

O caso brasileiro é exemplo marcante de tantas outras nações em que a governança institucional não considera ou, pior ainda, desconhece os benefícios presentes e futuros, para a sociedade como um todo, da incorporação das três dimensões – econômica, social e ambiental – na gestão e no planejamento em longo prazo.

Dessa forma, a análise da dimensão socioeconômica do território aponta para a necessidade de constituição de alternativas para a geração de trabalho e renda em condições adversas para o desenvolvimento ambientalmente sustentável, ressaltando-se a relação entre o poder associativo e coletivo do trabalho e a dimensão territorial e regional.

Outrossim, deve-se pensar na proteção dos ecossistemas naturais, com a criação em larga escala de reservas e parques naturais. Desse modo, na atualidade, um dos principais desafios das políticas públicas relaciona-se à necessidade de fazer com que as atividades produtivas contribuam efetivamente para o aperfeiçoamento das condições de vida da população e protejam o patrimônio biogenético a ser transmitido às gerações futuras.

As situações específicas dos territórios mostram que há a necessidade da efetiva prática de um planejamento territorial sustentável, em que a prática dos ensinamentos da

conservação dos ecossistemas é relevante na busca pelo desenvolvimento endógeno, pois, o manejo dos processos ecológicos aponta para uma nova lógica de desenvolvimento ambientalmente sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas, analisados a partir de sua dinâmica ambiental.

O problema que norteia a pesquisa, dessa forma, pode ser evidenciado na questão: De que modo têm sido executadas as políticas territoriais nesta microrregião à luz dos indicadores socioambientais?

Desse modo, a hipótese da pesquisa se assenta no seguinte julgamento: A execução das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável endógeno deste território, não tem contribuído efetivamente para o desenvolvimento sustentável da microrregião de Estância, mostrando que há a necessidade da efetiva prática de um eficaz planejamento territorial.

Por conseguinte, a fim de contemplar o objetivo geral desse estudo, tais discussões são consideradas em vistas de *analisar* a (in)sustentabilidade das políticas territoriais na microrregião de Estância, Sergipe. Sendo assim, de forma específica, faz-se necessário *verificar* a dimensão socioinstitucional do território, bem como as relações de vida e dinâmica ambiental e espacial; *identificar* o uso de indicadores de sustentabilidade para a gestão de políticas territoriais; e *avaliar* a atuação do Estado na execução de políticas territoriais voltadas para o planejamento sustentável deste território.

Dessa forma, é relevante contribuir mediante o aprofundamento da discussão sobre as transformações provocadas no ambiente natural por meio das práticas sociais, colaborando para a formação de consciências críticas, comprometidas com a questão da cidadania e, num sentido amplo, com os desafios socioambientais que afetam o país e, particularmente o estado de Sergipe.

A PESQUISA INTERDISCIPLINAR

O lugar da experiência do transdisciplinar no sistema do saber, buscado nas chamadas zonas de ignorância e de indefinição do conhecimento, antes e além dos recortes disciplinares, deve ser considerado no diálogo entre produção do conhecimento e interdisciplinaridade.

O contexto é a atualidade, caracterizado por uma enorme inflação de conhecimento, aliada a profusão de disciplinas nunca vista antes. [...] O crescimento do conhecimento nos diferentes ramos da ciência atingiu taxas exponenciais, ao mesmo tempo em que a obsolescência aumentou em ritmo crescente. (DOMINGUES, 2005, p.18)

Cada campo disciplinar, não encontrando o objeto pronto e acabado, teve de elaborá-lo e construí-lo, cuidando de transformar os dados brutos da observação e da experiência em conceitos e teorias, mediante a delimitação do espaço ou domínio do real a ser investigado e a introdução de recortes e pontos de vista. Desse modo, Domingues exemplifica:

Um bom exemplo disso nos dá o estudo do som pelos diferentes campos disciplinares, cada um introduzindo seu recorte: a física reterá sua vibração e amplitude (acústica); a fisiologia se ocupará dos mecanismos de sua produção (órgãos fonadores); a linguística, além de se ocupar do significante como matéria da fonética fisiológica, colocará em relevo sua propriedade de gerar a significação; o musicólogo, atento aos aspectos físicos e estéticos da arte das musas, estudará o ritmo, a harmonia, a melodia e o timbre. Tendo encontrado o caminho, tal procedimento será adotado no estudo de um sem-número de objetos, como a energia, o trabalho, a vida, a consciência, etc. [...]. (DOMINGUES, 2005, p. 21)

A partir das exigências da abordagem interdisciplinar, em vista de promover a transfiguração do saber, deve-se tomar ciência do modo de organização e de dispor o conhecimento, reunindo as várias áreas do saber.

Desse modo, a interdisciplinaridade é considerada como uma resposta e solução à crise de fragmentação que assola a epistemologia com conseqüências reparadoras dos danos e ameaças à produção científica.

A possibilidade de propor abordagens unificadoras, assentadas em conceitos transversais e compartilhando objetos, temas e problemas, caracteriza a metodologia interdisciplinar e a distingue das demais abordagens. A experiência da interdisciplinaridade exige a reinvenção das atividades científicas e intelectuais no processo de produção do conhecimento.

Encontrar os elementos de interação na esfera da produção do conhecimento não consiste em algo simplório delegado ao pesquisador contemporâneo. Nesse sentido, tal procura poderá iluminar os passos do pesquisador nas fronteiras disciplinares, rumo às zonas indevassadas do conhecimento que, antes dos recortes das disciplinas, é o lugar de um novo humanismo, isto é, do reconhecimento da interdependência de todos os aspectos da realidade.

A constituição das disciplinas, iniciada no mundo antigo, é um fato da maior importância, e a elas devem-se os feitos extraordinários das tecnologias modernas, que

transformaram profundamente nossa existência. Depois de encontrá-las constituídas e consolidadas, em meio de suas conquistas, bem como de suas barreiras, barreiras que elas próprias involuntariamente ergueram ao se especializarem cada vez mais, será em seus interstícios e em suas interfaces que se encontrará o *locus* onde terão abrigo as abordagens interdisciplinares.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a consecução dos objetivos propostos para este estudo, procedeu-se a utilização de levantamento bibliográfico detalhado, o qual proporcionou a obtenção de um embasamento teórico consistente. Para tal procedimento, foi realizada a identificação de obras como livros, dissertações de mestrado, teses de doutorado e periódicos.

Aliado a este levantamento bibliográfico, desenvolveu-se uma investigação dos fatores que reorganizam a atual configuração espacial dos municípios da microrregião de Estância - Estância, Itaporanga d'Ajuda, Indiaroba e Santa Luzia do Itanhy, sendo este o recorte territorial.

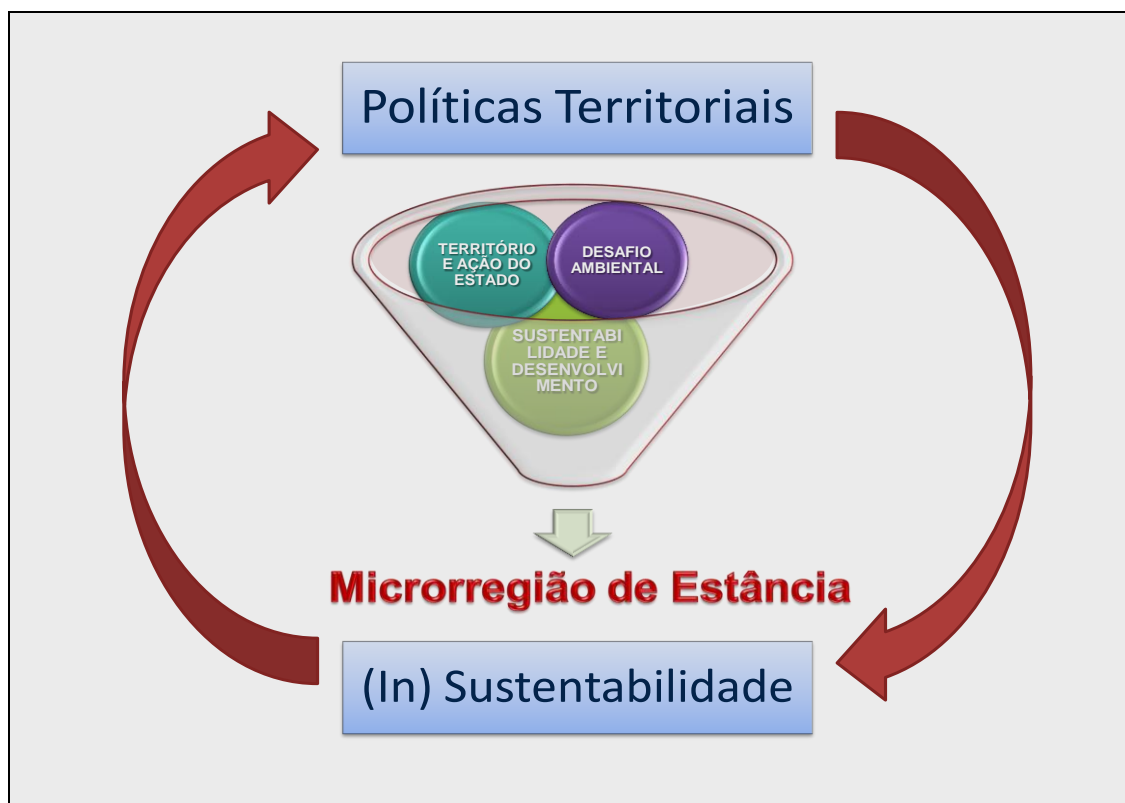


Figura 1 – Representação ilustrativa do objeto de estudo.
Elaboração: SAMPAIO, R. M. de A. (2015).

A revisão da discussão sobre o planejamento e gestão ambientais e seus territórios constituintes também contribuiu para o aprofundamento da análise das categorias. A partir daí, a dinâmica socioinstitucional, ambiental e espacial dos municípios citados pôde ser analisada, enfatizando as alterações ocorridas nas últimas décadas neste espaço, resultantes das atividades realizadas. Para tanto, foram utilizados autores que abarcaram as propostas explanadas de forma crítica, a fim de envolver a totalidade do objeto.

A ênfase multitemporal do estudo se assentou nos dados relacionados ao período de 2009 a 2015, em virtude da disponibilidade das informações provenientes das variáveis socioinstitucionais, de acordo com o quadro de indicadores de sustentabilidade que será apresentado a seguir.

Seleção de indicadores de sustentabilidade

Conforme elucida Van Bellen (2002), existe a necessidade de se desenvolver ferramentas que procurem mensurar a sustentabilidade. Nesse sentido, a mais importante característica do indicador, quando comparado com os outros tipos ou formas de informação, é a sua relevância para a política e para o processo de tomada de decisão.

A análise da (in)sustentabilidade das políticas territoriais na microrregião de Estância, Sergipe, foi realizada de acordo com a seleção de indicadores de sustentabilidade que apontam as dimensões sócioinstitucional, ambiental e espacial.

Para contemplar a dimensão socioinstitucional, os indicadores selecionados priorizaram: serviços de saúde; educação; vulnerabilidade social; trabalho e distribuição de renda. Na perspectiva da dimensão ambiental e espacial, os indicadores consideram: condições de abastecimento de água, esgoto e energia elétrica; diversificação dos cultivos na agricultura; áreas protegidas; e aspectos climáticos.

A fim de obter as informações relativas à cobertura vacinal, nº de atendimentos do Programa de Saúde da Família (PSF), nº de unidades de saúde e Recursos Humanos, os dados levantados foram obtidos no Ministério da Saúde e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); o Nº de Jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo, Nº de escolas públicas e Nº de matrículas (até o ensino fundamental), também tiveram seus dados

colhidos junto ao IBGE; no tocante à dimensão dos estabelecimentos e relação por área, bem como a diversificação dos cultivos por consórcio, área e rotação de culturas, os dados serão colhidos no IBGE e na Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO); o nº referente a População em extrema pobreza, Nº de Famílias assistidas pelo Bolsa Família em relação ao nº de famílias que apresentam perfil correspondente e População vulnerável à pobreza, foram obtidas nos órgãos MDS/PNUD/Ipea/FJP; no tocante aos dados de População Economicamente Ativa Ocupada, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e Nº de Pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal, também foram utilizadas informações do IBGE, bem como PNUD/Ipea/FJP; da mesma maneira, a População em domicílios com energia elétrica, População em domicílios com coleta de lixo e População em domicílios com banheiro e água encanada, tiveram informações obtidas nos órgãos anteriormente mencionados; sobre a Diversificação dos cultivos na agricultura, os dados foram encontrados no IBGE; e as informações sobre o nº de unidades de conservação e abrangência na microrregião de Estância das demais áreas protegidas, assim como aspectos climáticos, foram colhidas na Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA) e Secretaria de Recursos Hídricos (SRH), através do Atlas Digital sobre os Recursos Hídricos.

Quadro 1 – Indicadores de Sustentabilidade

| Dimensão | Indicador | Variáveis | Fontes |
|-----------------------------|---|--|------------------------|
| Socioinstitucional | Serviços de saúde | Nº de atendimentos PSF (mês) | MS/SAS/DAB e IBGE |
| | | Nº de unidades de saúde | |
| | | Nº de profissionais médicos (Recursos Humanos) | |
| | Educação | Nº de Jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo | IBGE |
| | | Nº de escolas públicas | IBGE |
| | | Nº de matrículas (até o ensino fundamental) | IBGE |
| | Vulnerabilidade Social | População em extrema pobreza | MDS/PNUD/Ipea/FJP |
| | | Nº de Famílias assistidas pelo Bolsa Família relacionado ao nº de famílias que apresentam perfil | |
| | | População vulnerável à pobreza | |
| Ambiental e Espacial | Trabalho e Distribuição de renda | Nº de Pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal | IBGE/ PNUD/Ipea/FJP |
| | | IDHM | |
| | | População Economicamente Ativa Ocupada | |
| | Condições de abastecimento de água, esgoto e energia elétrica | População em domicílios com banheiro e água encanada. | IBGE/ PNUD/Ipea/FJP |
| | | População em domicílios com coleta de lixo | |
| | | População em domicílios com energia elétrica | |
| | Diversificação dos cultivos na agricultura | Lavouras permanentes | IBGE |
| | | Lavouras temporárias | |
| | Áreas Protegidas | Nº de Unidades de Conservação e demais áreas protegidas (abrangência na microrregião) | ADEMA |

Elaboração: SAMPAIO, R. M. de A. (2015).

A coleta de informações ocorreu mediante pesquisa de gabinete em disposição de dados secundários e veiculados oficialmente por órgãos governamentais.

A partir da perspectiva da sustentabilidade para a microrregião de Estância, cada dimensão foi composta por indicadores simples subdivididos em grupos de variáveis que expressam os critérios de avaliação dos indicadores.

O modo de determinação seguiu o método de escores, para cada variável foi atribuída uma pontuação/porcentagem, cuja estratificação determinou a amplitude máxima de cada grupo ou critério de avaliação, considerando uma escala de 0 a 100%, para a agregação dos dados, subdividida em cinco partes em um intervalo de 20%. (Quadro 2)

A atribuição dos valores compõe a escala de desempenho, inspirada no método de análise *Barometer of Sustainability* ou Barômetro da Sustentabilidade, elucidado por Van Bellen (2002), destinado à combinação de indicadores e mostra seus resultados por meio de índices. Estes índices foram apresentados por meio de uma representação gráfica (formato radar), a fim de facilitar a compreensão e dar um panorama geral dos aspectos relacionados ao meio ambiente e a sociedade.

Quadro 2 - Distribuição dos índices de Sustentabilidade por Categorias

| CATEGORIAS | ESCALA DE DESEMPENHO |
|----------------------|----------------------|
| Sustentável | 81% a 100% |
| Bom | 61% a 80% |
| Médio | 41% a 60% |
| Fraco | 21% a 40% |
| Insustentável | 0% a 20% |

Elaboração: SAMPAIO, R. M. de A. (2015).

A porcentagem equivalente a cada variável correspondeu a soma dos valores obtidos nos indicadores, esse valor foi padronizada em escala numérica de 0 a 100% visando equiparar o peso das informações obtidas.

O resultado dos valores das variáveis que correspondem ao indicador de vulnerabilidade social também chama à atenção, considerando que no caso do nº de pessoas em extrema pobreza e/ou vulnerável à pobreza a relação de desempenho é inversamente proporcional na proporção de 0 a 100%, ou seja, quanto menor a porcentagem, melhor a performance obtida.

A configuração e organização dos mapas apresentados seguiu o modelo proposto pelo método de Martinelli (2010). Dessa forma, para a interpretação dos dados contidos nos mapas e seu preenchimento, foram utilizadas as proposições de Tereza Florenzano.

ESTRUTURA DOS CAPÍTULOS

A Introdução aborda a delimitação e relevância da pesquisa, com ênfase na proporção da temática proposta em nível global e local, também, traz a relação com a interdisciplinaridade, condição *sine qua non* para o programa de pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente; doravante, elucida os procedimentos metodológicos, com a seleção dos indicadores de sustentabilidade utilizados neste estudo.

No capítulo inicial foi realizada uma contextualização do processo de discussão do tema sustentabilidade e desenvolvimento a partir das práticas das sociedades humanas, em detrimento dos antagonismos presentes nos diferentes modos de produção vivenciados ao longo da história.

Nesse momento realizou-se um diálogo sobre as políticas econômicas e o processo histórico de concentração de renda, que se coloca em pauta no momento que se busca compreender os interstícios da insustentabilidade socioambiental. Há aqui a abordagem sobre os modelos clássicos de desenvolvimento e sobre aproveitamento sustentável e gestão ambiental.

No segundo capítulo, a discussão proposta debruça-se pela concepção de território em meio ao desafio ambiental da contemporaneidade, em que faz-se mister discorrer sobre a base do conceito de território, sua dimensão socioeconômica e os reflexos dessa realidade nas relações de vida e dinâmica ambiental, salientando que a diversidade ecológica deve caminhar *pari passu* com a diversidade cultural, posto que uma depende da outra.

O capítulo terceiro apresentou a análise dos indicadores para contemplar as discussões e representar a relevância do uso de indicadores para o estudo da sustentabilidade na esfera

microrregional e suas implicações ao planejamento territorial. Para tanto, analisa a ação do Estado no território a partir de conjecturas que abordam o uso de indicadores de sustentabilidade para a gestão de políticas territoriais. Na sequência, traz uma reflexão sobre as políticas de conservação ambiental em Sergipe, considerando a relação de áreas protegidas.

Encerrando a proposta do estudo apresentado, a (in) sustentabilidade das políticas territoriais nos municípios da microrregião de Estância é analisada a partir de indicadores de sustentabilidade nas dimensões socioinstitucional, ambiental e espacial.

SOCIEDADES (IN) SUSTENTÁVEIS E DESENVOLVIMENTO



Vista aérea da malha urbana no município de Itaporanga d'Ajuda/SE.

Fonte: <http://www.cidade-brasil.com.br/>

A cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes (campo e agricultura, poder ofensivo e defensivo, poderes políticos, Estados, etc.), com sua história. Portanto ela muda a sociedade no seu conjunto. (LEFEBVRE, 1969: p. 47)

1 SOCIEDADES (IN) SUSTENTÁVEIS E DESENVOLVIMENTO: ALGUNS PARADOXOS

1.1 POLÍTICAS ECONÔMICAS E CONCENTRAÇÃO DE RENDA

Para a compreensão da análise posta sobre as políticas econômicas e o processo de concentração de renda, faz-se mister discorrer sobre os diferentes padrões de dominação externa: antigo sistema colonial, neocolonialismo, imperialismo e imperialismo total.

O primeiro padrão possui um sistema básico de colonização caracterizado pelo antigo sistema colonial. Nesse sentido, Fernandes (2009) afirma que sob tais condições societárias, o tipo legal e político de dominação colonial, adquiriu caráter de exploração ilimitada em todos os níveis da existência humana e da produção para o benefício das Coroas e dos colonizadores.

Em termos sociológicos, os fundamentos legais e políticos dessa dominação colonial exigiam uma ordem social em que os interesses das Coroas e dos colonizadores pudessem ser institucionalmente preservados, incrementados e reforçados, sem outras considerações. Isso foi conseguido pela transplantação dos padrões ibéricos de estrutura social, adaptados aos trabalhos forçados dos nativos ou à escravidão (de nativos, africanos e mestiços). (FERNANDES, 2009, p. 23)

O segundo padrão de dominação externa surgiu como produto da desagregação do antigo sistema colonial. As nações européias que conquistaram o controle dos negócios da exportação e de importação da América Latina estavam inicialmente mais interessadas no comércio do que na produção local.

Durante aproximadamente cinco décadas esses países ocuparam o vácuo econômico deixado pela desagregação do antigo sistema colonial. Para o autor supracitado, tratava-se de um período de neocolonialismo, evidenciado por um tipo de dominação externa ocorrida de forma indireta.

Os efeitos estruturais e históricos dessa dominação foram agravados pelo fato de que os novos controles desempenhavam uma função reconhecida: a manutenção do *status quo ante* da economia, com o apoio e a cumplicidade das “classes exportadoras” (os produtores rurais) e os seus agentes ou os comerciantes urbanos. (IDEM, 2009, p. 25)

No terceiro padrão de dominação externa, Fernandes (2009) assegura a importância do neocolonialismo para a dinamização da revolução industrial, representada pela influência do capitalismo europeu para as economias periféricas da América Latina, ou seja, configurou-se como consequência da reorganização da economia mundial provocada pela revolução industrial na Europa, consistindo num padrão de dominação imperialista.

A expansão das grandes empresas corporativas nos países latino-americanos marcou o quarto padrão de dominação externa, em que o capitalismo corporativo ou monopolista representa um moderno imperialismo, travestido de desenvolvimento. Esse chamado “imperialismo total” organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social.

A dominação externa, em todas as suas formas, produz uma especialização geral das nações como fontes de excedente econômico e de acumulação de capital para as nações capitalistas avançadas. Assim, as diferentes transições da economia colonial para a economia nacional ou da escravidão e do capitalismo comercial para o capitalismo industrial sempre produzem realidades estruturais diversas. (IBIDEM, 2009, p. 28-29)

Destarte, os diferentes padrões de dominação externa expressam, em suas mais variadas facetas, o controle externo exercido pelos países hegemônicos, cujas marcas foram impressas ao longo da história da sociedade brasileira. Ocorre, dessa maneira, uma divisão funcional das nações a partir do processo de formação política e social ao qual foram submetidas historicamente.

No século XVIII, Adam Smith lança sua obra *A riqueza das nações*, considerada a grande obra do século na Inglaterra a respeito das questões sociais e do desenvolvimento humano. Nesta obra Smith impele a sociedade clamando o “esforço natural de cada indivíduo para melhorar sua condição”. Ele analisou a história gradual do progresso econômico da sociedade humana e explorou o conceito de bem-estar, enfrentando o valor da riqueza para a civilização e a felicidade para o ser humano. Para Smith, o livre comércio entre povos e nações seria a grande vantagem para todos e um elemento essencial de sua ideia de desenvolvimento.

Nesse sentido, a década de 1970 no Brasil foi marcada pela velocidade dos projetos de desenvolvimento do governo militar, resultando em crise econômica e em desastres

ambientais. As questões levantadas na primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, não foram bem absorvidas pelos militares brasileiros e seus simpatizantes, acreditando-se que tais discussões serviriam de obstáculo ao crescimento econômico brasileiro, uma vez que

[...] especulava-se que uma das vantagens comparativas do Brasil consistia precisamente em sua capacidade ainda integral de absorver a poluição industrial. “Que venha a poluição, desde que as fábricas venham com ela”, exultava José Sarney, um senador do Nordeste que se tornaria presidente uma década depois. (DEAN, 1996, p. 307)

Conforme afirma Dean (1996), “o mais prejudicial de todos os programas de desenvolvimento talvez tenha sido o dos projetos hidrelétricos. A partir do início do século XX, milhares de quilômetros quadrados de floresta [...] haviam sido eliminadas”. Os esforços empregados pelas companhias de eletricidade para rebater as críticas públicas se tornavam cada vez mais ineficazes diante dos graves problemas sociais e políticos surgidos com tais investimentos.

Desse modo, em 1973, foi criada uma Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), encarregada de monitorar e controlar a poluição, como fachada para diminuir as críticas estrangeiras diante do desprezo com que as preocupações ambientalistas internacionais eram recebidas pelo governo militar.

Ambientalistas militantes empregaram o nacionalismo econômico a fim de apelar para a auto-estima dos militares. As áreas de proteção expandiram-se de forma modesta; uma reação branda ante a destruição da Mata Atlântica durante a década de 1970.

As políticas econômicas do governo, nesse período, provocavam a concentração de renda, enquanto isso, a definição de desenvolvimento tinha de ser continuamente revista e colocada num patamar superior.

No decênio de 1980, a retirada dos militares colocou em questão o modelo de desenvolvimento econômico adotado, instigando assim o debate sobre as consequências ambientais diante das ações do governo. Já no começo da década de 1990, a realidade da situação da Mata Atlântica já se apresentava de forma preocupante e delicada, indicando a importância que o tema veio a adquirir no presente século.

Os avanços científicos e tecnológicos possibilitados pela revolução industrial produziram intensas modificações nas relações sociais e nas relações com o meio. A convergência entre modernidade e capitalismo conduziu a uma ideia de progresso científico e tecnológico cada vez mais assente na sociedade moderna. Esses pressupostos põem em evidência, no âmbito da ciência, uma discussão acerca do desenvolvimento no mundo contemporâneo e sua trajetória de conhecimento hegemônico.

A sociedade teve grandes mudanças no século XX, decorrentes do salto da tecnologia e do conhecimento. Dupas (2006), sem negar os avanços e consequências da aplicação da ciência e da tecnologia – que alimentaram os dois grandes conflitos mundiais - lança a seguinte pergunta: somos, por conta desse tipo de desenvolvimento, mais sensatos e mais felizes? A humanidade está mais feliz que há 10 anos por possuir celular, internet ou tela de plasma? São perguntas difíceis de serem respondidas, pois o conceito de felicidade é relativo. Estas questões introduzem a necessidade de estabelecer outros parâmetros para avaliar o progresso. Para o autor supracitado, a palavra progresso está longe de ser dotada de unicidade semântica e conceitual.

A evolução científico-tecnológica do século XX trouxe profundas mudanças histórico-sociais. Para Kant (Dupas, 2006), a natureza existia para que suas leis pudessem ser descobertas pelo conhecimento. Hoje a natureza se converteu num problema ético; ela está tão degradada por ações humanas que a nossa relação com ela converteu-se em problema decisivo na constituição do ser, afetando as condições de vida social e a possibilidade de sobrevivência futura da espécie.

A ameaça mais grave a humanidade desde o século XXI é o ataque sem trégua ao meio ambiente decorrente da lógica de produção global e da direção de seus vetores tecnológicos contidos nos atuais conceitos de progresso.

1.2 MODELOS CLÁSSICOS DE DESENVOLVIMENTO

Diante das vicissitudes da atualidade, devemos compreender a dinâmica das transformações pelas quais o mundo passa com as novas contradições que se estabelecem no espaço e com as novas tecnologias modificando as formas de interação entre o local e o global, afetando fortemente o cotidiano das pessoas.

Durante esse novo tempo, surgem novas necessidades, em que a (in)finitude dos recursos naturais e a problemática ambiental obrigam a reavaliar as relações do ser humano, do meio e do envolvimento da população, através de sua prática social. Nesse sentido, Cruz reforça que,

Na tentativa de superação da doutrina cartesiana, surge no campo das ideologias ambientalistas a apreensão dos fenômenos da natureza, entendidos como imersos na totalidade complexa e originária. A tendência de ver a natureza ligada à idéia de todo, multifacetada, tem contribuído para a adoção da sustentabilidade. Essa vertente considerada emancipatória defende a busca por formas compatíveis com o equilíbrio sociedade-natureza [...] (CRUZ, 2009, p. 31)

As decisões econômicas, segundo Lago (1984), deveriam ser direcionadas para atender às necessidades básicas da população, de forma a tornar cada localidade o mais auto-suficiente possível. Os ecologistas não pensam, obviamente, que se devem eliminar as trocas econômicas entre regiões e nações, mas sim que essas não devem ter prioridade sobre as exigências locais. Outrossim, deve-se pensar na proteção dos ecossistemas naturais, com a criação amplificada de reservas e parques naturais.

De acordo com as proposições tecidas por DIEGUES (2001, p.42), faz-se imperativo, hoje, discutir sobre “[...]a necessidade de se pensar vários tipos de sociedades sustentáveis, ancoradas em modos particulares, históricos e culturais de relações com os vários ecossistemas existentes na biosfera e dos seres humanos entre si.”

Nesse sentido, torna-se relevante debater o conceito de progresso, para que se possam entender os modelos clássicos de desenvolvimento. Assim, segundo Diegues (2001), ao conhecimento científico compreende-se o caráter de domínio da natureza, para usufruto do homem. Assim, SANTOS dialoga com as acertivas mencionadas,

A promessa de dominação da natureza, e do seu uso para benefício comum da humanidade, conduziu a uma exploração excessiva e despreocupada dos recursos naturais, à catástrofe ecológica, à ameaça nuclear, à destruição da camada de ozônio, e a emergência da biotecnologia, da engenharia genética e da consequente conversão do corpo humano em mercadoria última. A promessa de uma paz perpétua, baseada no comércio, na racionalização científica dos processos de decisão e das instituições, levou ao desenvolvimento tecnológico da guerra e ao aumento sem precedentes do seu poder destrutivo. A promessa de uma sociedade mais justa e livre, assente na criação da riqueza tornada possível pela conversão da ciência em uma força produtiva conduziu a espoliação do chamado Terceiro Mundo e a um abismo cada vez maior entre Norte e Sul. (SANTOS, 2002, p. 56)

Como uma forma paliativa de resolver a questão ambiental, alguns economistas estão trabalhando para atribuir valor monetário a certos estoques naturais de um país como é o caso do certificado de reserva de carbono. Trata-se de uma estratégia econômica para retardar a devastação, sem ferir à lógica do capital.

Os créditos de carbono são comercializados através de agências financeiras multinacionais aos interessados em mitigar suas ações poluidoras como uma forma de se regularizar perante os acordos internacionais sem de fato reduzi suas ações poluidoras.

Dessa forma permanece tudo como está, e as mais interessadas nesse cenário são as empresas multinacionais detentoras do capital que se apropriam do debate ambiental para gerar sempre maiores lucros.

Os danos ambientais envolvendo grandes corporações, a partir da segunda metade do século XX, tornou-se alvo de movimentos ambientalistas que passaram a ser identificadas como causadoras de poluição ou danos ambientais. Como forma de amenizar as críticas sociais, os empresários, aderiram aos “princípios do desenvolvimento sustentável”.

Os atuais enfoques sobre o desenvolvimento são apresentados por Diegues (2008) em referência à abordagem de Sunkel e Paz (1970):

Desenvolvimento como crescimento, em que o desenvolvimento se equipara a níveis de produção e consumo material medidos por indicadores como produto nacional bruto, renda *per capita*; Desenvolvimento como etapas, em que o desenvolvimento é constituído por uma série sucessiva de etapas históricas que os países não desenvolvidos devem atravessar; e o Desenvolvimento como processos de mudanças estruturais, em que o desenvolvimento implica mudanças sociais e políticas estruturais. (DIEGUES, 2008, p. 82)

O crescimento econômico esteve e está ocorrendo em consonância a uma estratégia de dominação ideológica, econômica e política, baseada nas diretrizes de uma já consolidada economia de mercado.

Desde a segunda metade do século passado, relevantes discussões já analisavam a degradação ambiental como sendo intimamente ligada ao crescimento do capitalismo, e não a fatores naturais, aumentando assim a preocupação com as relações homem-natureza nas sociedades chamadas "modernas".

Segundo os modelos clássicos, esse "crescimento econômico" têm como mola propulsora a "industrialização". Nessa conceituação os países industrializados são países desenvolvidos, em oposição àqueles que têm sua economia baseada na agricultura. O processo de desenvolvimento teria por objetivo colocar estes últimos no mesmo patamar dos primeiros. [...] os países não-desenvolvidos deveriam desenvolver uma ética, um conjunto de valores compatíveis com o objetivo da acumulação de capital, além de contarem com classes sociais imbuídas da ideologia da industrialização. (DIEGUES, 2001, p. 41)

O desenvolvimento tem sido exceção histórica e não regra geral. Ele não é o resultado espontâneo da livre interação das forças do mercado. Os mercados são tão somente uma entre as várias instituições que participam do processo de desenvolvimento.

Nesse sentido, os únicos países da periferia a se saírem razoavelmente bem durante a última década do século XX foram exatamente aqueles que se recusaram a aplicar ao pé da letra as prescrições cultuadas no chamado Consenso de Washington. (VEIGA, 2008, pág. 80)

A respeito dos estilos alternativos de desenvolvimento, o “ecodesenvolvimento” é um exemplo apresentado, em que o crescimento econômico não se sobrepõe à qualidade do ambiente natural.

Conforme Diegues (2001), o conceito de desenvolvimento sustentado, criado mesmo período, ganhou notoriedade possivelmente por ter sido adotado em importantes documentos. A definição mais conhecida é o da Comissão Brundtland (Nosso Futuro Comum, 1987) segundo a qual o desenvolvimento sustentado é aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras satisfazerem as suas, e, ao menos em teoria, introduz uma dimensão ética e política, ausente em algumas propostas anteriores.

Um dos esteios do conceito de desenvolvimento sustentado é a sua base ecológica. A conservação dos ecossistemas e dos recursos naturais é condição básica para o desenvolvimento sustentado [...] para que essa conservação se realize são necessárias algumas condições básicas, além de outras de caráter social, cultural e político. (DIEGUES, 2001, p.47)

No que concerne à argumentação que está por trás do conceito de desenvolvimento sustentável, observa-se a tentativa de resolver as contradições entre o crescimento econômico,

a distribuição de renda e a necessidade de conservar os recursos ambientais, não somente em benefício das gerações atuais, mas também das futuras.

Dessa maneira, assenta-se aí a necessidade de se pensar que é imperioso que cada sociedade se estruture em termos de sustentabilidade própria, segundo suas tradições culturais, seus parâmetros próprios e sua composição étnica específica.

É importante destacar que a tecnologia ocidental dos países europeus e demais países desenvolvidos influenciam o desenvolvimento de sociedades em desenvolvimento de maneira não apropriada.

A compreensão do processo de desenvolvimento deve perpassar ao entendimento de que só é produzido a partir do momento em que se vai além da instrumentação tecnológica, ou seja, deverá haver a aceitação dos diferentes significados atribuídos ao mesmo processo. Dessa forma, o desenvolvimento à medida que introduz a ideia de progresso das sociedades, também coloca em evidência os problemas por ele gerados no ambiente.

Considerando as proposições de Diegues (2001) acerca do tema abordado, a conceituação de "sociedades sustentáveis" ainda está em processo de construção, exigindo a elaboração de novos paradigmas.

A conceituação de sociedades sustentáveis, baseada na necessidade de se manter a diversidade ecológica, social e cultural dos povos acena para a necessidade de se pensar na diversidade de sociedades sustentáveis, com opções econômicas e padrões de desenvolvimento diferenciados.

1.3 APROVEITAMENTO SUSTENTÁVEL E GESTÃO AMBIENTAL

A relação sociedade-natureza é responsável pelas transformações nos recursos naturais em menor escala temporal que as transformações do tempo geológico. A relação do homem no planeta produz o espaço geográfico. O solo que se constitui a principal superfície de contato do homem na natureza está sujeito ao contato direto dessas alterações promovidas pelo homem na natureza.

A questão ambiental assume grande relevância pela dimensão dos problemas ambientais que são gerados pela expansão das sociedades no espaço geográfico. Conservar a natureza tornou-se essencial pela estagnação dos recursos naturais. Diferentes espaços são produzidos pela ocupação humana, os núcleos populacionais produzem paisagens através da produção espacial dessas localidades, porém, em muitos casos, sem considerar a preservação do meio natural.

O desenvolvimento sustentável é um conceito que defende uma alternativa de desenvolver os espaços geográficos de forma economicamente equilibrada e que garanta a continuidade dos recursos naturais para as gerações atuais e futuras. Cabe destacar que a forma como o manejo dos recursos naturais é comumente praticado não se adéqua ao modelo de sustentabilidade esperado.

Bellen (2003) realiza uma abordagem sobre o entendimento da sustentabilidade e outros conceitos que elucidam como a natureza é utilizada pelas sociedades ao longo do planeta:

A sustentabilidade requer um padrão de vida dentro dos limites impostos pela natureza. Utilizando uma metáfora econômica, deve se viver dentro da capacidade do capital natural. Embora o capital natural seja fundamental para a continuidade da espécie humana sobre a Terra, as tendências mostram uma população e consumo médio crescentes, com decréscimo simultâneo deste mesmo capital. Estas tendências levantam a questão de quanto capital natural é suficiente ou necessário para manter o sistema. A discussão destas diferentes possibilidades é que origina os conceitos de sustentabilidade forte e fraca (BELLEN H. M. V., 2003. p. 73).

A conceituação de sociedades sustentáveis, baseada na necessidade de se manter a diversidade ecológica, social e cultural dos povos acena para a necessidade de se pensar na diversidade de sociedades sustentáveis, com opções econômicas e padrões de desenvolvimento diferenciados.

Os processos de desenvolvimento podem ser compreendidos mediante a análise dos condicionantes que determinam a sua organização, sendo que tanto nos sistemas ecológicos quanto nos sistemas sociais, estes processos são sistemas que se mantêm longe do equilíbrio termodinâmico, ressalta Silva Neto (2006).

Segundo é apontado por Almeida (2007), o conceito de sustentabilidade parte da premissa de que há uma resiliência nos ecossistemas e, portanto, uma capacidade de uso. Para que o uso dos serviços ambientais seja sustentável, deve estar dentro de uma zona de conforto.

No que se refere à ética da sustentabilidade e as políticas de desenvolvimento, Viana elucida que

As novas bases da convivência que conferem governabilidade ao sistema político requerem, portanto, um novo paradigma do desenvolvimento, apto a inserir o ser humano no centro do processo de desenvolvimento, considerar o crescimento um meio, e não um fim, proteger a oportunidade de vida das gerações atuais e futuras e, por conseguinte, respeitar a integridade dos ecossistemas naturais que permitem a existência de vida no planeta (VIANA, 2008, p. 48)

Neste ínterim, ao discorrer a respeito da (in)sustentabilidade das sociedades atuais, vale ponderar que é insensato tentar desvincular os problemas do meio ambiente dos relacionados ao desenvolvimento. A compreensão adequada dessa “crise” pressupõe, portanto, que esta relaciona-se ao esgotamento de um estilo de desenvolvimento ecologicamente depredador.

Mesmo que ainda esteja longe o surgimento de uma medida mais consensual de sustentabilidade ambiental, é imprescindível entender que os índices e indicadores existentes já exercem papel fundamental nas relações de fiscalização e pressão que as entidades ambientalistas devem exercer sobre governos e organizações internacionais. (VEIGA, 2008, pág. 182)

Ecologicamente, caracteriza-se a incorporação da natureza à cultura, bem como a quebra das relações de subsistência local, significando não apenas a acumulação de bens para fins não relacionados à sobrevivência biológica, mas também a possibilidade de alcançá-la por meio da incorporação de ambientes cada vez mais afastados da comunidade local. Conforma indica Sachs,

De modo geral, o objetivo deveria ser o do estabelecimento de um aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em benefício das populações locais, levando-as a incorporar a preocupação com a conservação da biodiversidade aos seus próprios interesses, como um componente de estratégia de desenvolvimento. Daí a necessidade de se adotar padrões negociados e contratuais de gestão da biodiversidade. (SACHS, 2008, p.51)

De acordo com o autor supracitado, o fator determinante da qualidade de vida de uma população, e, por conseguinte, de sua sustentabilidade, não é unicamente seu entorno natural, e sim a rede de relações entre componentes que configuram um determinado modelo de ocupação do território.

A maior dificuldade está na natureza necessariamente multidimensional do processo de desenvolvimento. Ela sempre tornará muito duvidoso e é discutível qualquer esforço de se encontrar um modo de mensuração que possa ser representado por um índice sintético, por mais que se reconheça seu valor simbólico e sua utilidade em termos de comunicação. (VEIGA, 2008, Pág. 105)

As diferentes dimensões da natureza devem ser respeitadas no desenvolvimento de metodologias de estudo que priorizem a interação das mesmas, considerando uma unidade de elementos que estabelecem confluência e se alteram a todo momento.

Sendo uma questão primordialmente ética, só se pode louvar o fato da idéia de sustentabilidade ter adquirido tanta importância nos últimos anos, mesmo que ela não possa ser entendida como um conceito científico.

A sustentabilidade não é uma noção de natureza precisa, discreta, analítica ou aritmética. Tanto quanto a idéia de democracia – entre muitas outras idéias tão fundamentais para a evolução da humanidade, ela sempre será contraditória, pois nunca poderá ser encontrada em estado puro. (VEIGA, 2008, Pág. 165)

A noção de sustentabilidade poderá variar de acordo com a construção cultural em que o indivíduo está inserido, sabendo-se que, o que é considerado enquanto bem estar social está atrelado ao envolvimento da sociedade a que se pertence com o meio que a circunda.

Diante de tais discussões, pode-se por em questões relevantes interrogações a respeito do significado do termo sustentabilidade: É possível ser sustentável sem ultrapassar o limiar de resiliência dos sistemas ambientais? A sustentabilidade pode ser pensada enquanto mudança real de postura com os ambientes naturais?

Considerando as proposições apresentadas acerca do tema abordado, a conceituação de "sociedades sustentáveis" ainda está em processo de construção, exigindo a elaboração de

novos paradigmas e acenando para a necessidade de se pensar em novos padrões de desenvolvimento.

Sobretudo, desenvolvimento econômico e sustentabilidade são temas interdependentes e dependem de um planejamento e gestão ambiental que contemplem as demandas atuais.

TERRITÓRIO E O DESAFIO AMBIENTAL



Vista aérea do povoado Crasto, em Santa Luzia do Itanhy.
Fonte: <http://sergipeemfotos.blogspot.com.br/2013>

[...] existe, no entanto, uma consciência crescente de que a continuidade da diversidade de culturas humanas é elemento fundamental para a constituição de sociedades pluralistas e democráticas, e, por conseguinte, sustentáveis. (DIEGUES, 2008)

2 TERRITÓRIO E O DESAFIO AMBIENTAL

2.1 A BASE DOS CONCEITOS DE TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Faz-se mister destacar que, apesar de o conceito de território não ser novo, pois é utilizado por diversas disciplinas, especialmente a geografia, o conceito de sustentabilidade é recente nas discussões do campo científico.

A base do conceito contemporâneo de território se assenta nas proposições de Alliès, que defende que o território “é o ter do Estado”. Em contraponto a essa conjectura, Raffestin (1993), concebe o território como “uma reordenação do espaço, no qual a ordem está em busca dos sistemas informacionais dos quais dispõe o homem, enquanto pertence a uma cultura”. Entretanto, Haesbaert (2004) defende uma visão integradora, evidenciando que é fundamental para o estudo do território, a utilização do político, do simbólico e do econômico.

A modificação no impacto destrutivo da atual sociedade sobre o meio ambiente não será alcançada em curto prazo, mas de maneira profunda e duradoura, a partir de um amplo processo de descentralização econômica e do espaço social.

Os componentes naturais de qualquer território dado foram delimitados pela ação humana e são usados por um certo número de pessoas por razões específicas, sendo tais usos e intenções determinados por e pertencentes a um processo político. Território é um conceito gerado por indivíduos organizando o espaço segundo seus próprios objetivos. (GOTTMANN, 2012, p.1)

A cidade registra o tempo, registrando os interesses dos homens. O processo de produção do espaço territorial é complexo, da mesma forma que é complexa a análise e a ação dos agentes que o produzem.

Tal processo de produção do território é constituído pelo movimento histórico e por simultaneidades. Há um movimento constante que se materializa na vida cotidiana e no território, centrado na intersecção entre os tempos histórico e coexistente (multiescalar). No território há uma conjugação entre aspectos da economia, da política, da cultura e da natureza exterior ao homem. (SAQUET, 2007, p. 56)

Neste sentido, os territórios são conceituados, de acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), como,

[...] um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (SDT/MDA, 2005)

Dentre os estudos já realizados sobre a singularidade no uso e atributo do termo território, Santos (2001) ressalta que “[...] o território, em si mesmo, não constitui uma categoria de análise ao considerarmos o espaço geográfico como tema das ciências sociais, isto é, como questão histórica. A categoria de análise é o território utilizado”.

A maneira como a SDT/MDA (2005) tem trabalhado a abordagem territorial demonstra uma “[...] visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas”.

A sustentabilidade da pequena propriedade e em especial aquelas de agricultura familiar se estabelece na contemporaneidade do rural dentro de novas demandas, tais como o próprio fortalecimento do rural como um valor para as sociedades contemporâneas, especialmente para aquelas que se assentam em territórios rurais. (MOREIRA, 2007, p. 97).

Dessa forma, a análise da dimensão socioeconômica do território aponta para a necessidade de constituição de alternativas para a geração de trabalho e renda a partir da atividade solidária e auto-gestionária em condições adversas para o desenvolvimento ambientalmente sustentável, ressaltando-se a relação entre o poder associativo e coletivo do trabalho e a dimensão territorial e regional.

Território é um conceito político e geográfico, porque o espaço geográfico é tanto compartimentado quanto organizado através de processos políticos. Uma teoria política que ignora as características e a diferenciação do espaço geográfico opera no vácuo. (GOTTMANN, 2012, p.4)

Contudo, a formação territorial não se limita apenas por fronteiras físicas, mas também por fronteiras subjetivas, formadas pelas relações de poder existentes dentro do espaço produzido e reproduzido pelos atores sociais.

Essas relações ou territorialidades são dinâmicas e fluidas ao longo do tempo e espaço e se refletem diretamente no uso dos recursos naturais e na relação dos atores sociais com o meio ambiente. Sociedades que se organizam e são sensibilizadas sobre a importância da conservação dos atributos naturais para a própria permanência e continuidade dos habitantes no lugar, impactam em menor amplitude o meio ambiente.

Por esse motivo, qualquer política econômica, social e cultural, que objetiva ser eficaz deve ocupar-se do território, visto não somente como produto do agir humano, mas também e sobretudo, como meio e matriz de um futuro, visando à proteção do conjunto de condições necessárias à vida. Isso equivale a dizer que, para melhorar a qualidade do ambiente e da sociedade, para produzir cultura e desenvolvimento econômico, precisamos agir considerando a *territorialidade*, entendida como as relações dinâmicas existentes entre os componentes sociais (economia, cultura, instituições, poder) e os elementos materiais e imateriais, *vivos* e inertes, que são próprios dos territórios onde se habita, se vive e se produz. (DEMATTEIS, 2007, p.34)

[...] raciocinando como geógrafos sobre o conceito de território, podemos entender melhor muitos problemas que a geografia teve como ciência. De fato, as concepções territorialistas da geografia mais recente, absorvem e reelaboram as diferentes concepções da geografia do passado: como ciência da diferenciação do espaço terrestre, ciência das relações multiescalares entre o ambiente físico e a sociedade humana, ciência da paisagem e assim por diante. (DEMATTEIS, 2007, p.7)

O território, conforme Dematteis (1970), é uma construção social, com desigualdades (entre *níveis* territoriais, que variam do local ao planetário), com características naturais (clima, solo...) e relações *horizontais* (entre as pessoas, produção, circulação...) e *verticais* (clima, tipos de culturas, distribuição do habitat, etc.), isto é, significa uma *complexa* combinação de certas *relações territoriais*. (SAQUET, 2007, p. 60)

A análise do espaço acontecerá a partir do convívio coletivo dos atores sociais envolvidos, ou seja, da reconstrução da territorialidade desses sujeitos sociais com seu espaço e os significados produzidos socialmente na interrelação comunidades e ambiente, evidenciando

a vinculação entre relações de vida e dinâmica ambiental das atividades rurais (MELO e SOUZA, 2007).

As situações específicas dos territórios mostram que há a necessidade da efetiva prática de um planejamento territorial verdadeiramente sustentável, em que a prática dos ensinamentos da conservação dos ecossistemas é relevante na busca pelo desenvolvimento endógeno, pois, o manejo dos processos ecológicos aponta para uma nova lógica de desenvolvimento ambientalmente sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas, analisados a partir de sua dinâmica ambiental.

De acordo com Almeida J.:

No processo de formação histórica da sociedade brasileira a terra sempre ocupou um lugar central, sendo objeto de debates e opções políticas, de ações coletivas e de conflitos. Diferentes grupos sociais mantêm ainda hoje estreitos e profundos laços com a terra, seja em decorrência do processo histórico ou de conjunturas mais recentes. Quanto às formas atuais de contestação nos espaços agrícolas e rural, guardam uma relação, direta ou indireta, com aquelas do passado (ALMEIDA, J., 2009. p. 53).

O território é entendido como produto da ação e gestão do Estado, lançando mão do conceito de área para tentar revelar a importância desta atuação na formação do Brasil enquanto Estado nacional. Há uma compreensão predominante do poder concretizado a partir das ações do Estado, no entanto, ele também reconhece o poder presente em outras relações sociais, o que significa um avanço considerável, ampliando a leitura e a compreensão do território combinando aspectos materiais e imateriais. (SAQUET, 2011, p. 12)

A análise do objeto de estudo trata da sustentabilidade ambiental, cujo viés vislumbra à manutenção da capacidade de sustentação e autoregulação dos sistemas ambientais, o que implica na capacidade de absorção e de recomposição dos ecossistemas face às agressões assim como das comunidades humanas frente a agentes e processos de caráter desagregador (MELO e SOUZA, 2009).

Destarte, à luz das reflexões tecidas pela autora supracitada, na perspectiva de dar conta do desafio ambiental, o território se torna "uma categoria central, na medida em que comporta a tensão entre diferentes modos de apropriação do espaço, o que caracteriza bem as lógicas territoriais de apropriação".

Nesse sentido, Lopes (2009) reitera que todas as alterações apontadas no espaço e a concepção de um novo território, seja de dominação, ou de rearranjo produtivo com base no capital disponível, leva à formação de um novo território, identificado com novas territorialidades. Sobretudo, vale ressaltar a diversidade de proposições apresentadas a respeito da conceituação de território e suas formas de materialização.

Enfim, o conceito de território envolve muitas controvérsias, devido ao grande número de estudiosos que sobre ele tem se debruçado e refletido. Tal polissemia tem engendrado as mais variadas controvérsias, mas que não altera a sua essência que é o espaço apropriado e ressignificado pelas relações de poder nas diversas esferas da sociedade. (MELO e SOUZA, 2009, p.30)

Os questionamentos sobre território e territorialidade fornecem subsídios para o debate acerca das relações que os grupos desempenham no espaço rural, bem como da construção de saberes fundamentados na experiência cotidiana e da íntima ligação com os elementos da natureza.

2.2 A DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA DO TERRITÓRIO

O conceito de território é utilizado por diferentes áreas do conhecimento e aborda, a despeito do que se pretende elucidar, ângulos diferenciados do espaço geográfico em relação à sua forma de apropriação. Nesse sentido, SILVA corrobora este viés considerando,

O território é o lugar onde ocorrem todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, ou seja, onde a história do homem é plenamente realizada a partir das manifestações de sua existência. Nesse sentido, a Geografia se torna uma disciplina com maior capacidade de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar (SANTOS, 2002). Na abordagem territorial de Saquet (2007:127), o território é produto e condição de territorialização, produzidos espaço-temporalmente pelo exercício de poder determinado pelas territorialidades cotidianas, determinadas por um grupo dominante. Por esse viés “as territorialidades são, simultaneamente, resultados, condicionantes e caracterizadoras da territorialização do território.” (SILVA, 2012, p. 31)

O grande desafio da humanidade é o desenvolvimento sustentável. Além dos problemas de pobreza, de má distribuição de renda, das imperfeições dos mercados, há o problema do meio ambiente, que está se agravando com o passar do tempo. Tempo que ultrapassa a

racionalidade tradicional utilizada na economia, tempo em anos, uma vez que na ecologia o tempo se amplia para séculos e milênios (SACHS, 2008).

Sobre os comportamentos dos sistemas naturais, deve-se ressaltar que tais sistemas foram submetidos a muitos impactos antes mesmo do aparecimento do homem. Foram enchentes, secas, mudanças geológicas. Os que conseguiram se adaptar às mudanças prevaleceram. Mas também, observa-se que estes não são infinitamente resilientes e a dificuldade está justamente em estabelecer as fronteiras dos sistemas e os limites dos fatores de transformação. Assim,

[...] ao pensar sobre as interferências de ordem antrópica [...] concebe-se como sistema tudo que interesse à sociedade humana e que representa um complexo interativo de diferentes classes de sistemas com seus respectivos parâmetros espaciais e temporais (AMADOR, 2011, p. 93)

Com base na defesa teórica de Amador (2011), o estudo dos processos superficiais atuais deve estar baseado na perspectiva interdisciplinar, atentando-se para a sua natureza, intensidade e distribuição na área caracterizada como sistema.

Uma das principais características do meio ambiente diz respeito ao princípio e ao caráter interdisciplinar que a coloca como uma ciência integradora das demais ciências, quando sua principal preocupação é a qualidade de vida do cidadão.

O caráter da interdisciplinaridade científica é, talvez, a questão mais importante da ciência do meio ambiente que se preocupa com as causas e com os efeitos das relações interdependentes de tudo aquilo que cerca e afeta o desenvolvimento do homem para que este obtenha a sua plenitude biológica, sociológica e psicológica. Essa ciência vem crescendo em importância na medida em que o homem se convence de que qualquer solução prática para os seus problemas requer um tratamento interdisciplinar. (ELY, 1990, p. 4)

A concepção do meio ambiente como um princípio de orientação para a formulação e definição de políticas e estratégias de desenvolvimento nacional, regional e setorial é uma prática generalizada nos países desenvolvidos. Estes possuem uma política ambiental bem definida, que serve de base para orientar o processo de planejamento e de desenvolvimento econômico-social. (ELY, 1990, p. 131)

Para definir qualquer recorte territorial é necessário analisar a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, inseparável da ação humana, ou seja, o trabalho e a política. (SILVA, 2012)

As simultaneidades possibilitam diferentes temporalidades, isso significa dizer que os atores sociais se apropriam do espaço por meio de territorialidades igualmente diversas. O território resulta, pois, de múltiplas determinações, inclusive temporais, que se desdobram em determinados lugares e geram inúmeras paisagens.

2.3 RELAÇÕES DE VIDA E DINÂMICA AMBIENTAL

As relações de vida das sociedades humanas ocorrem no cotidiano, e refere-se à vida de todo dia, segundo indica as reflexões de Barcellos (1995), o “palco” onde algumas tramas se desenrolam. É a dimensão na qual o grupo vive experiências comuns, onde se manifesta os saberes e onde por meio da interação ambiente-grupo agente social é formado.

Pode-se afirmar, de acordo com a argumentação apresentada, que o cotidiano representa um ponto de partida e permanece influenciando as gerações que seguem caminhos comuns. Conforme SAQUET nos apresenta,

[...] há elementos claros do método dialético, compreendendo o território como produto histórico, de mudanças e permanências; como projeção espacial, em um ambiente no qual se desenvolve uma sociedade. É uma apropriação social do ambiente; o ambiente construído, com múltiplas variáveis e relações recíprocas e unitárias. O homem age no território, espaço (natural e social) de seu habitar, produzir, viver objetiva e subjetivamente. O território é um espaço natural, social e historicamente organizado e produzido e a paisagem é o nível do visível e percebido deste processo. O território é chão, formas espaciais, relações sociais, e tem significados; produto de ações históricas (longa duração) que se concretizam em momentos distintos e superpostos, gerando diferentes paisagens. Há, no território: identidade e/ou enraizamento e conexões nos níveis nacional e internacional; heterogeneidade e unidade; natureza e sociedade; um processo histórico com definições territoriais específicas para cada organização social e o aparente, que corresponde à paisagem. (SAQUET, 2007, p.142)

As sociedades não são estáticas e estão em constante mudança seja por fatores endógenos ou exógenos, sem que por isso deixem de estar inseridas dentro de um modo de produção, seja de uma pequena produção mercantil, ou numa dimensão maior.

Dessa forma, povos que sofreram mudanças sociais e tecnológicas estão organizando-se para reconquistar ou manter sua identidade e seus territórios, formando coalizões nacionais e internacionais.

Porquanto, torna-se relevante salientar que existe uma consciência crescente de que a continuidade da diversidade de culturas humanas que estabelecem suas relações de vida em observância às dinâmicas naturais do ambiente é elemento fundamental para a constituição de sociedades pluralistas e democráticas, e, por conseguinte, sustentáveis. Nesse sentido, a diversidade ecológica deve caminhar *pari passu* com a diversidade cultural, posto que uma depende da outra.

SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO NO TERRITÓRIO DA MICRORREGIÃO DE ESTÂNCIA



Praça central na cidade de Indiaroba/SE

Fonte: A autora, SAMPAIO, R. M. de. A. 2015

[..] Para compreender a extensa teia de interrelações existentes na interface entre natureza e sociedade, deve-se apurar os sentidos da percepção e a abrangência dos saberes. (RODRIGUEZ e SILVA, 2013)

3 SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO NO TERRITÓRIO DA MICRORREGIÃO DE ESTÂNCIA

3.1 A AÇÃO DO ESTADO NO TERRITÓRIO

O estado brasileiro, depois de séculos, começou a empreender mudanças através de criação de uma infraestrutura que possibilite o trabalhador, em especial o do campo, se manter no seu espaço de trabalho, cultura e sobrevivência.

Segundo Amaral e Targino (2009, p. 02).:

Desde a segunda metade do século XIX, a região Nordeste atraiu a atenção do governo central seja em virtude das secas periódicas que afetam fortemente grande porção do território regional seja em razão do agravamento do seu quadro econômico face o dinamismo do processo de desenvolvimento do sistema capitalista no Brasil centrado espacialmente no centro-sul do país. Diante desse quadro, o Estado procurou implementar políticas que visavam ora a atenuar os efeitos dos desastres climáticos, ora a corrigir os problemas que travavam o desenvolvimento da região e ao mesmo tempo conter os conflitos que passaram a existir devido ao crescente grau de pobreza aí existente.

De acordo com VEIGA (2008, p.87), o PNUD admite que o IDH é um ponto de partida. Recorda que o processo de desenvolvimento é muito mais amplo e mais complexo do que qualquer medida sumária conseguiria captar, mesmo quando completada com outros índices. Ou seja, o IDH não é uma medida compreensiva, pois, não inclui, por exemplo, a capacidade de participar nas decisões que afetam a vida das pessoas e de gozar do respeito dos outros na comunidade.

Dessa forma, apesar da utilização de indicadores de sustentabilidade pautados em tais medidas quantitativas, a realidade dos territórios estapulam os resultados e valores alcançados, e fazem parte do todo que deve ser considerado ao repartir o espaço em busca de compreendê-lo.

Desde o início da colonização, grande parte da vegetação nativa constituída no território sergipano, foi substituída por novos usos. Na atualidade, segundo Netto e Gomes (2010), Sergipe apresenta aproximadamente 5,19% do seu território com áreas decretadas como Unidade de Conservação.

Em Sergipe, são Unidades de Conservação de Proteção Integral: o Parque Nacional Serra de Itabaiana, a Reserva Biológica Santa Isabel, o Monumento Natural do Angico, o

Refugio de Vida Silvestre Mata do Junco, o Parque Natural Municipal de Lagoa do Frio, e o Parque Ecológico de Tramanday.

No caso das unidades de Uso Sustentável, encontram-se: a Floresta Nacional do Ibura, a Reserva Particular de Patrimônio Natural da Fonte da Bica, a Reserva Particular de Patrimônio Natural Marinheiro e Pedra da Urca, a Reserva Particular de Patrimônio Natural Bom Jardim e Tapera, RPPN de Lagoa Encantada do Morro da Lucrécia, RPPN Dona Benta e Seu Caboclo, RPPN do Caju, a APA Morro do Urubu, APA do Litoral Norte, APA da Foz do Rio Vaza-Barris – Ilha do Paraíso e da Paz, APA do Rio Sergipe e a APA do Litoral Sul. Estas unidades são pertencentes às esferas: Federal, Estadual e Municipal.

Conforme discorre Silva (2012), esses espaços territoriais ainda não dispõem de mecanismos de gestão ambiental, como: plano de gestão e de manejo e zoneamento ecológico econômico, evidenciando fragilidade administrativa ao longo de quase 20 anos, cujas Unidades de Conservação estão imbuídas de consideráveis impactos socioambientais e os conflitos envolvem atores sociais e interesses diversos.

Considerando que o recorte empírico do projeto de dissertação contempla os municípios pertencentes à microrregião de Estância – Estância, Itaporanga d'Ajuda, Indiaroba e Santa Luzia do Itanhy (Figura 2), cuja mesorregião é denominada Leste Sergipano, pode-se afirmar que as Unidades de Conservação presentes na área de estudo são: Parque Nacional Serra de Itabaiana, a Reserva Particular de Patrimônio Natural Marinheiro e Pedra da Urca, a RPPN Bom Jardim e Tapera, RPPN do Caju, a APA da Foz do Rio Vaza-Barris – Ilha do Paraíso e da Paz e a APA do Litoral Sul. (Quadro 3)

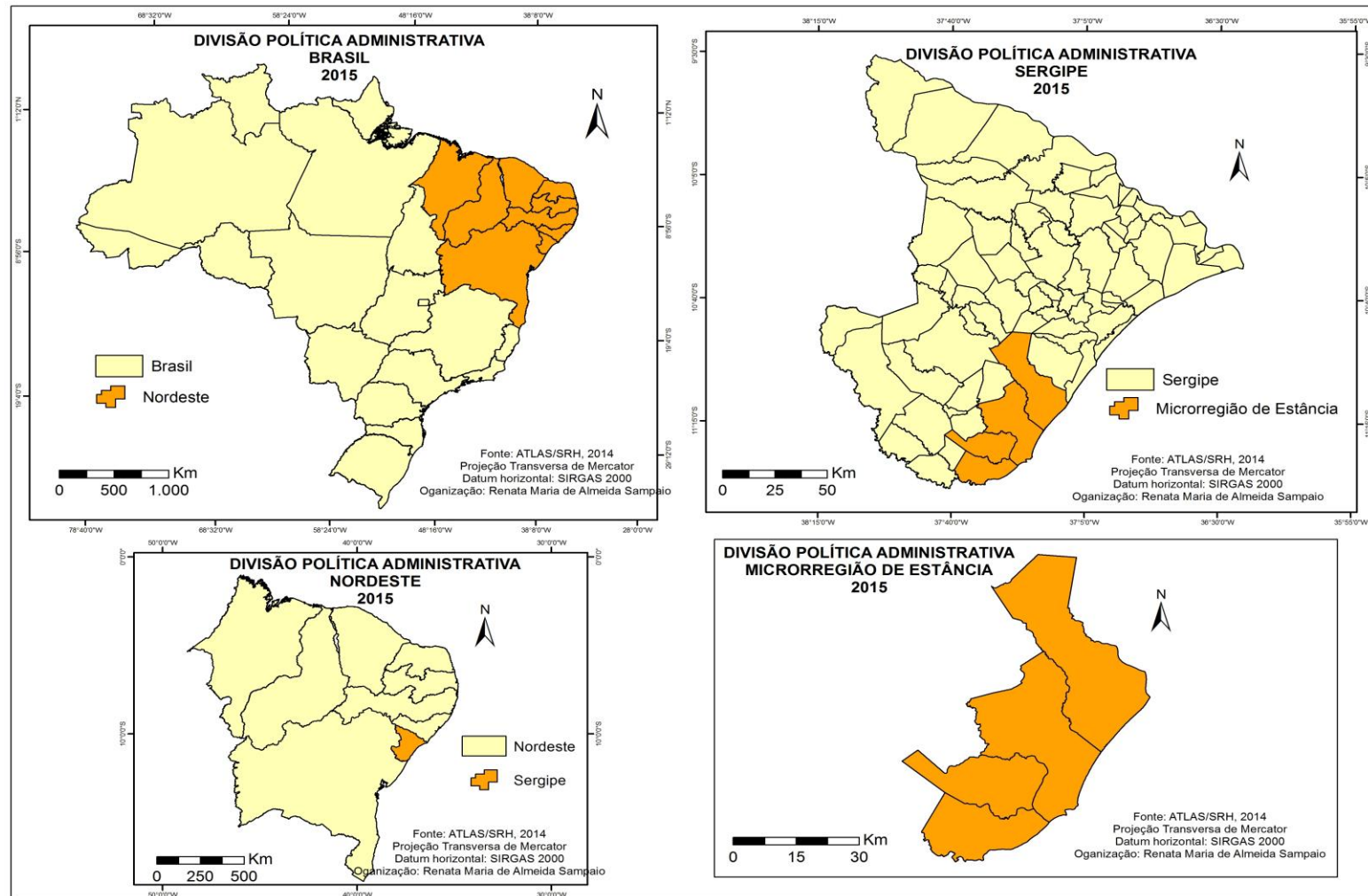
Quadro 3 – Unidades de Conservação na Microrregião de Estância

| Unidade de Conservação | Administração | Legislação | Municípios |
|---|----------------------|--------------------------------------|--|
| APA do Litoral Sul | Estadual | Decreto nº 13.468 de 22/01/1993 | Itaporanga d'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhy, Indiaroba |
| RPPN Bom Jardim e Tapera | Particular | Portaria nº 102 do IBAMA 2006 | Santa Luzia do Itanhy |
| RPPN Marinheiro e Pedra da Urça | Particular | Portaria nº 4 do IBAMA de 10/01/2007 | Santa Luzia do Itanhy |
| Parque Nacional Serra de Itabaiana | Federal | Decreto nº 15/06/2005 | Areia Branca, Itabaiana, Laranjeiras, Itaporanga D'Ajuda, Campo do Brito |
| APA da Foz do Rio Vaza Barris | Estadual | Lei nº 2795 de 30/03/1990 | Itaporanga D'Ajuda |

Fonte: ADEMA, adaptado pela autora.

Em termos de dimensão territorial e importância para os municípios da microrregião de Estância, dentre as Unidades de Conservação elencadas, pode-se destacar a APA do Litoral Sul, que foi criada em 1993, com o intuito de ordenar os usos e ocupação do litoral. Deve-se considerar, pois, que se trata de uma área com importante potencial turístico.

Figura 2
Localização da Microrregião de Estância



Elaboração: SAMPAIO, R. M. de A. (2015).

Com base nas proposições de Santos (1992) a respeito das unidades geomorfológicas da área estudada, a caracterização litoestratigráfica e estrutural corresponde a Planície Litorânea, com altitudes inferiores a 80 metros, com declives suaves em direção ao litoral, eventualmente apresentando escarpas de falésias mortas, bastante erodidas; e aos Tabuleiros Costeiros, com altitudes entre 30 e 100 metros, com relevos de topos planos, seccionados por vales abertos ou mesmo em U, colinas convexas e declives orientados para o litoral (Figura 3).

Considera-se, pois, que a estrutura geológica exerce um controle significativo na evolução geomorfológica, contudo é impossível avaliar a atuação dos processos geomorfológicos sobre as diferentes estruturas geológicas sem levar em consideração a variedade de climas que atuaram sobre elas.

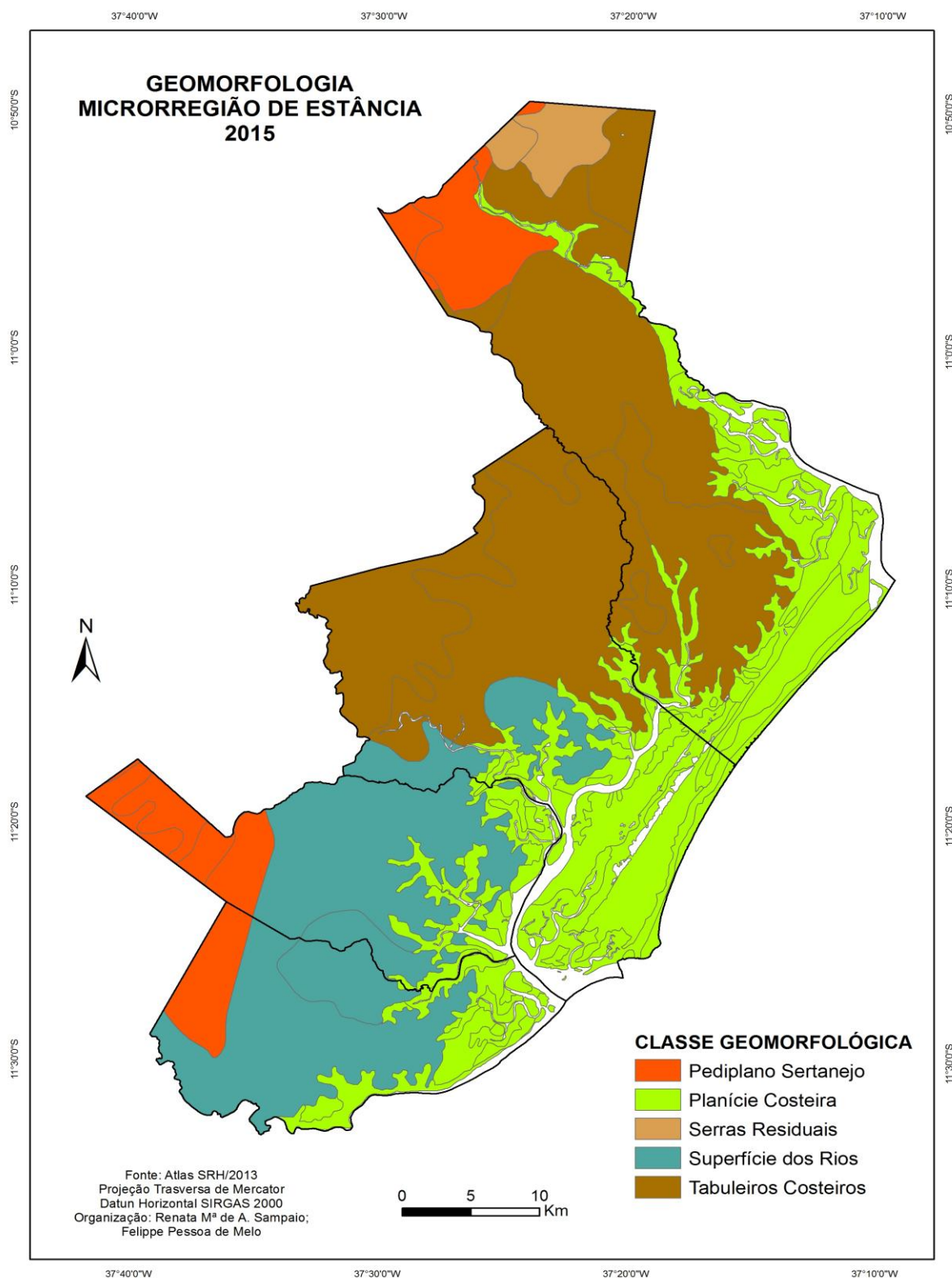
No arcabouço geológico de Sergipe, a área de estudo corresponde aos terrenos cristalinos (Figura 4), sendo banhada pelas bacias hidrográficas do Rio Real, Rio Piauí e Rio Vaza-Barris.(Figura 5)

De acordo com SANTOS e FONTES (1999), as bacias hidrográficas constituem-se unidade física ideal para estudos ambientais por apresentarem características para a elaboração de um planejamento integrado (unidade física e unidade social), visando a implantação de um programa racional de utilização e conservação dos recursos naturais – solo, água e vegetação.

Segundo os autores acima indicados, o uso indiscriminado de agrotóxicos na agricultura, alixiviação dos solos e o chorume nos lixões das áreas urbanas provocam a contaminação do lençol freático, poluindo os poços d'água e rios.

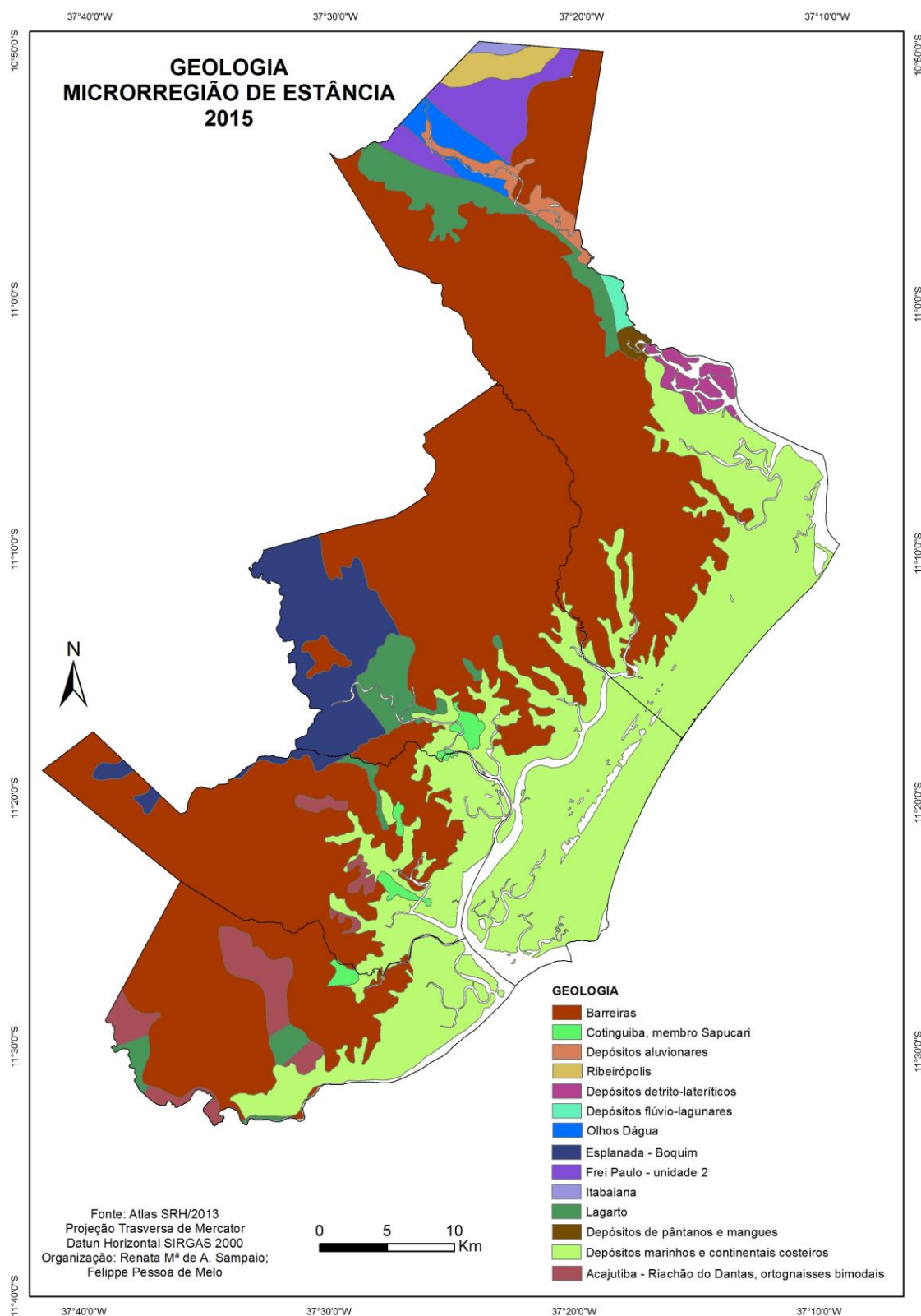
Na cidade de Estância, outra forma de poluição se dá através do despejo direto dos esgotos da cidade no rio Piauitinga, bem como das indústrias que o margeiam.

Figura 3
Geomorfologia da Microrregião de Estância



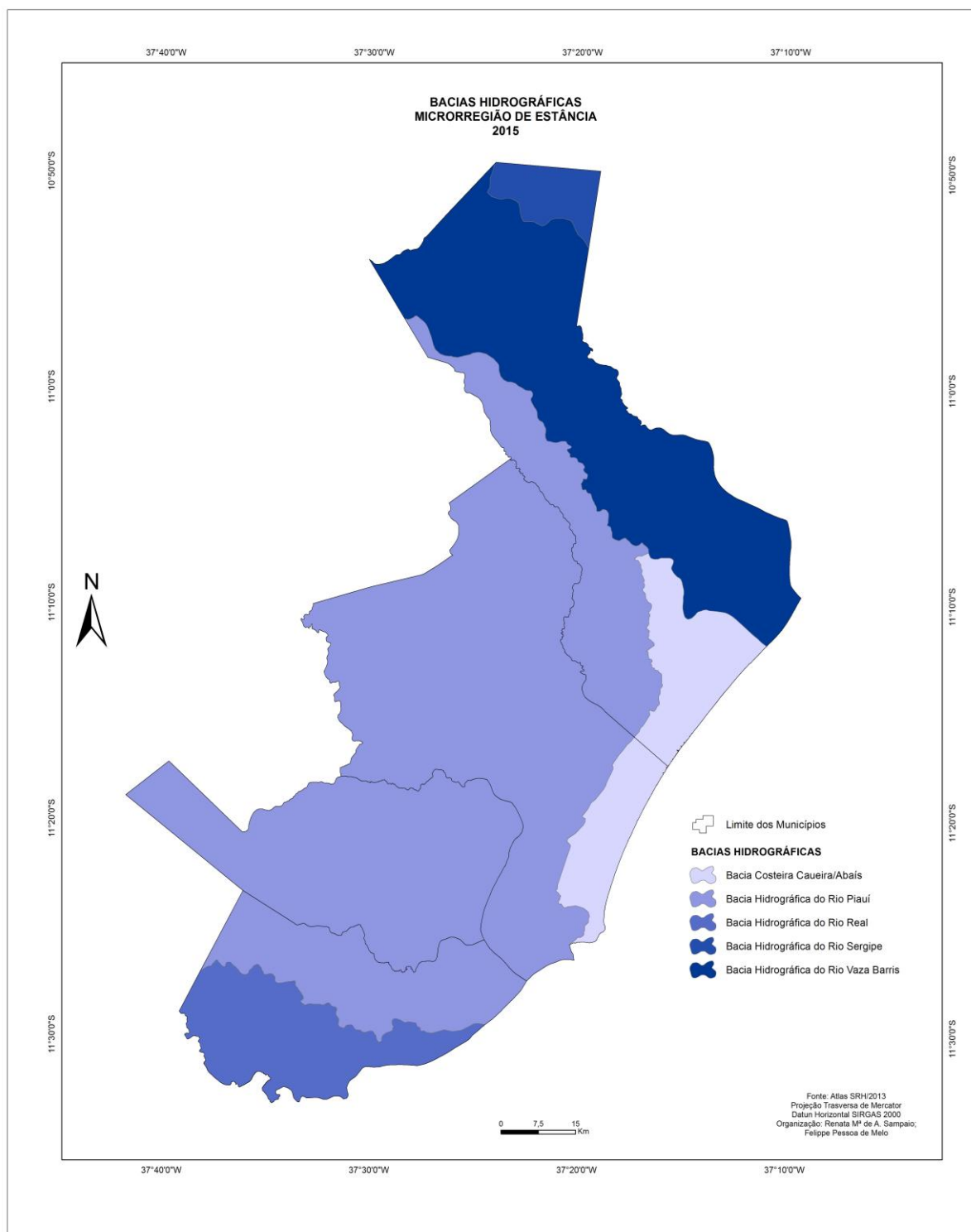
Elaboração: SAMPAIO, R. M. de A. (2015).

Figura 4
Geologia da Microrregião de Estância



Elaboração: SAMPAIO, R. M. de A. (2015).

Figura 5
Bacias Hidrográficas da Microrregião de Estância

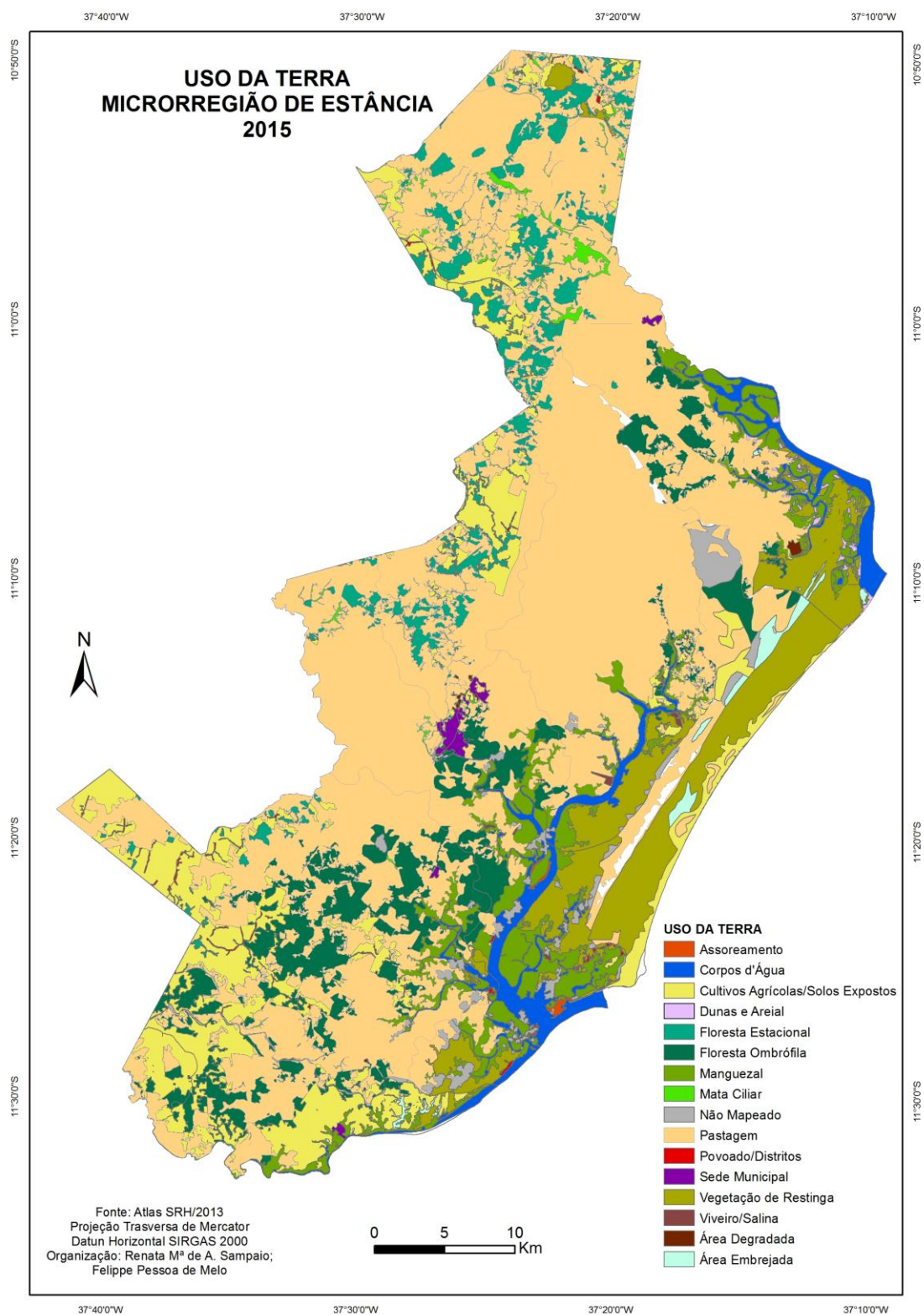


Elaboração: SAMPAIO, R. M. de A. (2015).

No tocante ao uso cobertura do solo dos municípios da microrregião mencionada, a constituição se dá em: manguezal, associações de dunas e sedimentos arenosos, vegetação de restinga, floresta estacional, floresta ombrófila, mata ciliar, pastagem, área de brejo, viveiro/salina, área assoreada, cultivos agrícolas, dentre outras denominações (Figura 6).

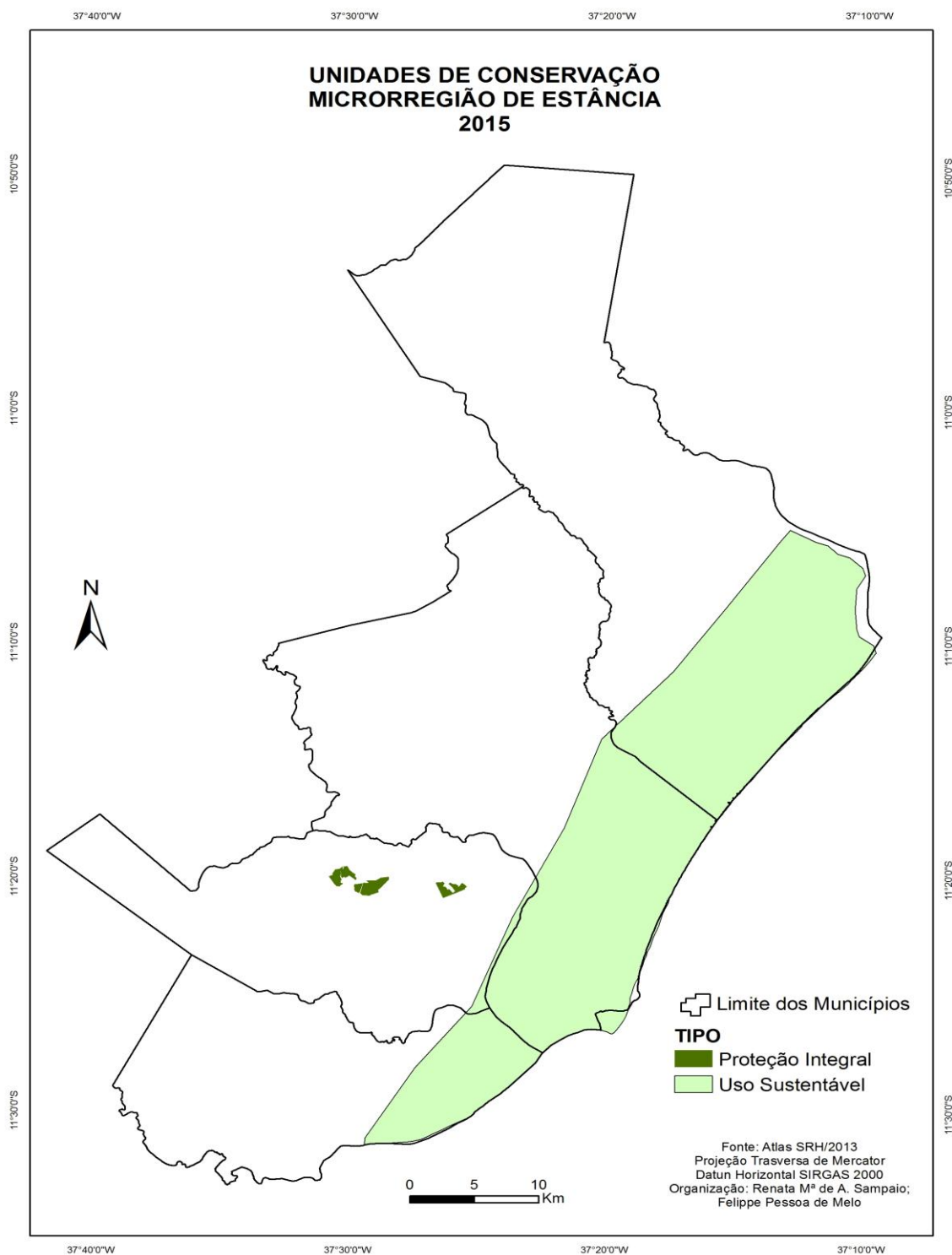
Segundo elucida Silva (2012), a APA do Litoral Sul foi instituída pelo Decreto N.º 13.468 de 21 de Janeiro de 1993: Art. 1º. Fica instituída a Área de proteção Ambiental do Litoral Sul do Estado de Sergipe (APA – Litoral Sul), limitada, ao sul, pela margem esquerda do Rio Real, no limite fronteiriço com o Estado da Bahia; ao norte, pela margem direita do Rio Vasa-Barris; ao leste, pelo Oceano Atlântico; e ao oeste, por uma linha distante 10 km (dez quilômetros) dos pontos de preamar média de 1831, nos termos do PORTO-MARINST n.º 318.001-A, de 30 de setembro de 1982, e do Programa nacional de Gerenciamento Costeiro. No entanto, seus contornos foram definidos somente em 2009, quando a SEMARH providenciou a elaboração do Memorial Descritivo. (Figura 7)

Figura 6
Microrregião de Estância – Uso e Cobertura do Solo



Elaboração: SAMPAIO, R. M. de A. (2015).

Figura 7
Microrregião de Estância – Unidades de Conservação



Elaboração: SAMPAIO, R. M. de A. (2015).

Entre os instrumentos de ordenamento empregados no Litoral Sul de Sergipe destacam-se: GERCO (Gerenciamento Costeiro); PRODETUR (Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste); Projeto ORLA; e Programa Sergipe Cidades.

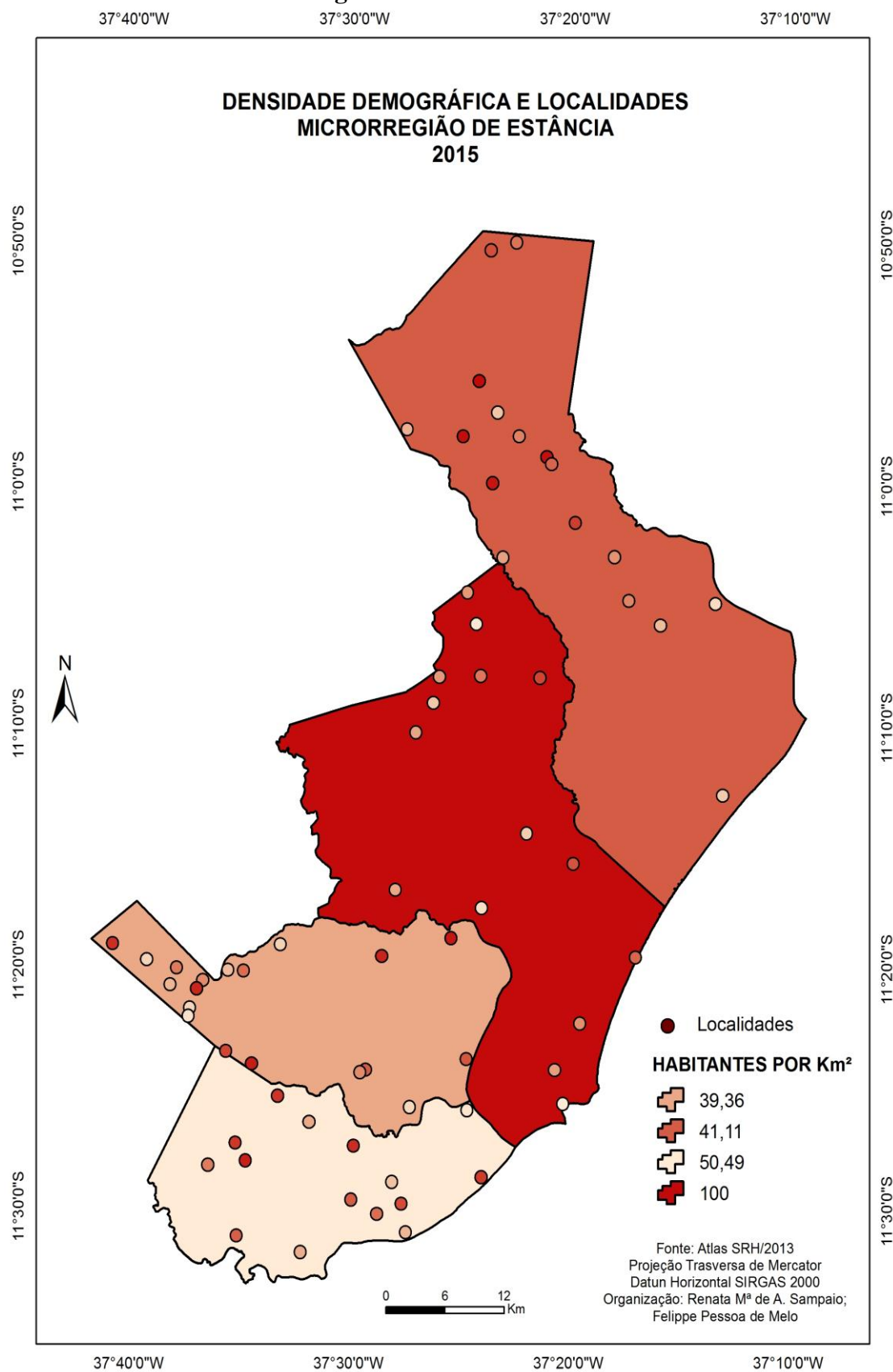
Seu território é campo de múltiplos conflitos que ocorrem pelos interesses dos atores sociais envolvidos no uso do território. O turismo não planejado, observado no litoral sul do estado de Sergipe, pode intensificar os conflitos pelo controle e uso do território e, dessa maneira, as comunidades tradicionais residentes nessas áreas são colocadas à margem desse processo.

Um exemplo forte, a respeito de tais comunidades e sua territorialidade, é o que ocorre com as catadoras de mangaba, presentes na microrregião de Estância, em que a busca pela criação de uma Reserva Extrativista (RESEX), marca o empoderamento feminino face às relações de poder estabelecidas pelos proprietários de terra.

Os impactos provenientes de tais ações desordenadas têm contribuído para a perda da biodiversidade, visto que os recursos naturais provenientes dessas áreas necessitam de manejo correto para sua utilização sustentável.

As proposições apresentadas à luz dos conceitos de território demonstram o desafio da sustentabilidade das comunidades litorâneas (Figura 8), ante as diferentes ameaças que circundam seus territórios de reprodução cultural. Destarte, a implementação de territórios de conservação fornecerá a proteção necessária a estes espaços, mediante a legislação vigente.

Figura 8
Microrregião de Estância – Localidades



Elaboração: SAMPAIO, R. M. de A. (2015).

A distribuição espacial das localidades destacadas, se dá de forma parcialmente homogênea, considerando uma diminuição da presença de tais áreas nas proximidades com o litoral, no município de Itaporanga D'Ajuda, em que a única comunidade presente, Praia da Caueira, atrai quantidade considerável de turistas que chegam ao lugar durante a alta temporada.

As comunidades litorâneas destacadas na figura anterior necessitam da proteção de seus territórios para a garantia de sua reprodução cultural. Desse modo, tal proteção se dará com o fornecimento de territórios de conservação, fato que não deve ser negligenciado pelos gestores das políticas ambientais.

A obtenção de recursos naturais por meio de atividades extrativistas faz parte do cotidiano de importantes localidades na microrregião de Estância. O turismo, já mencionado, também corresponde às atividades econômicas desenvolvidas, especialmente nas áreas próximas ao litoral. As comunidades tradicionais presentes nessas áreas precisam lidar com os desafios da defesa do território vivido.

3.2 O USO DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE PARA A GESTÃO DAS POLÍTICAS TERRITORIAIS

A necessidade de mensurar a sustentabilidade de determinado aspecto ou sistema permitiu o desenvolvimento de ferramentas que pudessem viabilizar tal processo. Nesse sentido, os indicadores de sustentabilidade são ferramentas que avaliam o grau de sustentabilidade em agroecossistemas naturais, com utilização de métodos que auxiliem na definição e análise do desempenho ambiental.

Os indicadores são de fato um modelo da realidade, mas não podem ser considerados como a própria realidade, entretanto devem ser analiticamente legítimos e construídos dentro de uma metodologia coerente de mensuração. Eles são sinais referentes a eventos e sistemas complexos. São pedaços de informação que apontam para características dos sistemas, realçando o que está acontecendo no mesmo. Os indicadores são utilizados para simplificar informações sobre fenômenos complexos e para tornar a comunicação acerca destes fenômenos mais compreensível e quantificável. (VAN BELLEN, 2002, p. 32)

Ainda para Van Bellen (2002) o objetivo dos indicadores em agregar e quantificar informações de maneira a simplificá-las é deixar mais aparente sua significância, e que essa quantificação deve ter em vista julgamentos de valor em diferentes níveis e dimensões existentes.

Desta forma, a metodologia utilizada para avaliação da sustentabilidade deve permitir adaptação a realidade estudada. Tavares (2009) ressalta que o número de indicadores que podem ser estabelecidos são intermináveis, mas que estes devem possuir características tais como: relevância política, abranger elementos essenciais, sensibilidade a mudanças no tempo e a diferenças sociais e geográficas, permitir o enfoque integrado, mensurabilidade, permitir a participação dos atores na coleta e na análise dos dados e possuir relação de complementaridade e compatibilidade com os demais indicadores.

Os indicadores “[...] devem contribuir para a compreensão das relações existentes entre as questões agrícolas e ambientais, mostrar a evolução ao longo do tempo e fornecer informações para a tomada de decisão, retratando os processos subjacentes e as relações existentes entre atividade humana e meio ambiente. (TAVARES, 2009, p.89)

Indicadores expressam um compromisso e, apesar de sua imprecisão, fazem parte do processo de compreensão das relações entre o homem e o meio ambiente dentro do campo do desenvolvimento. Por definição, os indicadores de sustentabilidade são instrumentos imperfeitos e não universalmente aplicáveis, sendo que cada vez se torna mais necessário conhecer as particularidades dos diferentes sistemas, suas características e aplicações. (VAN BELLEN, 2002, p. 48)

Os sistemas de indicadores existentes e utilizados, em sua maioria, foram desenvolvidos por razões caracterizadas de forma específica: são indicadores ambientais, econômicos, de saúde e sociais e não podem ser considerados indicadores de sustentabilidade em si mesmos. Entretanto, Van Bellen (2002) defende que estes indicadores muitas vezes possuem um potencial representativo dentro do contexto do desenvolvimento sustentável.

A Agenda 21 foi adotada na Conferência Internacional da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, a fim de direcionar o desenvolvimento sustentável para uma meta global que fosse aceitável. Nesse sentido, a própria Agenda 21 expressa a necessidade de desenvolver indicadores de desenvolvimento sustentável para contemplar as populações presentes e futuras.

Van Ballen destaca que esta representação pode apresentar a dimensão principal de cada índice para realçar aspectos de performance que mereçam mais atenção, sendo adequada também para comparações entre diferentes avaliações.

O bem-estar humano é premissa básica para o desenvolvimento sustentável, pois nenhuma pessoa consciente deve aceitar um baixo padrão de existência por um longo período. Da mesma forma, o bem-estar da natureza é necessário, pois é ele que fornece a capacidade de suporte para todo o tipo de vida. Desta maneira, as condições humanas e ecológicas são igualmente importantes e uma sociedade sustentável deve alcançar estes dois objetivos conjuntamente (PRESCOTT-ALLEN *apud* VAN BELLEN, 2002, p. 155)

O autor Prescott-Allen é um dos principais pesquisadores engajados no desenvolvimento e aprimoramento desta ferramenta. De acordo com seus estudos, umas das importantes características do *Barometer of Sustainability* é a capacidade de combinar indicadores que permitem aos pesquisadores encontrarem resultados a partir de dados considerados, por vezes, contraditórios, seguindo uma escala de performance.

O importante que se observa a partir da discussão sobre indicadores relacionados avaliação de sustentabilidade, segundo Van Bellen (2002), a necessidade que estes tem de serem holísticos, ou seja, em considerar o conjunto dos aspectos econômicos, políticos, culturais, sociais, ecológico e outros envolvidos no tema desenvolvimento, e "representarem diretamente as propriedades do sistema total e lido apenas elementos e interconexões dos subsistemas (VAN BELLEN, 2002:, p.57).

A forma de se operacionalizar esta ferramenta inicia com a coleta de indicadores com características que revelam mais sobre o estado geral do sistema. A escolha destes indicadores é feita através de um método hierarquizado, que se inicia com a definição do sistema e da meta, e deve chegar aos indicadores mensuráveis e seus critérios de performance.

Após a coleta dos indicadores, estes serão combinados e resultarão em índices que, segundo Van Bellen (2002, p.139) "são apresentados através de uma representação gráfica, procurando facilitar a compreensão e dar um quadro geral do estado do meio ambiente e da sociedade". (MEYER, 2004, p.28)

O maior desafio deste tipo de trabalho é definir o que é sustentável, estabelecendo Escalas de Desempenho, sobretudo na dimensão ambiental, porque conhecemos pouco sobre a dinâmica e o funcionamento dos ecossistemas, e porque o desenvolvimento envolve inúmeros

fatores que interagem de forma complexa, por vezes, difíceis de decifrar. (KRONEMBERGER, 2008, p.26)

O termo meio ambiente, ainda que tenha sido ampliado, parece não conseguir desprender-se de uma gênese naturalista, o que leva a crer que tenha sido gerada uma concepção cultural que exclui a sociedade da condição de componente/sujeito, mas inclui como agente. (MENDONÇA, 2001, p.121)

Na atualidade, surge o termo socioambiental, contemplando a preocupação com a problemática da interação sociedade-natureza.

Em seu sentido mais amplo, o desenvolvimento deve ser definido como uma significativa mudança qualitativa, que geralmente ocorre de maneira cumulativa (VEIGA, p.119)

Pensar que as coisas, por si mesmas, são suficientes para promover o desenvolvimentos cria falsas e fúteis expectativas. Pior ainda, evita providências que poderiam efetivamente promover o desenvolvimento. (VEIGA, 2008, p.123)

O problema é que construir um índice, quando se dispõe de razoável matéria-prima (bases de dados) é uma tarefa “bem mais fácil do que conseguir legitimá-lo”. (VEIGA, 2008, p.88).

Em suma, mesmo que muitos problemas ainda precisem ser enfrentados para que a sustentabilidade ambiental venha a ser bem mensurada, está mais do que claro que o lado social do problema passou a ser inseparável de seu lado ambiental. Todavia, não é tão evidente o modo como os qualificativos “social” e “ambiental” devem ser amalgamados ou fundidos na resultante “socioambiental”.

3.3 POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL EM SERGIPE

Os formuladores das políticas ambientais globais, até a década de 1960, destacando-se aquelas voltadas para o estabelecimento de Unidades de Conservação, pregavam a exclusão das comunidades locais. Esses pensamentos ganharam repercussão em convenções, congressos, encontros e acordos realizados em âmbito internacional, que repercutiram e influenciaram nas políticas nacionais de vários países, inclusive no Brasil.

De acordo com as proposições tecidas por SILVA (2012), a partir dos anos 70 do século XX, iniciativas de criação e de reconhecimento internacional de áreas de relevante interesse

ecológico ou cultural começaram a ser discutidas e implementadas visando estimular e fomentar a conservação de áreas representativas e singulares em várias partes do mundo, como também estabelecer áreas para a realização de pesquisas científicas.

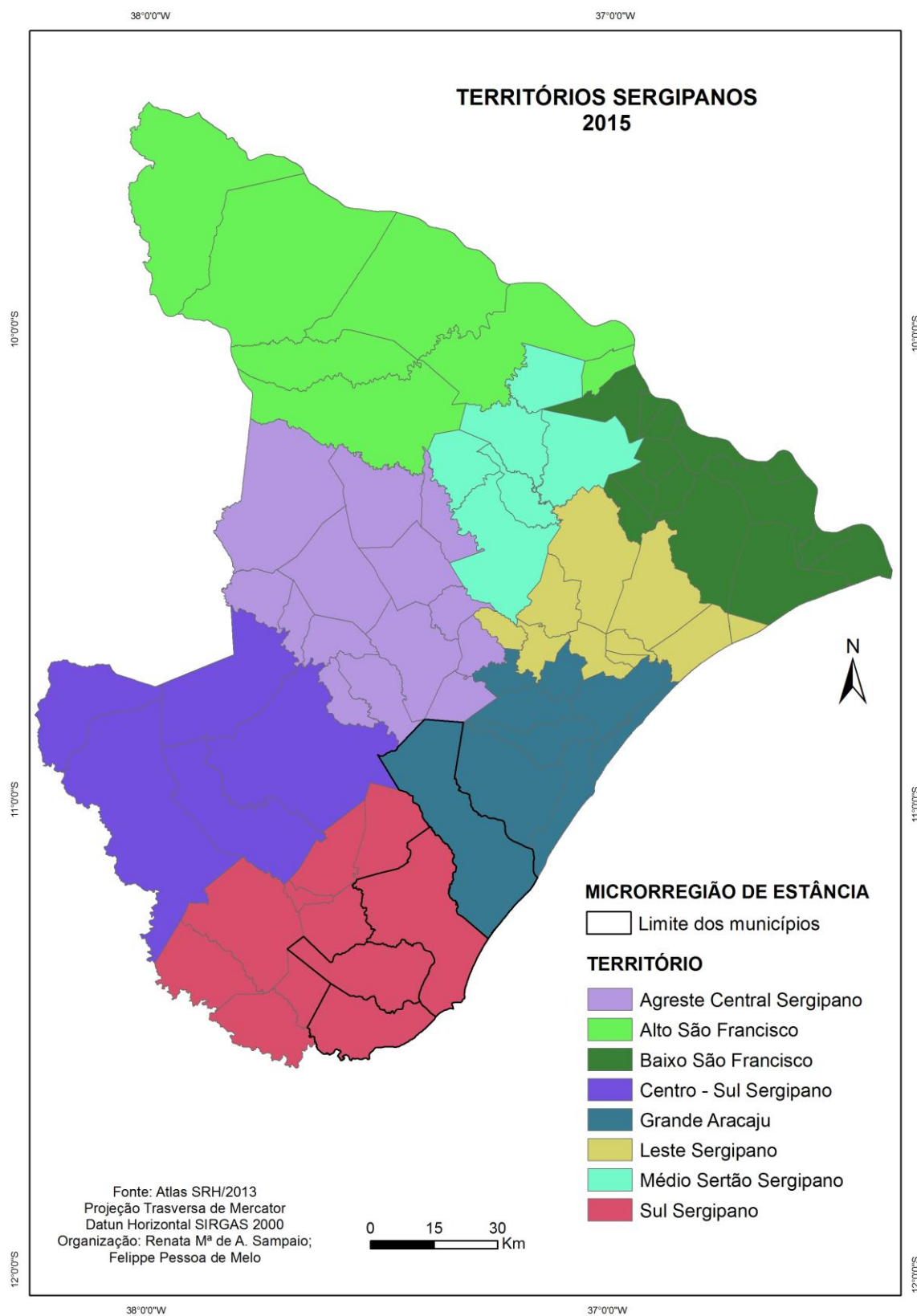
No Brasil, assim como na maioria dos outros países megadiversos, os recursos naturais vêm sendo dilapidados desde o período colonial onde sua utilização sempre ocorreu de forma desigual privilegiando um grupo restrito de atores sociais. Assim, para compreender a dilapidação dos recursos naturais e a criação e evolução da política de conservação ambiental do país, há necessidade de contextualizar sumariamente a dinâmica de ocupação territorial bem como os marcos regulatórios até então estabelecidos. (SILVA, 2012, p.92)

Em Sergipe os projetos e políticas públicas voltados para a sustentabilidade impulsionaram transformações no cenário administrativo dos municípios e também com relação ao gerenciamento do uso e manejo da água das bacias hidrográficas sergipanas.

A água por ser um recurso que responde de forma mais rápida os impactos ambientais a ela ocasionados está mais no enfoque dos projetos e políticas públicas, e também por apresentar uma escala de danos mais abrangente.

Nesse sentido, os territórios sergipanos (Figura 9) possuem características diferenciadas no tocante à abrangência de tais projetos, haja vista a proximidade nos municípios do litoral sul do estado com a capital, Aracaju, estabelecendo relações de dependência.

Figura 9
Territórios Sergipanos



Elaboração: SAMPAIO, R. M. de A. (2015).

3.4 DIMENSÃO SOCIOINSTITUCIONAL

Os indicadores de sustentabilidade e suas variáveis correspondentes, referentes a dimensão socioinstitucional são:

Quadro 4 – Indicadores e Variáveis da dimensão socioinstitucional.

| INDICADORES | VARIÁVEIS |
|---|--|
| Serviços de Saúde | PSF |
| | Unidades de Saúde |
| | Recursos Humanos |
| Educação | Jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo |
| | Nº de escolas |
| | Nº de matrículas |
| Vulnerabilidade Social | População em extrema pobreza |
| | Famílias assistidas pelo Bolsa Família em relação ao nº de famílias que apresentam perfil correspondente |
| | População vulnerável à pobreza |
| Trabalho e Distribuição de renda | Pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal |
| | IDHM |
| | População Economicamente Ativa Ocupada |

Elaboração: SAMPAIO, R. M. de A. (2015).

Para cada município componente da microrregião de Estância, apresenta-se um gráfico correspondente aos indicadores supracitados. Os valores contidos na confecção dos mesmos, estão relacionados às variáveis destinadas à avaliação do desempenho dos municípios, atribuídos para analisar a performance apresentada.

Quadro 5 – Indicadores de sustentabilidade (dados em %); **Dimensão socioinstitucional**

| Indicadores | Variáveis | Municípios da Microrregião de Estância | | | |
|----------------------------------|--|--|-----------------------|-----------|--------------------|
| | | Estância | Santa Luzia do Itanhy | Indiaroba | Itaporanga d'Ajuda |
| Serviços de Saúde | PSF | 95,21% | 73,5% | 100% | 100% |
| | Unidades de Saúde | 50,7% | 85,8% | 50,4% | 47% |
| | Recursos Humanos | 100% | 100% | 70% | 100% |
| Educação | Jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo | 37,02% | 22,55% | 32,91% | 24,58% |
| | Nº de escolas | 87,1% | 38,1% | 42,3% | 40,6% |
| | Nº de matrículas | 81,4% | 77,7% | 84,5% | 83,3% |
| Vulnerabilidade Social | População em extrema pobreza | 16,5% | 34% | 30,9% | 24,8% |
| | Famílias assistidas pelo Bolsa Família em relação ao nº de famílias que apresentam perfil correspondente | 33,5% | 64,5% | 17,8% | 63,6% |
| | População vulnerável à pobreza | 53,95% | 79,34% | 74,63% | 69,53% |
| Trabalho e Distribuição de renda | Pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal | 45,81% | 63,65% | 58,08% | 55,74% |
| | IDHM | 64,7% | 54,5% | 58% | 56,1% |
| | População Economicamente Ativa Ocupada | 63,3% | 61,8% | 63% | 56,6% |

Elaboração: SAMPAIO, R. M. de A. (2015).

Em Estância, os indicadores socioinstitucionais apresentaram um padrão diferenciado a respeito da disposição das variáveis.

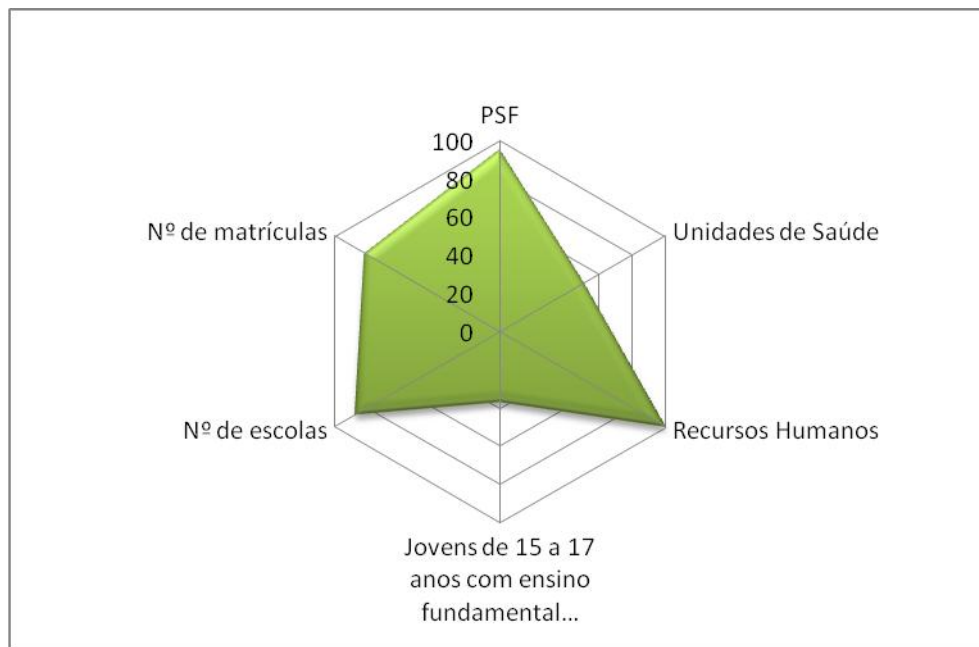


Figura 10 – Resultado dos indicadores de Saúde e Educação em Estância.
Elaboração: SAMPAIO, R. M. de A. (2015).

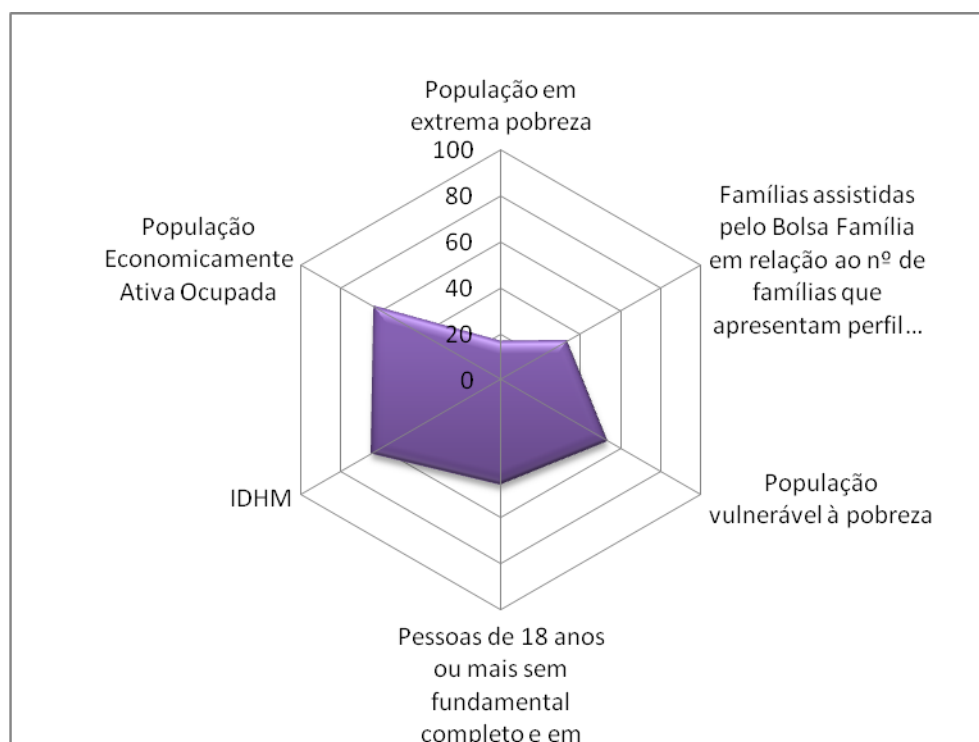


Figura 11 – Resultado dos indicadores de Vulnerabilidade Social, Trabalho e Distribuição de Renda, em Estância. **Elaboração:** SAMPAIO, R. M. de A. (2015).

Os indicadores de Saúde e Educação referentes ao município de Estância, demonstraram valores positivos a respeito de parte significativa das variáveis: PSF 95,21%, Recursos Humanos 100%, N° de escolas 87,1% e N° de matrículas 81,4%; correspondendo a valores sustentáveis na escala de desempenho. Contudo, os valores relacionados a Unidades de Saúde 50,7% e Jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo 37,02%, estabeleceram-se entre Médio e Fraco desempenho.

Ainda na dimensão socioinstitucional, os indicadores de Vulnerabilidade Social, Trabalho e Distribuição de Renda, apresentaram desempenho mais distante do necessário, com os valores: População em extrema pobreza 16,5%, Famílias assistidas pelo Bolsa Família em relação ao n° de famílias que apresentam perfil correspondente 33,5%, População vulnerável à pobreza 53,95%, Pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal 45,81%, IDHM 64,7% e População Economicamente Ativa Ocupada 63,3%.

Nesse caso, os valores correspondentes a População em extrema pobreza e/ou vulnerável à pobreza são inversamente proporcionais, ou seja, quanto menor a porcentagem, melhor a performance obtida. Nos demais casos, os valores mais baixos correspondem a Fraco, Médio e Bom desempenho.

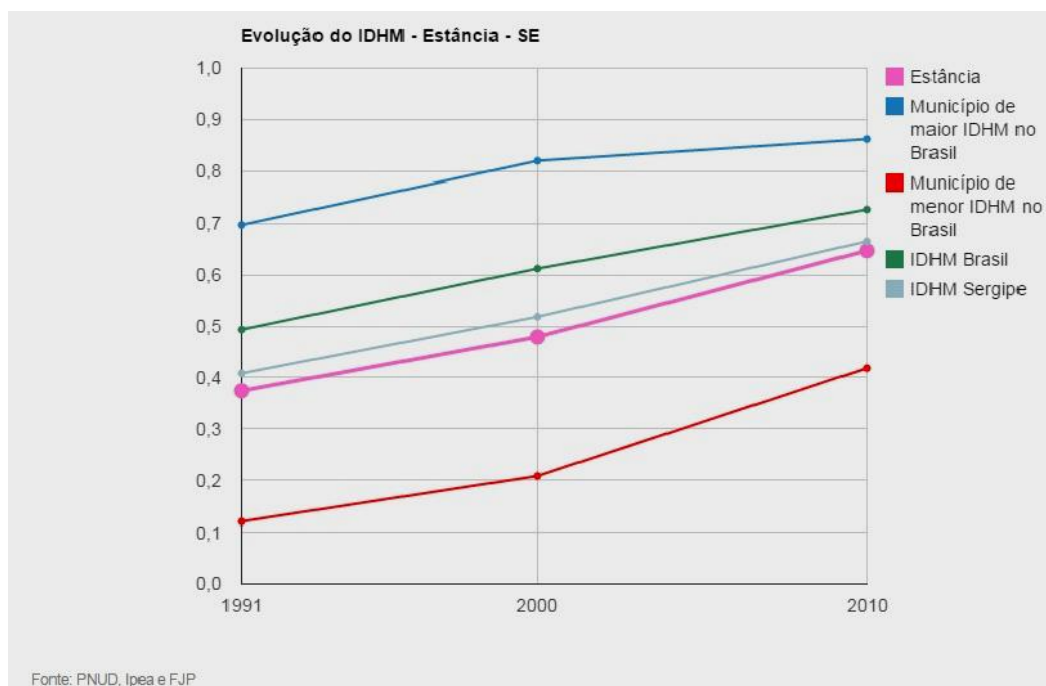


Figura 12 - Evolução do IDHM, Estância/SE
Fonte: PNUD, Ipea e FJP

A evolução do IDHM do município de Estância (Figura 12) destaca um aumento considerável nos valores correspondentes, embora esteja abaixo da média do estado de Sergipe.

O município de Santa Luzia do Itanhy apresentou tênue diferença em relação ao município anterior.

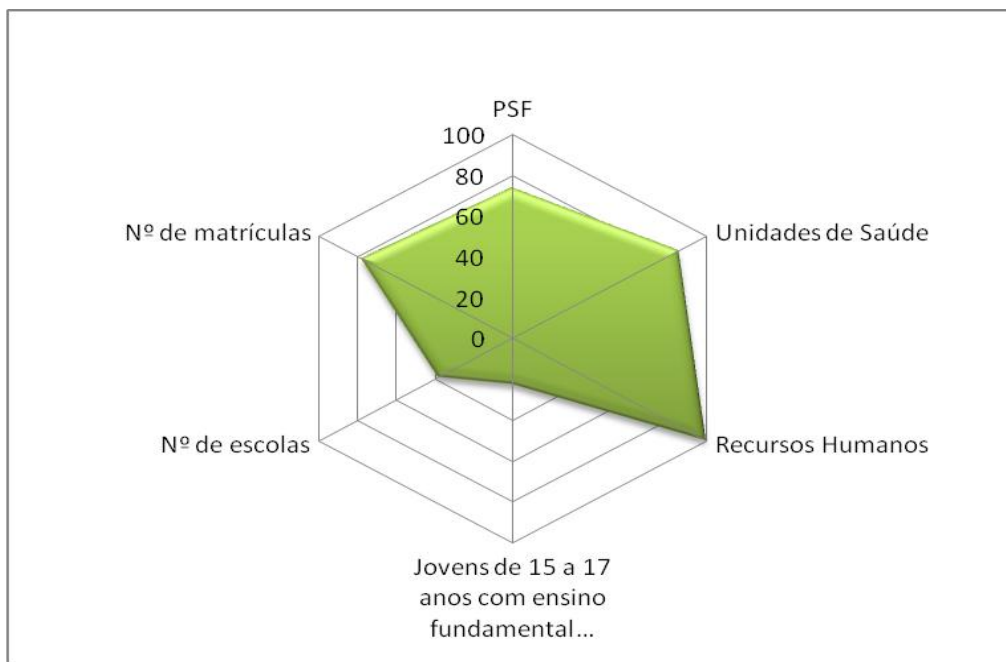


Figura 13 – Resultado dos indicadores de Saúde e Educação em Santa Luzia do Itanhy. **Elaboração:** SAMPAIO, R. M. de A. (2015).

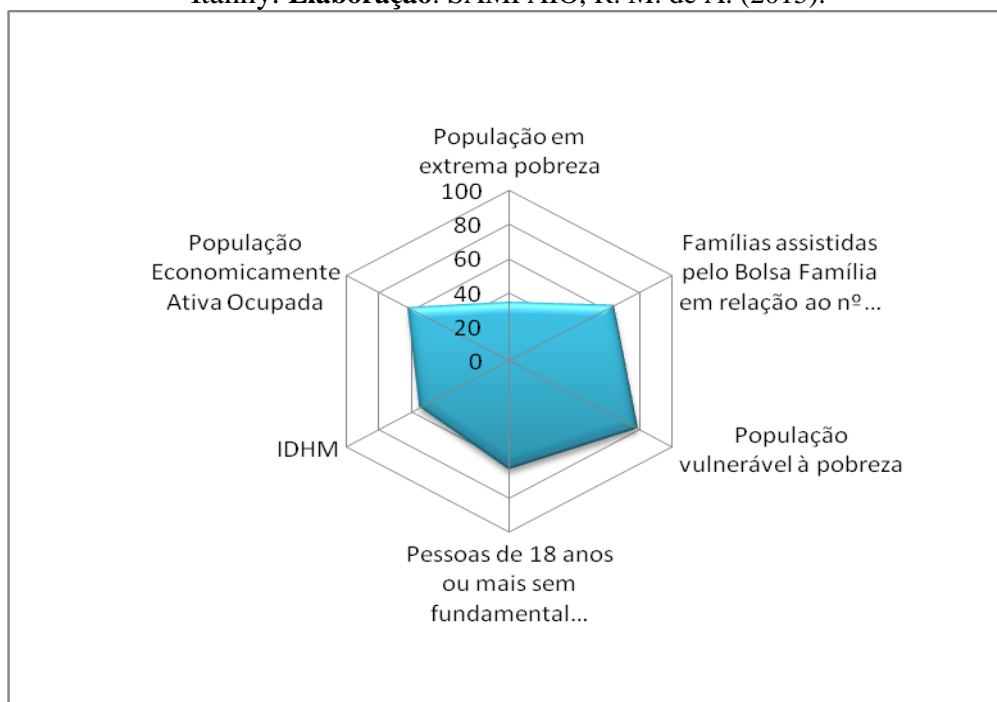


Figura 14 – Resultado dos indicadores de Vulnerabilidade Social, Trabalho e Distribuição de Renda, em Santa Luzia do Itanhy. **Elaboração:** SAMPAIO, R. M. de A. (2015).

Os valores apresentados pelo município supracitado, correspondem a: PSF 73,5%, Unidades de Saúde 85,8%, Recursos Humanos 100% e N° de matrículas 77,7%, permanecendo assim entre Bom e Sustentável na escala de desempenho. Contudo, no que se refere ao N° de Jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo 22,55% e N° de escolas 38,1%, os valores indicados apresentam desempenho Fraco para ambas variáveis.

Os indicadores de Vulnerabilidade Social, Trabalho e Distribuição de Renda, semelhante ao que ocorreu com o município de Estância, alcançaram valores mais baixos: População em extrema pobreza 34%, Famílias assistidas pelo Bolsa Família em relação ao n° de famílias que apresentam perfil correspondente 64,5%, População vulnerável à pobreza 79,34%, Pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal 63,65%, IDHM 54,5% - com evolução positiva (Figura 15) e População Economicamente Ativa Ocupada 61,8%. O valor correspondente a População em extrema pobreza chama a atenção, considerando que 34% da população de um município de 13.733 habitantes (IBGE, 2014), é significativamente alto, bem como o valor de parcela da população que está vulnerável à pobreza.

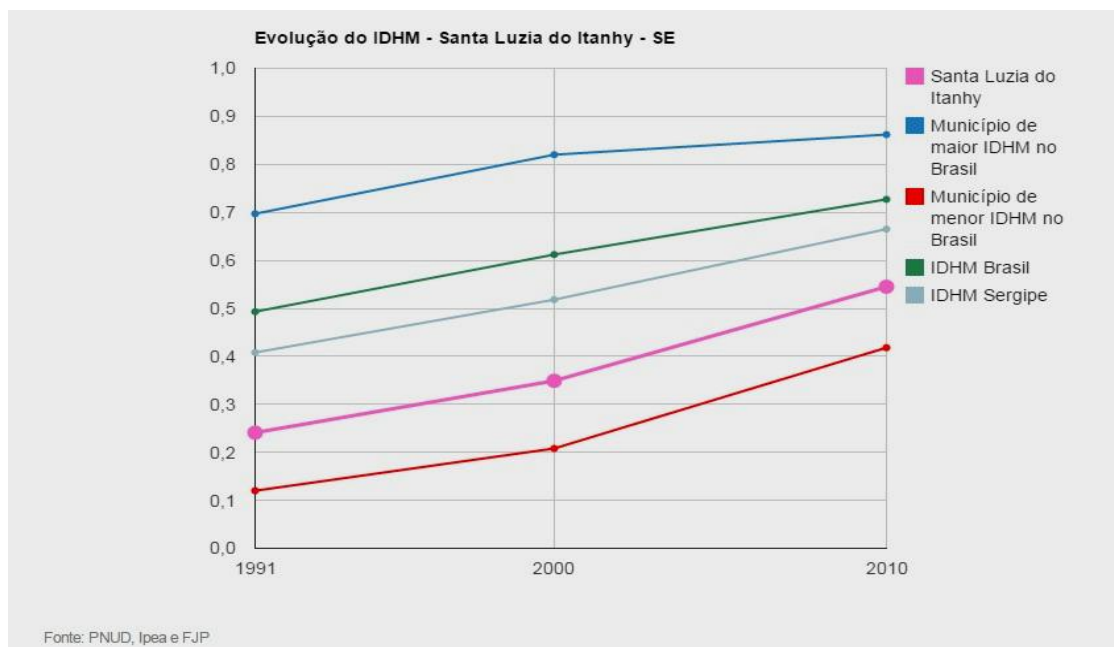


Figura 15 - Evolução do IDHM, Santa Luzia do Itanhy/SE
Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Em Indiaroba, os gráficos a seguir diferem dos municípios apresentados anteriormente, em especial, no tocante aos indicadores de Saúde e Educação.

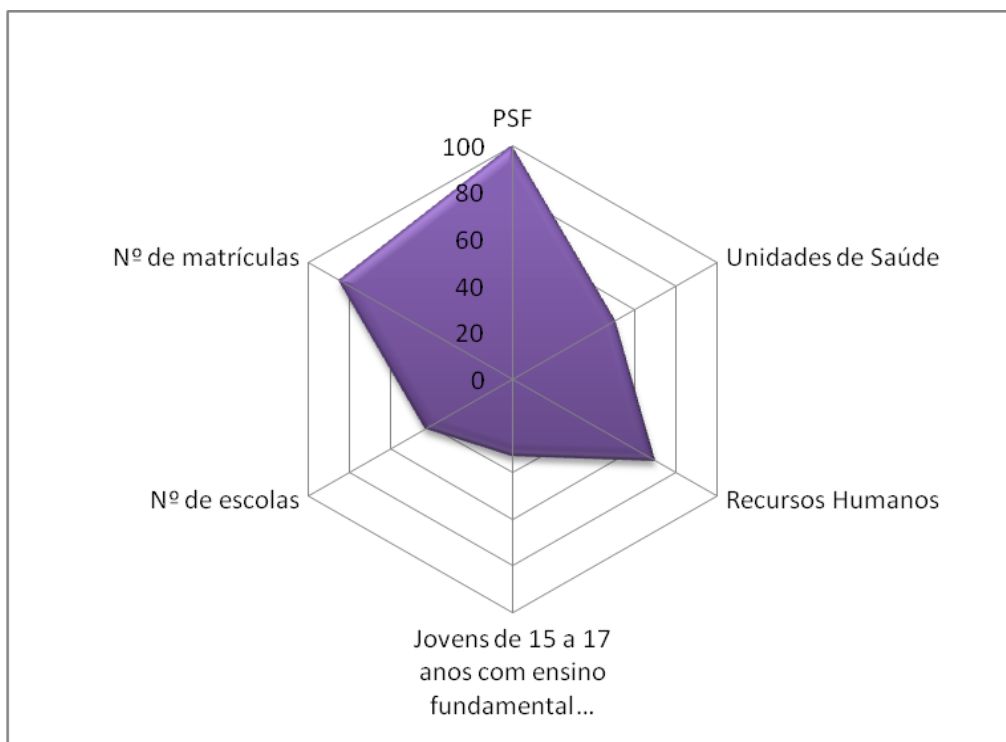


Figura 16 – Resultado dos indicadores de Saúde e Educação em Indiaroba.
Elaboração: SAMPAIO, R. M. de A. (2015).

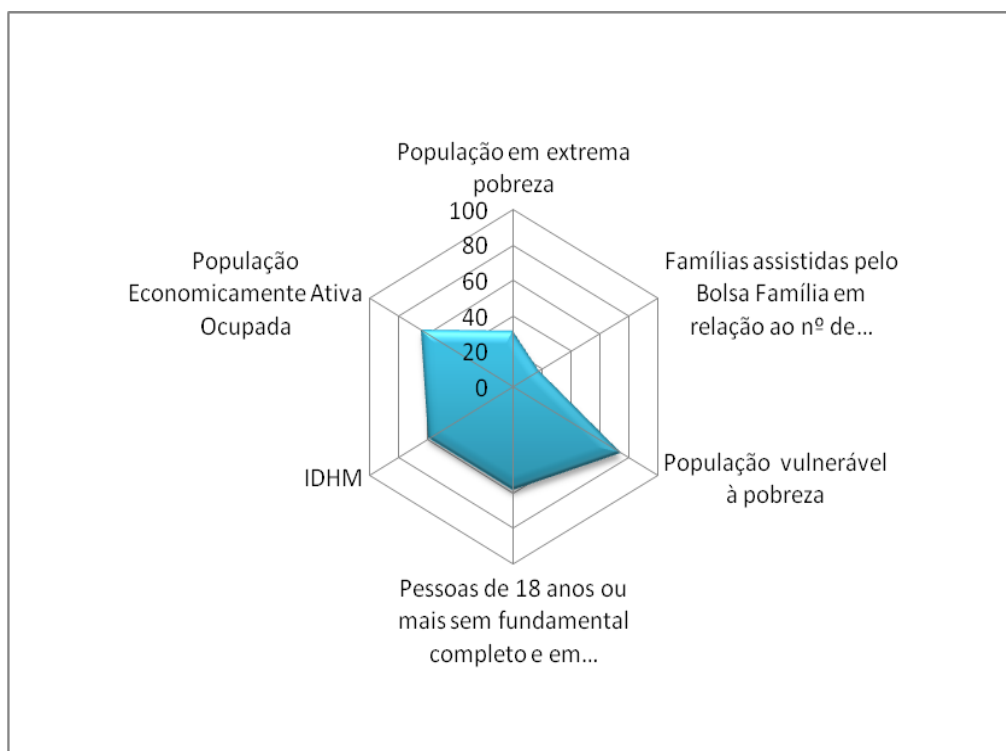


Figura 17 – Resultado dos indicadores de Vulnerabilidade Social, Trabalho e Distribuição de Renda, em Indiaroba. **Elaboração:** SAMPAIO, R. M. de A. (2015).

Os índices apresentados no primeiro gráfico, sobre Saúde e Educação, apresentaram valores medianos em destaque: PSF 100%, Recursos Humanos 70% e N° de matrículas 84,5%, estão entre Bom e Sustentável na escala de desempenho. Entretanto, no que se refere as Unidades de Saúde 50,4%, N° de Jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo 32,91% e N° de escolas 42,3%, os resultados demonstram Médio e Fraco desempenho.

No que diz respeito à Vulnerabilidade Social, Trabalho e Distribuição de Renda, o município de Indiaroba alcançou os valores: População em extrema pobreza 30,9%, Famílias assistidas pelo Bolsa Família em relação ao n° de famílias que apresentam perfil correspondente 17,8%, População vulnerável à pobreza 74,63%, Pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal 58,08%, IDHM 58% - evolução positiva e abaixo da média de Sergipe (Figura 18) - e População Economicamente Ativa Ocupada 63%.

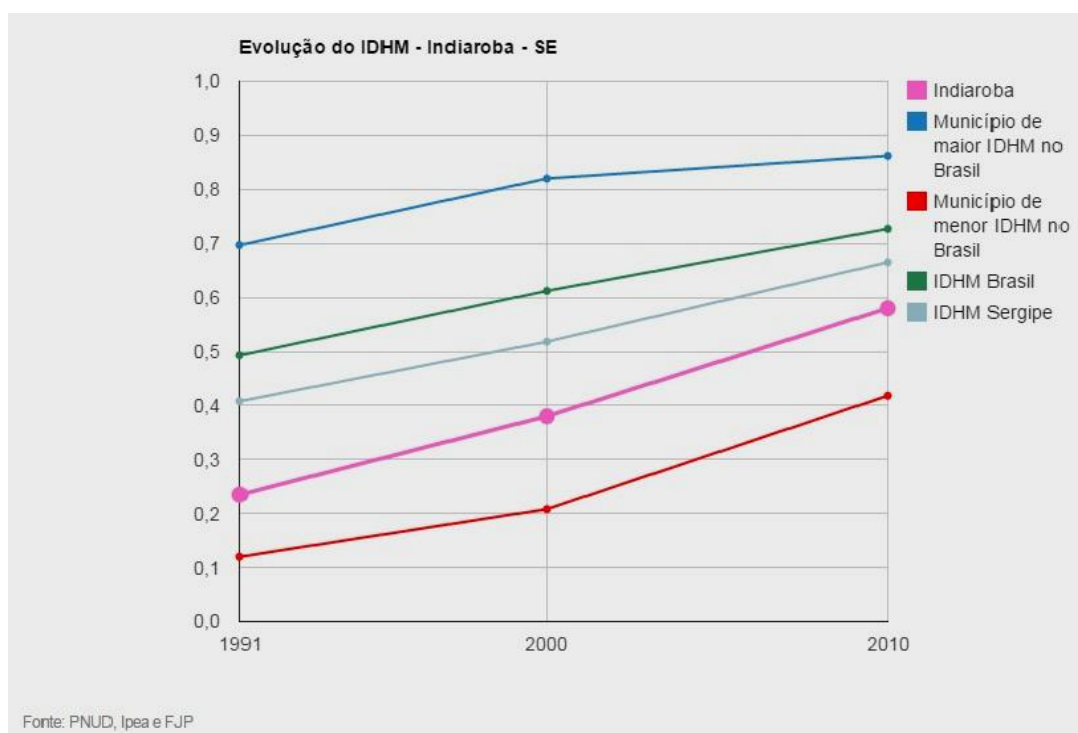


Figura 18 - Evolução do IDHM, Indiaroba/SE
Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Semelhante ao que ocorreu em Santa Luzia do Itanhy, os valores que mostram a População em extrema pobreza e População que está vulnerável à pobreza são alarmante, haja vista a importancia das políticas territoriais, que, neste caso, devem focar em ações afirmativas para tais populações.

O município de Itaporanga d’Ajuda, integrante da área abrangente que corresponde à grande Aracaju, não se distanciou significativamente dos demais municípios, apresentando padrões semelhantes, com suaves diferenças.

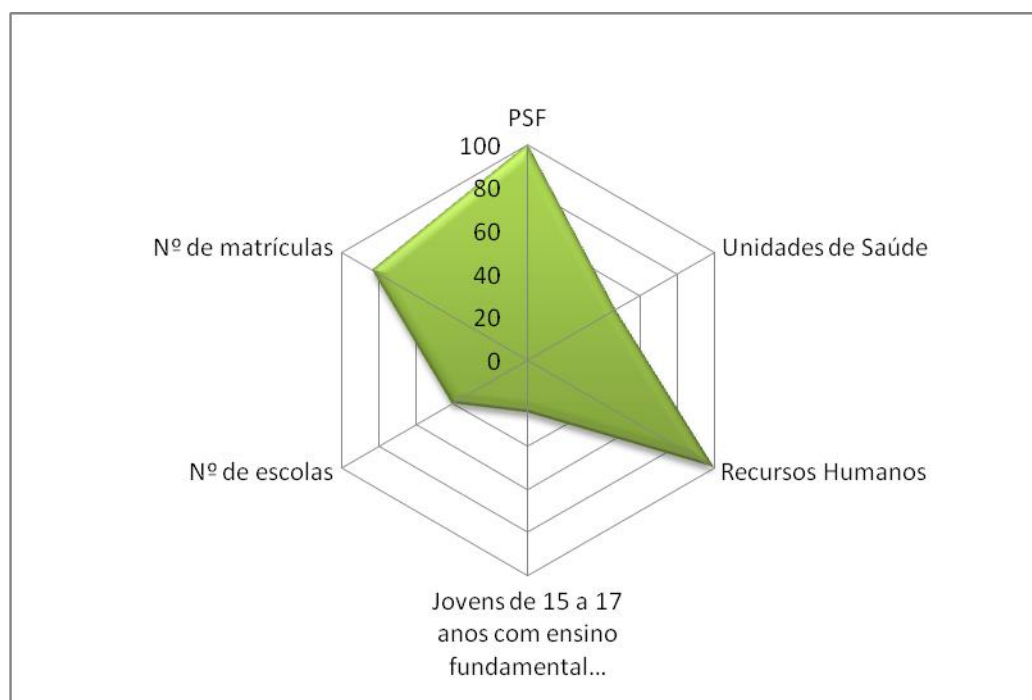


Figura 19 – Resultado dos indicadores de Saúde e Educação em Itaporanga d’Ajuda.
Elaboração: SAMPAIO, R. M. de A. (2015).

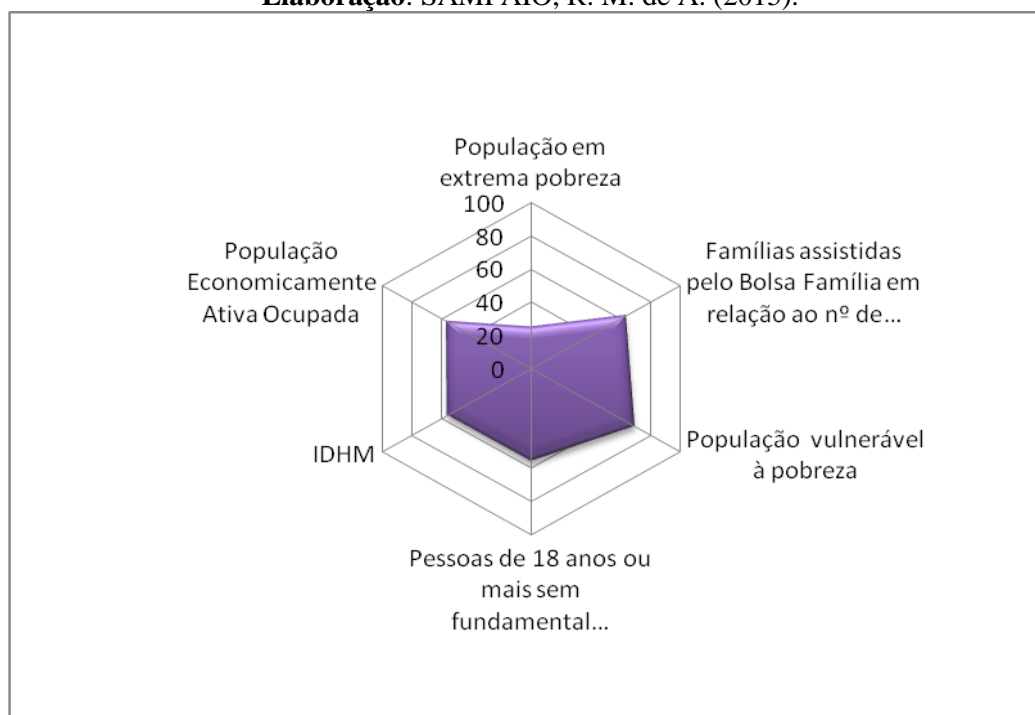


Figura 20 – Resultado dos indicadores de Vulnerabilidade Social, Trabalho e Distribuição de Renda, em Itaporanga d’Ajuda.
Elaboração: SAMPAIO, R. M. de A. (2015).

Os índices referentes a Saúde e Educação, apresentaram os valores destacados: PSF 100%, Recursos Humanos 100% e N° de matrículas 83,3%, compondo os desempenhos de Bom e Sustentável. Todavia, no que consta sobre as Unidades de Saúde 47%, N° de Jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo 24,58% e N° de escolas 40,6%, os desempenhos indicam Médio e Fraco.

No que diz respeito à Vulnerabilidade Social, Trabalho e Distribuição de Renda, o município de Indiaroba alcançou os valores: População em extrema pobreza 24,8%, Famílias assistidas pelo Bolsa Família em relação ao n° de famílias que apresentam perfil correspondente 63,6%, População vulnerável à pobreza 69,53%, Pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal 55,74%, IDHM 56,1% - evolução positiva e abaixo da média do estado de Sergipe (Figura 21) - e População Economicamente Ativa Ocupada 56,6%.

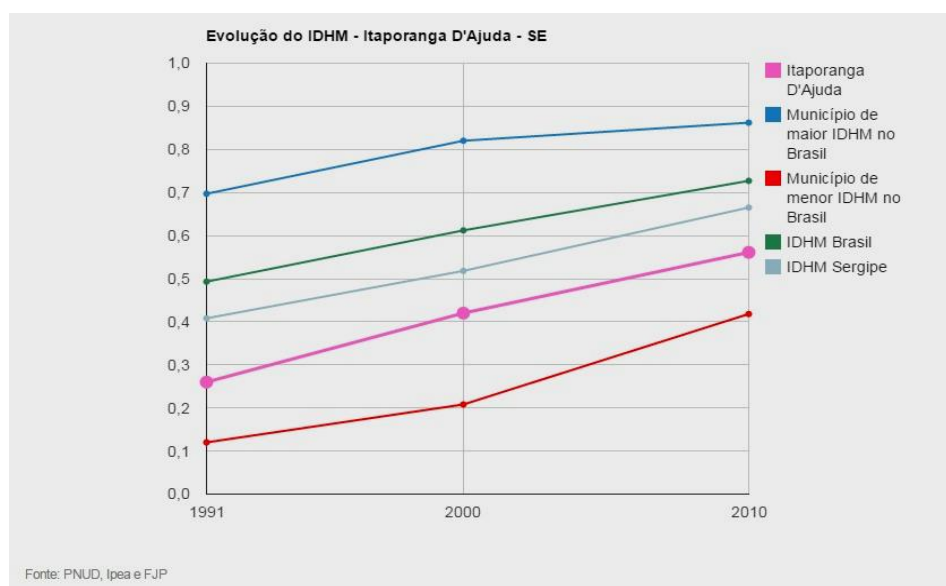


Figura 21 - Evolução do IDHM, Itaporanga d'Ajuda/SE

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Os destaques nos desempenhos dos municípios da microrregião de Estância são semelhantes, de maneira geral. Esse fato demonstra que a homogeneidade dos municípios deve ser considerada para o fomento à melhor distribuição de renda.

Os baixos índices obtidos para a variável Jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo, demonstram o fracasso educacional dos municípios da

microrregião de Estância, considerando a urgência na reavaliação das ações e programas em educação.

3.5 DIMENSÃO AMBIENTAL E ESPACIAL

Os indicadores de sustentabilidade e suas variáveis correspondentes, referentes a dimensão ambiental e espacial são:

Quadro 6 - Indicadores e Variáveis da dimensão ambiental e espacial

| INDICADORES | VARIÁVEIS |
|--|---|
| Condições de abastecimento de água, esgoto e energia elétrica | População em domicílios com banheiro e água encanada |
| | População em domicílios com coleta de lixo |
| | População em domicílios com energia elétrica |
| Diversificação dos cultivos na agricultura | Lavouras permanentes |
| | Lavouras temporárias |
| Áreas Protegidas | Nº de Unidades de Conservação e demais áreas protegidas |

Elaboração: SAMPAIO, R. M. de A. (2015).

Os municípios da microrregião de Estância apresentaram significativa semelhança no resultado da avaliação da performance obtida com os indicadores da dimensão ambiental e espacial (Quadro 6), especificados *a posteriori*.

Considerando que padrões não sustentáveis de produção e consumo, podem acarretar um aumento na geração de resíduos, torna-se imprescindível discutir o destino dos resíduos sólidos nos municípios pesquisados, destacando a atitude da população da microrregião de Estância.

A instituição da Lei 12.305/2010 disciplinou a gestão e o gerenciamento dos resíduos sólidos no Brasil, em que conceitua resíduos sólidos como: material,

substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível.

Então, é de responsabilidade do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, a realização de suas atividades com eficiência e sustentabilidade econômica, considerando “[...] instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas.” (LEI 11.445/2007)

Diferente do que constam nas Leis supracitadas, a pesquisa empírica apresenta uma realidade distinta (Figura 22), em que o serviço público não atende à demanda da população e as áreas urbanas são utilizadas como lixões a céu aberto.

No que se refere aos resíduos industriais, que são gerados nos processos produtivos e instalações industriais, é possível observar um cenário desfavorável para o município de Estância (Figura 23), em que os mananciais dos rios Fundo, Piauí e das Quebradas, encontram-se comprometidos pelo lançamento de efluentes.

Para solucionar tais problemas ambientais, devem ser tomadas ações preventivas e corretivas a serem praticadas, incluindo programa de monitoramento pelas empresas envolvidas e poder público.

Figura 22
Microrregião de Estância – Resíduos Sólidos

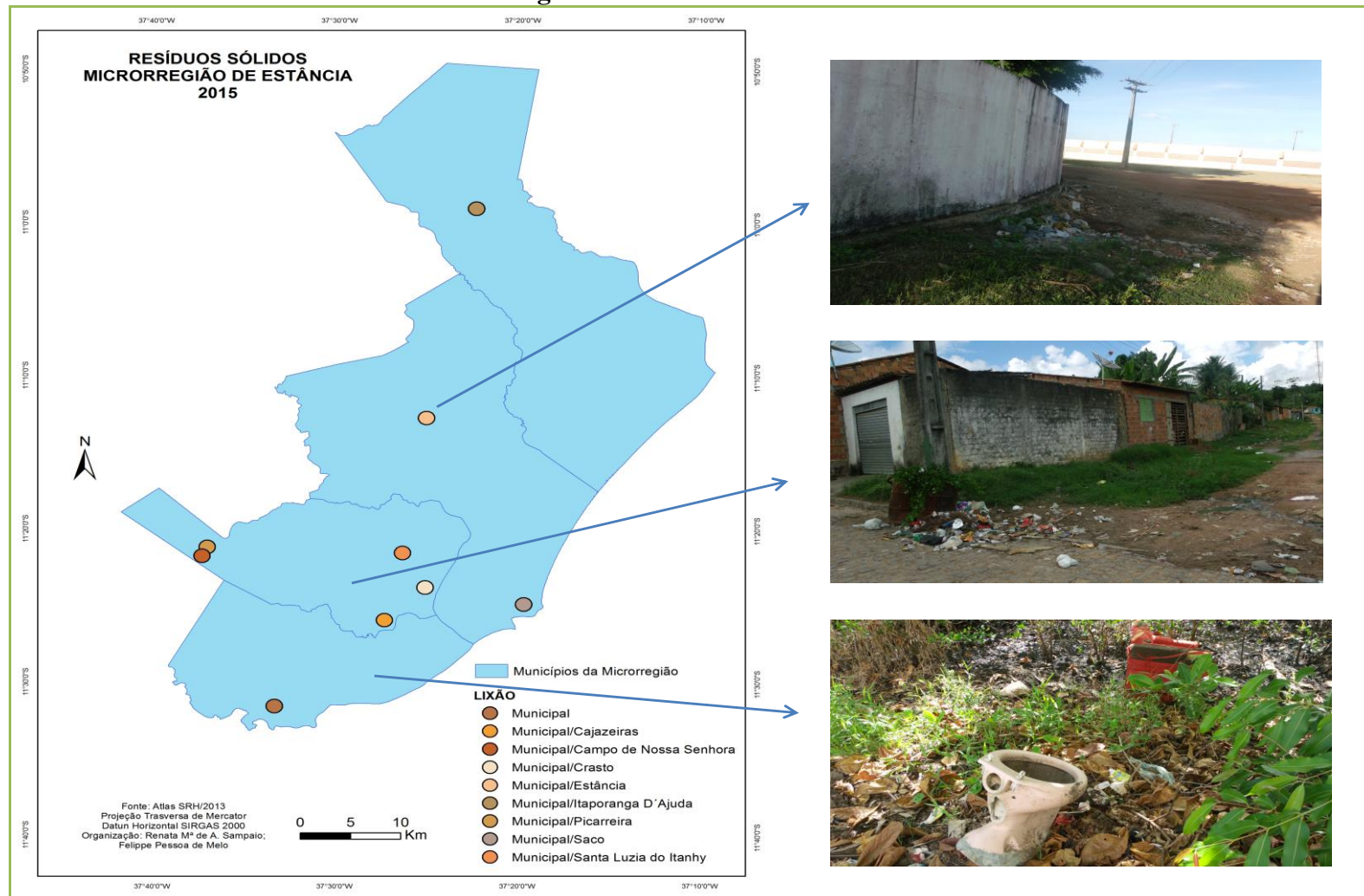
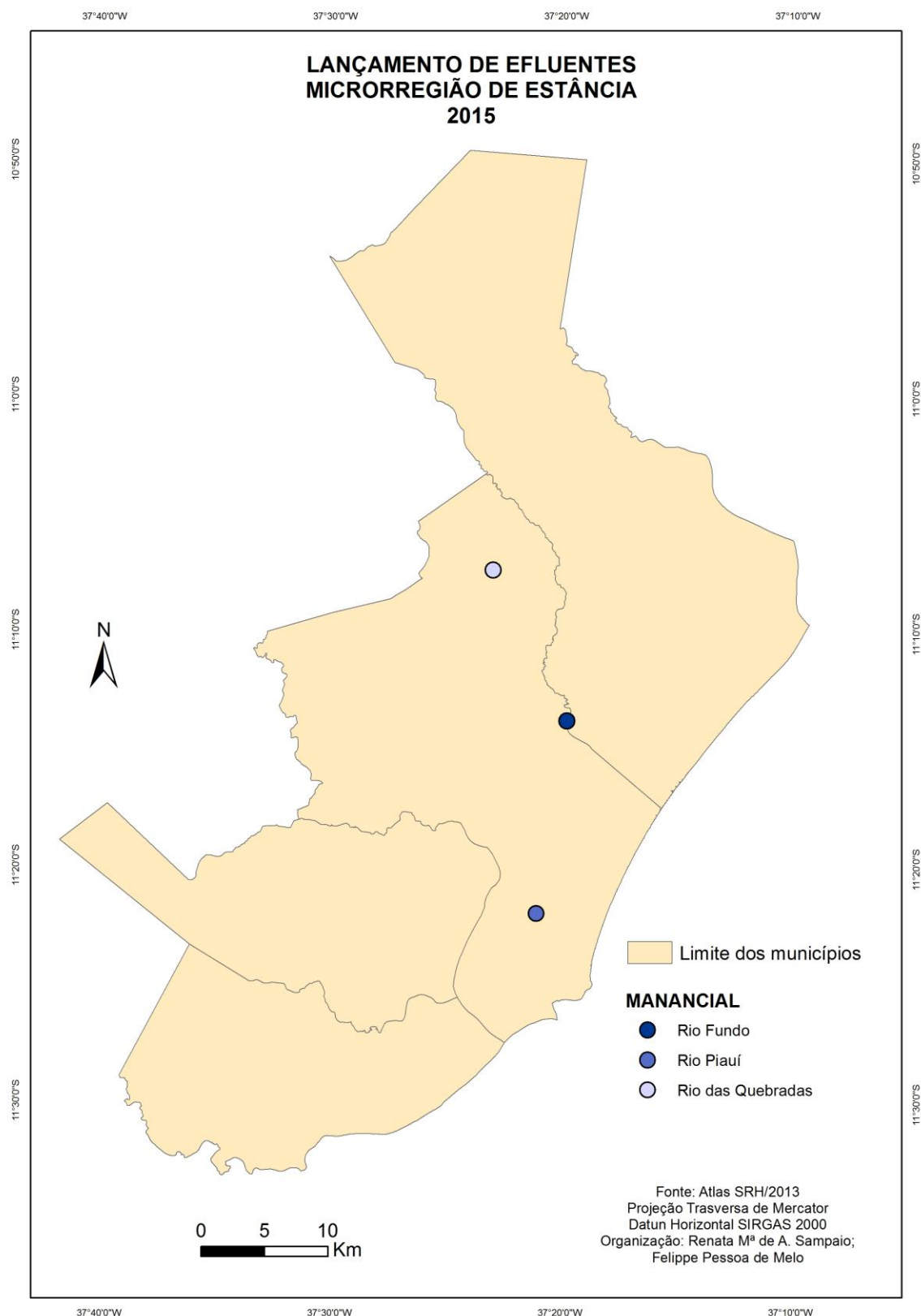


Figura 23
Microrregião de Estância – Lançamento de Efluentes



Elaboração: SAMPAIO, R. M. de A. (2015).

Sobre os dados levantados a respeito dos indicadores de sustentabilidade da dimensão ambiental e espacial, faz-se necessário destacar os valores apresentados para a variável População em domicílios com banheiro e água encanada, em que os municípios Santa Luzia, Indiaroba e Itaporanga D'Ajuda, com 52,55%, 52,93%, 70,18%, respectivamente, obtiveram alcances de média sustentabilidade, à exceção de Estância, com um valor de 85,92%, ou seja, sustentável (Quadro7).

Quadro 7 – Indicadores de sustentabilidade (dados em %); **Dimensão ambiental e espacial**

| Indicadores | Variáveis | Municípios da Microrregião de Estância | | | |
|--|---|--|-------------|-----------|------------|
| | | Estância | Santa Luzia | Indiaroba | Itaporanga |
| Condições de abastecimento de água, esgoto e energia elétrica | População em domicílios com banheiro e água encanada | 85,92% | 52,55% | 52,93% | 70,18% |
| | População em domicílios com coleta de lixo | 93,75% | 96,70% | 98,85% | 98,27% |
| | População em domicílios com energia elétrica | 99,45% | 98,73% | 97,17% | 97,01% |
| Diversificação dos cultivos na agricultura | Lavouras permanentes | 67,5% | 80,9% | 78,6% | 39% |
| | Lavouras temporárias | 71,6% | 97,3% | 56,1% | 71,4% |
| Áreas Protegidas | Nº de Unidades de Conservação e demais áreas protegidas | 5,5% | 16,6% | 5,5% | 22,2% |

Elaboração: SAMPAIO, R. M. de A. (2015).

Os indicadores relacionados à dimensão ambiental e espacial, inicialmente, chamam a atenção pelos baixos valores apresentados nos municípios de Santa Luzia e Indiaroba a respeito das variáveis População em domicílios com banheiro e água encanada, mencionados anteriormente, considerando quão básicos são tais serviços.

Observa-se também, a condição de sustentável à proporção da população atendida pela coleta de lixo, considerando que esse fato não exclui a necessidade e urgência em planejar o destino do lixo coletado, conforme já observado na figura 22.

A respeito da diversificação dos cultivos na agricultura, os valores que correspondem a lavouras permanentes e temporárias, foram considerados majoritariamente de Bom desempenho, com destaque para o município de Itaporanga d'Ajuda, com Fraco desempenho no que se refere a lavouras permanentes.

A proporção de unidades de conservação também chama à atenção, inicialmente, pela espacialidade dos resultados, contudo, é relevante salientar que o estado de Sergipe apresenta aproximadamente 5,19% do seu território com áreas decretadas como Unidade de Conservação.

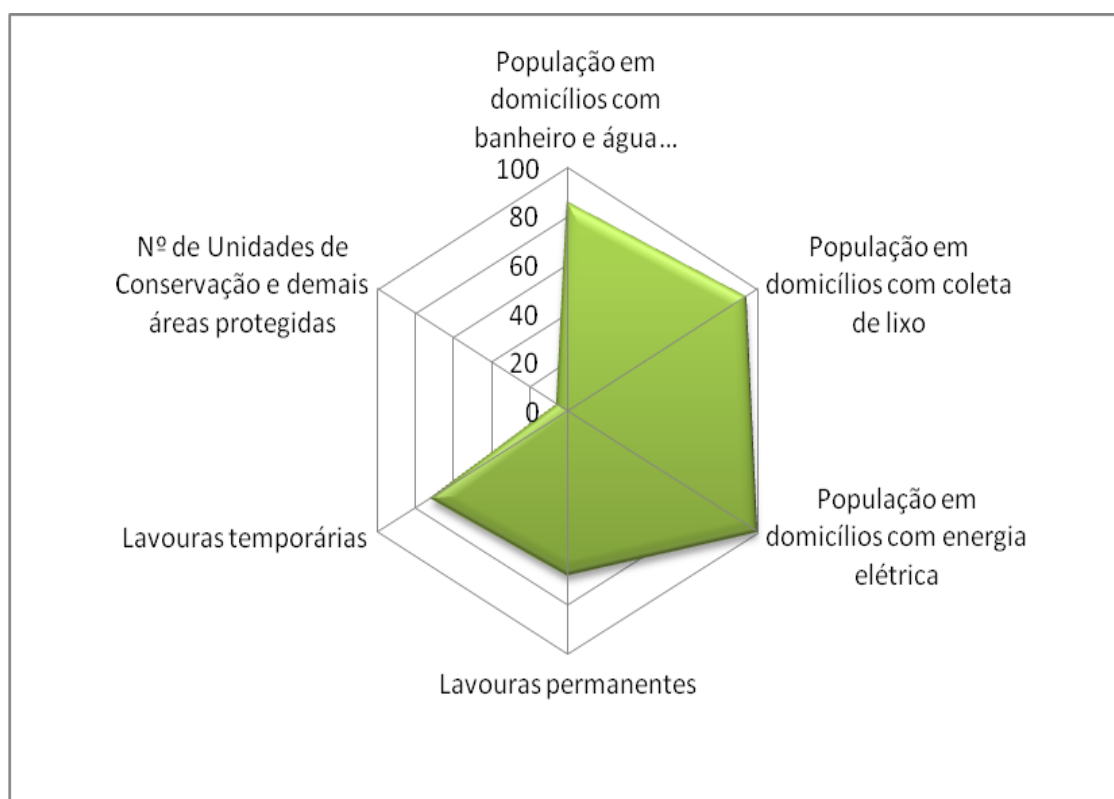


Figura 24 – Resultado dos Indicadores da Dimensão Ambiental e Espacial, Estância.
Elaboração: SAMPAIO, R. M. de A. (2015).

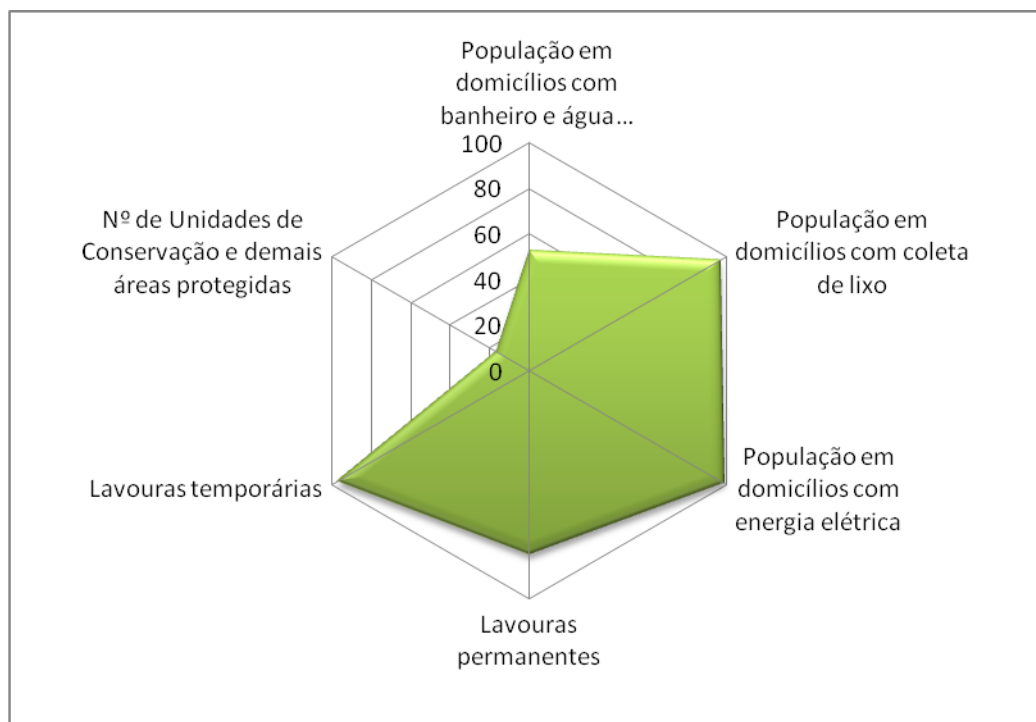


Figura 25 – Resultado dos Indicadores da Dimensão Ambiental e Espacial, Santa Luzia
Elaboração: SAMPAIO, R. M. de A. (2015).

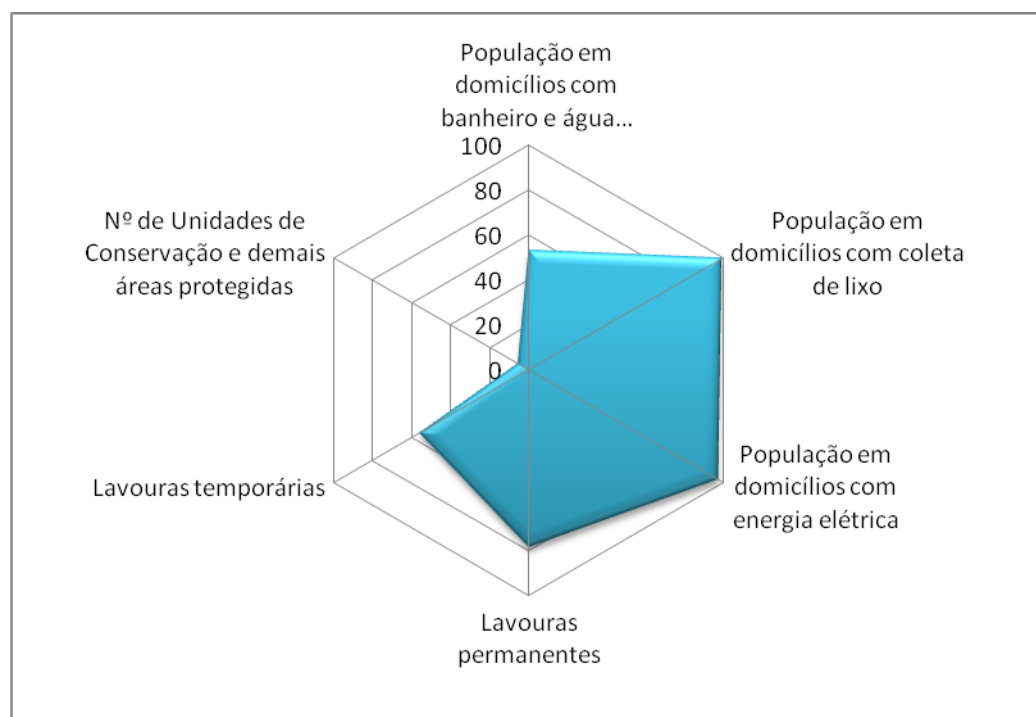


Figura 26 – Resultado dos Indicadores da Dimensão Ambiental e Espacial, Indiaroba.
Elaboração: SAMPAIO, R. M. de A. (2015).

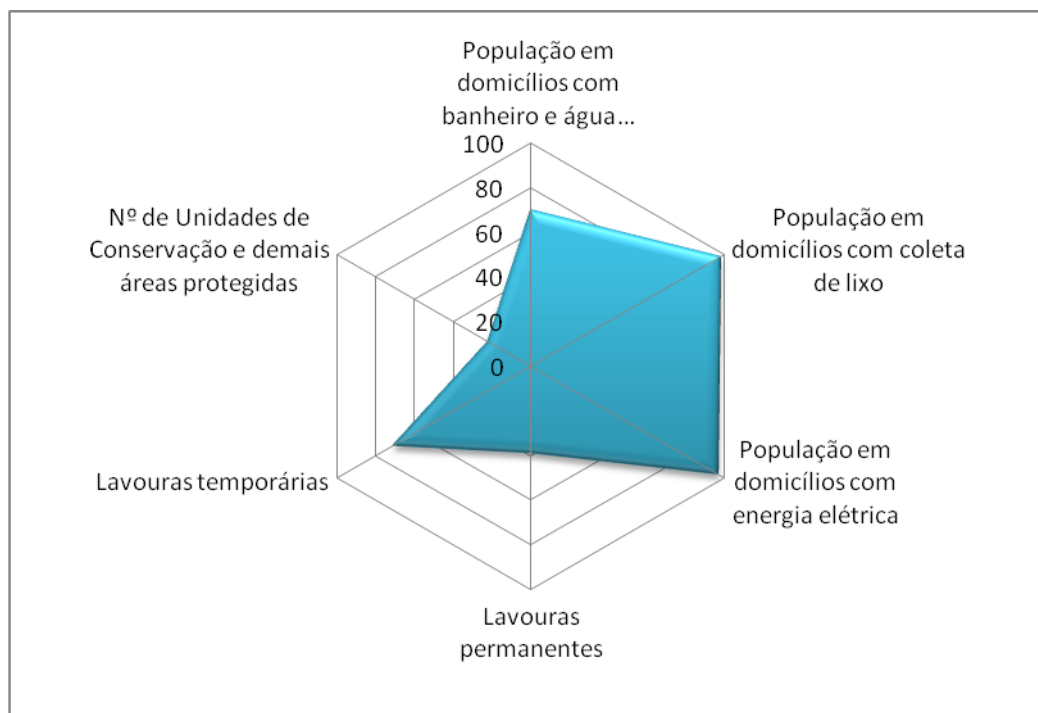


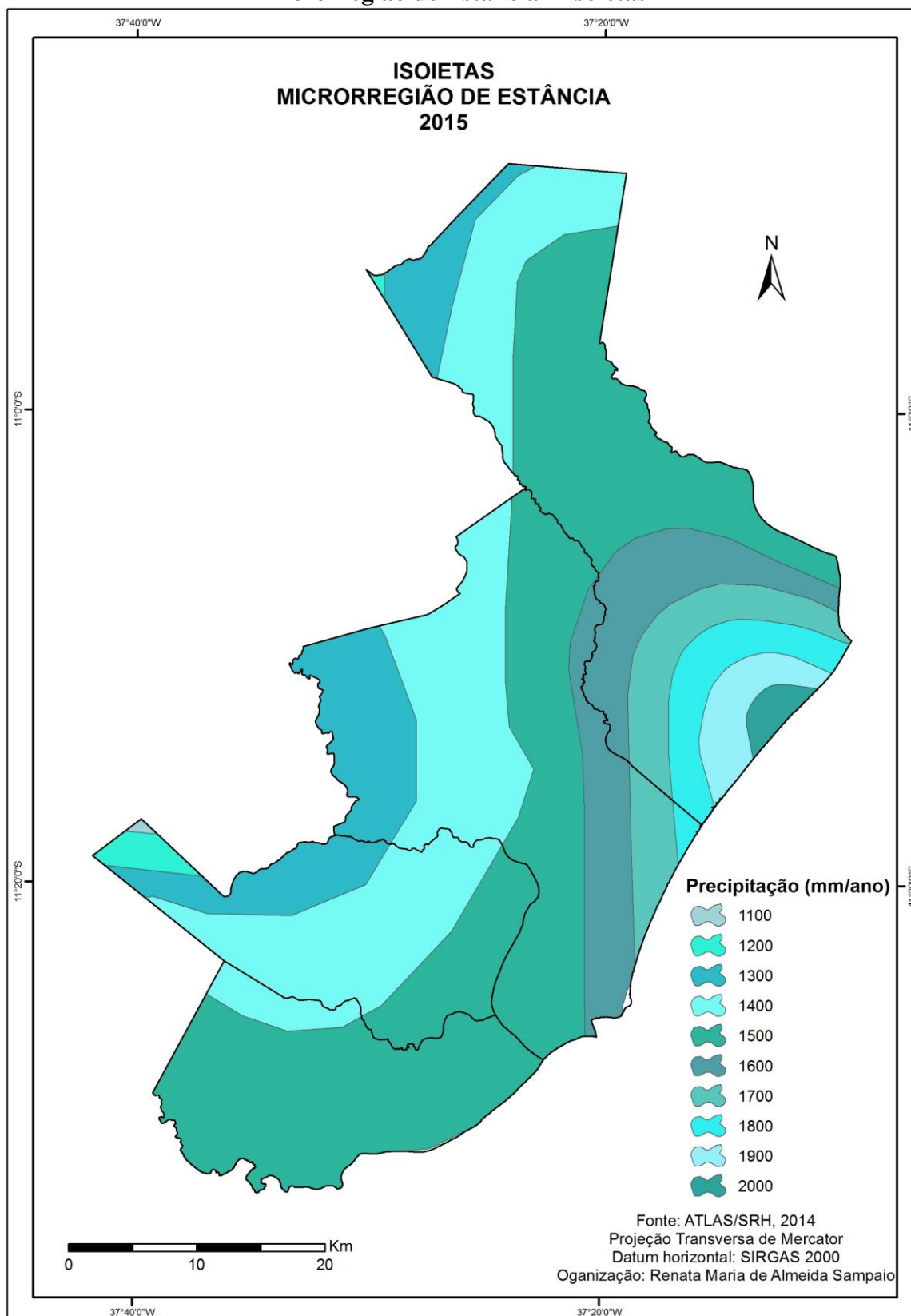
Figura 27 – Resultado dos Indicadores da Dimensão Ambiental e Espacial, Itaporanga.
Elaboração: SAMPAIO, R. M. de A. (2015).

A predominância dos valores de desempenho alcançados pelos municípios da microrregião de Estância, na dimensão ambiental e espacial, pode ser considerada satisfatória, oscilando entre Bom e Sustentável, como apresentados nas Figuras 24 a 27.

Em Itaporanga D’Ajuda, o valor obtido no que se refere às lavouras permanentes (39%), indica baixa diversificação de cultivos na agricultura, fato que pode ser associado ao crescimento do cultivo de eucalipto nesse município, considerando que quando “[...] implantadas em áreas de florestas nativas, como as de mata atlântica, as plantações acarretam redução da biodiversidade.” (VITAL, 2007, p.237)

No que se refere às condições climáticas, aspecto importante para a análise da dimensão ambiental e espacial, embora não faça parte do quadro de indicadores, os municípios estudados apresentam uma variação de precipitação que oscila de 1100 a 2000 mm/ano. (Figura 28)

Figura 28
Microrregião de Estância – Isoietas



Elaboração: SAMPAIO, R. M. de A. (2015)

A produtividade das culturas plantadas está intrinsecamente relacionada ao regime pluvial dos municípios. Dessa maneira, faz-se mister analisar de forma conjunta a implantação de políticas agrícolas que visem um manejo adequado no que diz respeito à prática sustentável.

As atividades dependentes das precipitações indicadas na figura anterior são o cultivo da cana-de-açúcar, do coco-da-baía, a fruticultura, de forma mais expressiva com os cítricos.

A relação dos padrões das chuvas e atividades desenvolvidas na microrregião de Estância elucida a necessidade de uma unidade de gestão dos elementos naturais e sociais, compreendendo uma natureza integrada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Estrada sem calçamento no povoado Terra Caída, em Indiaroba.
Fonte: Acervo pessoal da autora, SAMPAIO, R. M . de A. 2012

O planejamento ambiental é um ponto de partida para a tomada de decisões relativas à forma e intensidade em que se deve usar um território e cada uma de suas partes incluindo os assentamentos humanos e as organizações sociais e produtivas. (RODRIGUEZ e SILVA, 2013, p. 133)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação homem-natureza deve estar direcionada à mudança de postura da governança institucional e acena para a necessidade de se pensar na diversidade de sociedades sustentáveis, com opções econômicas e padrões de desenvolvimento diferenciados.

Assim, é necessário atentar-se para os perigos envolvidos quando os programas governamentais não levam em conta os interesses das comunidades que vivem dentro e ao lado de áreas protegidas, pois, a continuidade da diversidade de culturas humanas é elemento fundamental para a constituição de sociedades pluralistas, democráticas e sustentáveis.

As proposições explanadas ao longo do texto evidenciaram o debate acerca dos conceitos de sustentabilidade implicados na concepção de desenvolvimento, em uma análise que partiu do entendimento sobre território.

Essa confluência de conjecturas demonstrou a importância de tal observação do território, em que se observa a necessidade eminente de revisão das políticas territoriais adotadas no processo de conservação dos ambientes naturais.

As problemáticas ambientais devem ser tratadas como entraves concretos ao desenvolvimento econômico e a sustentabilidade dos recursos naturais. A problemática da insustentabilidade em áreas de intensa atividade antrópica afeta diretamente os recursos naturais, com destaque para a vegetação, e se reflete diretamente nos ecossistemas. É importante que haja do Estado, nas esferas federal, estadual e municipal, e órgãos públicos relacionados à execução de medidas que mitiguem os danos ambientais desse processo.

Os municípios pesquisados indicaram a necessidade de pensar as dimensões socioinstitucionais e ambientais de forma integrada, considerando os valores obtidos na escala de desempenho das categorias de indicadores.

De acordo com os resultados apresentados para a dimensão socioinstitucional, as variáveis relacionadas à Educação e Vulnerabilidade Social podem ser destacadas como as de valores mais negativos na escala de desempenho, com porcentagens expressivas no que concerne à população vulnerável à pobreza, em todos os municípios estudados.

Os resultados apresentados a respeito da dimensão ambiental e espacial, não obtiveram igual preponderância, exceto no que se refere à população em domicílios com banheiro e água encanada, cujos valores indicados nos gráficos, destacam os municípios de Santa Luzia do

Itanhy e Indiaroba, com valores medianos relacionados a serviços básicos de consumo e bem-estar.

Faz-se mister considerar os valores apresentados de forma conjunta, imbricados, numa correlação que direciona a uma análise preocupada com os baixos índices apresentados, especialmente, na dimensão social. Dessa forma, percebe-se a necessidade de estabelecer políticas territoriais que estejam comprometidas com uma gestão cuidadosa, no momento em que prioriza-se a qualidade do atendimento público em detrimento da quantidade.

No âmbito das discussões apresentadas, compreende-se que o conjunto desses desafios nos mostra que planejar a articulação da sociedade com o meio ambiente quer dizer planejar o próprio desenvolvimento, o que supõe a ação de um Estado dotado de habilidade regulatória e ardor democrático.

Porquanto, os construtos elaborados acerca dos debates sobre a dimensão dos sistemas socioambientais sustentáveis pensados sob a ótica do território, fornecem suporte à uma abordagem transdisciplinar, em que tais reflexões de cunho conceitual poderão respaldar a atuação do cientista ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLUT, A. G. **O conhecimento dos especialistas e seu papel no desenho de novas políticas pesqueiras.** In: DIEGUES, Antônio Carlos. (org.) Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza. São Paulo: Hucitec/NUPAUB-USP, 2000. p. 101-123.

ALMEIDA, F. **Os desafios da sustentabilidade** - uma ruptura urgente. 7ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ALMEIDA, J. **Políticas públicas e desenvolvimento rural:** percepções e perspectivas no Brasil e em Moçambique. Porto Alegre, PGDR/UFRGS, 2009.

AMADOR, M. B. M. **Sistemismo e sustentabilidade:** questão interdisciplinar. São Paulo: Scortecci, 2011.

AMARAL E. do e TARGINO I. Política de Irrigação e Viabilidade da Pequena Produção no Semiárido: o caso do Projeto Piancó-PB. Revista OKARA: **Geografia em debate**, João Pessoa. V.3, n.1, p. 1-222, ISSN; 1982-3878, 2009.

ANTUNES, P. de B. **Direito ambiental.** 7. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

BARCELLOS, J. A. S. Território do cotidiano: introdução a uma abordagem teórica contemporânea. In: MESQUITA, Zilá; BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Orgs.). **Territórios do cotidiano:** uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade/ UFRGS/ Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC, 1995.

BELLEN H. M. V. **Desenvolvimento sustentável:** uma descrição das principais ferramentas de avaliação. Revista Ambiente e Sociedade. Campinas. V. 7 n. 1, p. 67-87, ISSN 1809-4422, 2004.

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 176 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** promulgada em 5 de outubro 1988. 25. ed. São Paulo. Saraiva, 2000.

BRASIL. **Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC**. Brasília: MMA/SBF, 2004.

BRASIL. **Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC**. Brasília/DF, 2000.

BRASIL. **Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico**. Brasília/DF, 2007.

BRASIL. **Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Brasília/DF, 2010.

CRUZ, C. A. C. **O discurso ambiental no programa de desenvolvimento regional sustentável da região sudoeste da Bahia: reflexos sobre o planejamento territorial no período de 2000 a 2005**. São Cristóvão-SE, 2009.

DEAN, W. Desenvolvimentos insustentáveis. In: _____. **A ferro e fogo: história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 307-333.

DEMATTEIS, G. O território: uma oportunidade para repensar a geografia. In: SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. pp.7-11.

DIEGUES, A. C. As populações tradicionais: conceitos e ambigüidades. In: _____. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB, 2008. p. 77-100.

DIEGUES, A. C. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. In: _____. **Ecologia humana e planejamento costeiro**. 2.ed. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001. p.39-57.

DOMINGUES, I. **Conhecimento e transdisciplinaridade II**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

DUPAS, G. **O mito do progresso**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

ELY, A. **Economia do Meio Ambiente**, 4a. ed. Porto Alegre: FEE, 1990.

EMBRAPA TABULEIROS COSTEIROS/DEPARTAMENTO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE SERGIPE. **Aspectos técnicos dos citros em Sergipe**. Editores Técnicos. Marcelo Brito de Melo e Luiz Mário Santos da Silva. Embrapa Tabuleiros Costeiros Aracaju, SE 2007.

FERNANDES, F. Padrões de dominação externa na América Latina. In: _____. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. 4. ed. São Paulo: Global Editora, 2009. p. 21-39. -

GOTTMANN, J. **A evolução do conceito de território**. Boletim Campineiro de Geografia, v. 2, n. 3, 2 012.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

KRONEMBERGER, D. M. P. **Desenvolvimento sustentável no Brasil**: uma análise a partir da aplicação do barômetro da sustentabilidade. Sociedade & Natureza, Uberlândia, 20 (1): 25-50, jun. 2008.

LAGO, A. **O que é ecologia**. 1ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Documentos: São Paulo, 1969.

LOPES, E. S. A. COSTA, J. E. da. (orgs.). **Territórios rurais e agricultura familiar no nordeste**. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

MARTINELLI, M. **Mapas de geografia e cartografia temática**. São Paulo: Contexto, 2010.

MELO e SOUZA, R. **Redes de monitoramento socioambiental e tramas da sustentabilidade**. São Paulo: Annablume, 2007.

MELO e SOUZA, R. **Território, planejamento e sustentabilidade: conceitos e práticas**. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

MENDONÇA, F. **Geografia socioambiental**. Terra Livre São Paulo n.16 p.139-158 1o semestre/2001.

MEYER , G. C. **Indicadores de desenvolvimento na perspectiva do barômetro de sustentabilidade: um estudo exploratório para a cidade de Florianópolis, SC**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. **Referências para a gestão social de territórios rurais**. Documento Institucional nº 3. Brasília, novembro de 2005.

MOREIRA, R. J. **Sustentabilidade e interesses no espaço rural**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

NETTO, A. O. A., GOMES, L. J. (orgs) **Meio ambiente: distintos olhares**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUEZ, J. M. M., SILVA, E. V. da. **Planejamento e gestão ambiental**: subsídios da geoeologia das paisagens e da teoria geossistêmica. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2008.

SANTOS, A. F. **Delimitação e regionalização do Brasil semi-árido - Sergipe**. Aracaju: UFS, 1992.

SANTOS, B. de S. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Editora Cortez, 4ª ed. 2002.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, A. F. FONTES, A. L. **Geografia, agricultura e meio ambiente**. São Cristóvão, SE: NPGeo/UFS, 1999.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SILVA, M. do S. F. da. **Territórios da conservação**: uma análise do potencial fitogeográfico das UC'S de uso sustentável em Sergipe. São Cristóvão, SE, 2012. 291 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, 2012.

SILVA NETO, B, **Sistemas dissipativos, complexidade e desenvolvimento sustentável:** parte 1 : conceitos básicos / Ijuí : Ed. UNIJUI, 2006. - 48 p.

VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de sustentabilidade:** uma análise comparativa. 2002. 250f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável:** o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2008, 3º ed.

VIANA, G., SILVA, M., DINIZ, N. (orgs.). **Os desafios da sustentabilidade:** um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

VITAL, M. H. F. **Impacto ambiental de florestas de eucalipto.** Revista do BNDES, Rio de Janeiro, V. 14, N. 28, P. 235-276, dez. 2007.

TAVARES, E. D. **Da agricultura moderna à agroecologia:** análise da sustentabilidade de sistemas agrícolas familiares. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; Embrapa, 2009.

ANEXOS

ANEXO - 1

MS/SAS/Departamento de Atenção Básica - DAB

Saúde da Família

Unidade Geográfica: Município - ESTÂNCIA/SE

Competência: Janeiro de 2014 a Janeiro de 2015

| Ano | Mês | População | Equipe de Saúde da Família | | | | | |
|------|-----|-----------|----------------------------|---------------------------------------|------------------------|-------------|---------------------------------|--|
| | | | Teto | Credenciadas pelo Ministério da Saúde | Cadastradas no Sistema | Implantados | Estimativa da População coberta | Proporção de cobertura populacional estimada |
| 2014 | 01 | 65.226 | 33 | 18 | 18 | 18 | 62.100 | 95,21 |
| 2014 | 02 | 65.226 | 33 | 18 | 18 | 18 | 62.100 | 95,21 |
| 2014 | 03 | 65.226 | 33 | 18 | 18 | 18 | 62.100 | 95,21 |
| 2014 | 04 | 65.226 | 33 | 19 | 19 | 19 | 65.226 | 100,00 |
| 2014 | 05 | 65.226 | 33 | 19 | 19 | 19 | 65.226 | 100,00 |
| 2014 | 06 | 65.226 | 33 | 19 | 19 | 19 | 65.226 | 100,00 |
| 2014 | 07 | 65.226 | 33 | 19 | 19 | 19 | 65.226 | 100,00 |
| 2014 | 08 | 65.226 | 33 | 19 | 19 | 19 | 65.226 | 100,00 |
| 2014 | 09 | 65.226 | 33 | 19 | 19 | 19 | 65.226 | 100,00 |
| 2014 | 10 | 65.226 | 33 | 19 | 19 | 19 | 65.226 | 100,00 |
| 2014 | 11 | 65.226 | 33 | 19 | 19 | 19 | 65.226 | 100,00 |
| 2014 | 12 | 65.226 | 33 | 19 | 19 | 19 | 65.226 | 100,00 |
| 2015 | 01 | 65.226 | 33 | 19 | 19 | 19 | 65.226 | 100,00 |

Fonte: MS/SAS/DAB e IBGE.

ANEXO - 2**MS/SAS/Departamento de Atenção Básica - DAB****Saúde da Família****Unidade Geográfica: Município - INDIAROA/SE****Competência: Janeiro de 2014 a Janeiro de 2015**

| Ano | Mês | População | Equipe de Saúde da Família | | | | | |
|------|-----|-----------|----------------------------|---------------------------------------|------------------------|-------------|---------------------------------|--|
| | | | Teto | Credenciadas pelo Ministério da Saúde | Cadastradas no Sistema | Implantados | Estimativa da População coberta | Proporção de cobertura populacional estimada |
| 2014 | 01 | 16.236 | 8 | 5 | 5 | 5 | 16.236 | 100,00 |
| 2014 | 02 | 16.236 | 8 | 5 | 5 | 5 | 16.236 | 100,00 |
| 2014 | 03 | 16.236 | 8 | 5 | 5 | 5 | 16.236 | 100,00 |
| 2014 | 04 | 16.236 | 8 | 5 | 5 | 5 | 16.236 | 100,00 |
| 2014 | 05 | 16.236 | 8 | 5 | 5 | 5 | 16.236 | 100,00 |
| 2014 | 06 | 16.236 | 8 | 5 | 5 | 5 | 16.236 | 100,00 |
| 2014 | 07 | 16.236 | 8 | 5 | 5 | 5 | 16.236 | 100,00 |
| 2014 | 08 | 16.236 | 8 | 5 | 5 | 5 | 16.236 | 100,00 |
| 2014 | 09 | 16.236 | 8 | 5 | 5 | 5 | 16.236 | 100,00 |
| 2014 | 10 | 16.236 | 8 | 6 | 6 | 6 | 16.236 | 100,00 |
| 2014 | 11 | 16.236 | 8 | 6 | 6 | 6 | 16.236 | 100,00 |
| 2014 | 12 | 16.236 | 8 | 6 | 6 | 6 | 16.236 | 100,00 |
| 2015 | 01 | 16.236 | 8 | 6 | 6 | 6 | 16.236 | 100,00 |

Fonte: MS/SAS/DAB e IBGE.

ANEXO - 3**MS/SAS/Departamento de Atenção Básica - DAB****Saúde da Família****Unidade Geográfica:** Município – ITAPORANGA D'AJUDA/SE**Competência:** Janeiro de 2014 a Janeiro de 2015

| Ano | Mês | População | Equipe de Saúde da Família | | | | | |
|------|-----|-----------|----------------------------|---------------------------------------|------------------------|-------------|---------------------------------|--|
| | | | Teto | Credenciadas pelo Ministério da Saúde | Cadastradas no Sistema | Implantados | Estimativa da População coberta | Proporção de cobertura populacional estimada |
| 2014 | 01 | 31.165 | 16 | 13 | 11 | 11 | 31.165 | 100,00 |
| 2014 | 02 | 31.165 | 16 | 13 | 11 | 11 | 31.165 | 100,00 |
| 2014 | 03 | 31.165 | 16 | 13 | 11 | 11 | 31.165 | 100,00 |
| 2014 | 04 | 31.165 | 16 | 13 | 11 | 11 | 31.165 | 100,00 |
| 2014 | 05 | 31.165 | 16 | 13 | 11 | 11 | 31.165 | 100,00 |
| 2014 | 06 | 31.165 | 16 | 13 | 11 | 11 | 31.165 | 100,00 |
| 2014 | 07 | 31.165 | 16 | 13 | 12 | 12 | 31.165 | 100,00 |
| 2014 | 08 | 31.165 | 16 | 13 | 12 | 12 | 31.165 | 100,00 |
| 2014 | 09 | 31.165 | 16 | 13 | 12 | 12 | 31.165 | 100,00 |
| 2014 | 10 | 31.165 | 16 | 13 | 12 | 12 | 31.165 | 100,00 |
| 2014 | 11 | 31.165 | 16 | 13 | 12 | 12 | 31.165 | 100,00 |
| 2014 | 12 | 31.165 | 16 | 13 | 12 | 12 | 31.165 | 100,00 |
| 2015 | 01 | 31.165 | 16 | 13 | 12 | 12 | 31.165 | 100,00 |

Fonte: MS/SAS/DAB e IBGE.

ANEXO - 4**MS/SAS/Departamento de Atenção Básica - DAB****Saúde da Família****Unidade Geográfica:** Município – SANTA LUZIA DO ITANHY/SE**Competência:** Janeiro de 2014 a Janeiro de 2015

| Ano | Mê s | Populaçã o | Equipe de Saúde da Família | | | | | |
|------|---------|---------------|----------------------------|---|-------------------------------|-----------------|--|--|
| | | | Teto | Credenciada s pelo Ministério da Saúde | Cadastrad as no Sistema | Implantado s | Estimativa da População coberta | Proporção de cobertura populacion al estimada |
| 2014 | 01 | 14.081 | 7 | 6 | 3 | 3 | 10.350 | 73,50 |
| 2014 | 02 | 14.081 | 7 | 6 | 6 | 6 | 14.081 | 100,00 |
| 2014 | 03 | 14.081 | 7 | 6 | 6 | 6 | 14.081 | 100,00 |
| 2014 | 04 | 14.081 | 7 | 6 | 6 | 6 | 14.081 | 100,00 |
| 2014 | 05 | 14.081 | 7 | 6 | 6 | 6 | 14.081 | 100,00 |
| 2014 | 06 | 14.081 | 7 | 6 | 6 | 6 | 14.081 | 100,00 |
| 2014 | 07 | 14.081 | 7 | 6 | 6 | 6 | 14.081 | 100,00 |
| 2014 | 08 | 14.081 | 7 | 6 | 6 | 6 | 14.081 | 100,00 |
| 2014 | 09 | 14.081 | 7 | 6 | 6 | 6 | 14.081 | 100,00 |
| 2014 | 10 | 14.081 | 7 | 6 | 6 | 6 | 14.081 | 100,00 |
| 2014 | 11 | 14.081 | 7 | 6 | 6 | 6 | 14.081 | 100,00 |
| 2014 | 12 | 14.081 | 7 | 6 | 6 | 6 | 14.081 | 100,00 |
| 2015 | 01 | 14.081 | 7 | 6 | 6 | 6 | 14.081 | 100,00 |

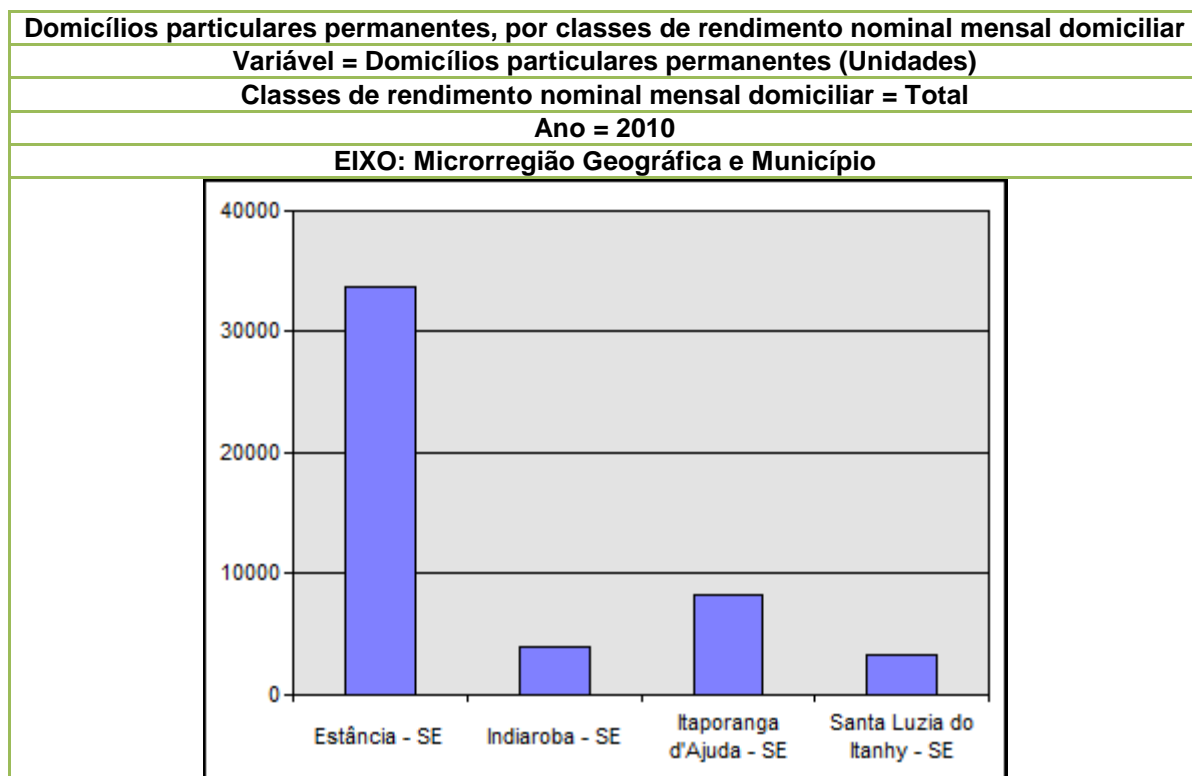
Fonte: MS/SAS/DAB e IBGE.

ANEXO – 5

| Domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento nominal mensal domiciliar | |
|--|---------|
| Variável = Domicílios particulares permanentes (Unidades) | |
| Classes de rendimento nominal mensal domiciliar = Total | |
| Ano = 2010 | |
| Sergipe | 591.315 |
| Microrregião de Estância | 33.746 |
| Municípios | |
| Estância | 18.209 |
| Indiaroba | 3.964 |
| Itaporanga d'Ajuda | 8.272 |
| Santa Luzia do Itanhy | 3.301 |

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010

ANEXO – 6



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010

ANEXO – 7

| |
|--|
| ESTÂNCIA SE |
| Escolas e Outros Estabelecimentos em Educação |
| URBANA ESTADUAL |
| 1. Caic Jorge Amado :av Lourival Batista Sn Centro |
| 2. Colegio Estadual Arabela Ribeiro :rua Domingos Alves Ribeiro 4310 Bonfim |
| 3. Colegio Estadual Gumerindo Bessa :av Lourival Batista 417 Centro |
| 4. Colegio Estadual Prof Gilson Amado :antiga Estrada Do Abais Casa Valter Cardoso Costa |
| 5. Colegio Estadual Senador Walter Franco :avenida Raimundo Silveira Souza 1440 Alagoas |
| 6. Escola Estadual Constancio Vieira :rua Pedro Francisco Do Nascimento 68 Bonfim |
| 7. Escola Estadual Gilberto Amado :rua Do Pompeu 431 Porto Dareia |
| RURAL MUNICIPAL |
| 1. Esc Agl De 1 Gr Gov Antonio C Valadares :povoado Aracas S N |
| 2. Esc Colonia Rio Fundo :povoado Rio Fundo Iii |
| 3. Esc Mul Dr Jose Artemio Barreto :pov Colonia Estancinha S N Zona Rural |
| 4. Esc Mul Profa Eleonora Leite Pereira :povoado Curuanha |
| 5. Esc Municipal Profa Arlete Nunes Liborio :povoado Ouricuri |
| 6. Escola Da Colonia Entre Rios :colonia Entre Rios Sn Zona Rural |
| 7. Escola Dr Pedro Soares :povoado Riboleirinha 640 Zona Rural |
| 8. Escola Jose Barbosa Dos Santos :povoado Taquari S N |
| 9. Escola Manoel Ferreira :assentamento Manoel Ferreira Sn Rio Fundo I |
| 10. Escola Municipal Dr Fernando Lopes :colonia Sao Jose |
| 11. Escola Municipal Joao Esteves Da Silveira :povoado Biribinha Cidade Nova |
| 12. Escola Municipal Professora Cordelia Nascimento Cos :povoado Dizilena S N Dizilena |
| 13. Escola Municipal Professor Emidio De Paula Almeida :pov Cachoerinha |
| 14. Escola Rural Professor Virgilio De Oliveira Lima :povoado Muculanduba S N |
| 15. Esc Rural Franca :povoado Nova Estancia S N |
| 16. Grupo Escolar Dr Humberto Da Silveira Ferreira :povoado Porto Do Mato Sn |
| URBANA MUNICIPAL |
| 1. Creche Carmem Do Prado Leite :av Getulio Vargas 674 Centro |
| 2. Creche Maria De Oliveira Lima :rua Elisio Matos Sn Centro |
| 3. Creche Maria Virginia Leite Franco :rua Frei Dameao 532 Cidade Nova |
| 4. Creche Min Luis Carlos Fontes De Alencar :rua A Conjunto Santo Antonio 17 Conjunto Cidade Nova |
| 5. Creche Senadora Maria Do Carmo Nascimento Alves :rua M Conjunto Antonio Carlos Valadares Sn Cidade Nova |
| 6. Creche Virginia Costa Vieira :rua Maria Helena S Froes Conj Camacari Bonfim |
| 7. Esc Cremildes Correia Freire :rua Sao Caetano 564 Botequim |
| 8. Esc Givelda Santos Martins :rua M Conj Pedro B Siqueira 99 Alagoas |
| 9. Escola De Educacao Infantil Professor Jose Dias De :trav Osvaldo Freire Da Fonseca 17 Centro |
| 10. Escola Dr Antonio Manuel De Carvalho Dantas :rua Joao Laureano 147 Candeal |
| 11. Escola Maria Izabel Carvalho Nabuco Davila :rua Antonio Bispo De Oliveira Sn Bairro Sao Jorge |

| | |
|-----|--|
| 12. | Escola Mul De Ens Fund Prof Nilson B Socorro :rua A 10 Cj Valadares Cidade Nova |
| 13. | Escola Municipal De 1 Grau Ana Lima Santos Aquino :conjunto Camacari Rua A 153 Bomfim |
| 14. | Escola Municipal Joao Nascimento Filho :rua Verissimo Viana 171 Centro |
| 15. | Escola Municipal Laura Cardozo Costa :rua Zeca Do Forte 134 Dr Valter C Costa |
| 16. | Escola Municipal Madre Tabernaculo :praca Jose Pinheiro Alvelos Sn Alagoas |
| 17. | Escola Municipal Nubia Lima Do Nascimento :rua A Conj Santo Antonio 383 Walter Cardoso Costa |
| 18. | Escola Municipal Prof Dorijan Dos Santos :rua Camilo Calazans 828 Valter Cardoso Costa |
| 19. | Escola Municipal Senadora Maria Do Carmo Alves :alto Sao Vicente Sn Estancinha |
| 20. | Escola Municipal Senador Julio Cesar Leite :rua General Pedra 516 Centro |
| 21. | Escola Municipal Senhor Do Bomfim :rua Maria Helena Silva Froes Sn Bomfim |
| 22. | Escola Municipal Tiradentes :povoado Alecrim Sn Alecrim |
| 23. | Escola Municipal Zarria Gabriel Jasmim :av Manoel Bomfim 1418 Bairro Alecrim Alecrim |
| 24. | Escola Pica Pau Amarelo :rua Existente Cj P Amaral 132 Cidade Nova |
| 25. | Escola Professora Mariolanda Souto Santos :rua A Sn Conjunto Piauiti Alagoas |
| 26. | Escola Professor Azarias Santos :rua Da Cachoeira 1275 Cachoeira |
| 27. | Jardim De Infprofa Marocas Monteiro :av Leonardo Ribeiro 90 Sr Do Bomfim |
| 28. | Pre Esc Daisy De Oliveira Garcia :av Ant Fernando Reis Alagoas |
| 29. | Pre Escolar Maria Do Carmo Nascimento Alves :av Santa Cruz 1165 Santa Cruz |

INDIAROA SE

URBANA ESTADUAL

1. Col Est Prof Raimundo Mendonca De Araujo :praca Jackson De Figueiredo 131 Centro
2. Escola Estadual Dionizio Machado :praca Arquibaldo Mendonca De Araujo 612 Centro

RURAL MUNICIPAL

1. Esc Mul Anizio Fontes Torres :distrito Pontal
2. Esc Mul Arquibaldo Mendonca De Araujo :rua 1o De Setembro - Colonia Sergipe 189
3. Esc Mul Dr Eronildes De Carvalho :distrito Muricoca
4. Esc Mul Joao Vilanova :vila Saguim
5. Esc Mul Joaquim Dantas Cardoso :vila Roma
6. Esc Mul Manoel Gomes Dos Reis :vila Gaviaozinho
7. Esc Mul Marechal Arthur Da Costa E Silva :vila Sitio Novo
8. Esc Mul Maria Francisca Bitencourt :distrito Preguica De Baixo
9. Esc Mul Pe Jose Fernando Avila Soares :assentamento Bom Jesus
10. Esc Mul Prefeita Ana Ma Habib Mendonca :distrito Botiquim
11. Esc Mul Tobias Barreto :distrito Cajueirinho
12. Esc Mul Valdemar Silva Carvalho :colonia Boa Vista
13. Esc Municipal Aloizio Campos :vila Tabuleiro Dos Cagados Sn
14. Escola De 1 Grau Prof Antonio F Freitas :distrito Convento
15. Escola Mul Dona Nair Cesar :distrito Preguica De Cima Sn
16. Escola Mul Jose Gomes Da Silva :assentamento Sete Brejos
17. Escola Mul Prof Edeltrudes Silva :vila Nova Descoberta
18. Escola Mul Professora Vivi :colonia Retiro
19. Escola Mul Professor Benedito Oliveira :vila Alto Alegre
20. Escola Municipal Florestan Fernandes :assentamento Chico Mendes
21. Escola Municipal Jackson De Figueiredo :assentamento Bela Vista

22. Escola Municipal Professora Iaia :pov Pedra Do Rumo Sn

23. Escol Mun Joao D Avila Chaves :distrito Terra Caida Sn

URBANA MUNICIPAL

1. Colegio Municipal Antonio Carlos Valadares :praca Da Bandeira 334 Centro

2. Unidade Especifica De Pre - Escolar Profo Luiz Anto :conjunto Senhor Dos Passos Praca Senhor Dos Pa Ssos Centro

ITAPORANGA D´AJUDA SE

Escolas e Outros Estabelecimentos em Educação

URBANA ESTADUAL

1. Colegio Estadual Felisbelo Freire :av Dep Jose Conde Sobral 300 Centro

2. Esc Estadual Pedro Almeida Valadares :rua Roosevelt Menezes Predio Centro

3. Escola Estadual Francisco Sales Sobral :pca Jackson Figueredo Centro

4. Escola Estadual Helio Wanderley Sobral Carvalho :rua Francisco Sobral Garcez Predio Centro

5. Escola Estadual Jose Sobral Garcez :av Gov Arnaldo Rolemberg Garcez Centro

RURAL MUNICIPAL

1. Esc Mul Antonio Francisco Sobral Garcez :povoado Rio Fundo Do Abais Sn

2. Esc Mul Arnaldo Rollemberg Garcez :pov Saco

3. Esc Mul Beatriz Sobral Garcez :pov Araticum

4. Esc Mul Francisco Jose Alves :povoado Rio Fundo Cachoeira

5. Esc Mul Humberto Mandarinino :colonia Tijupepa

6. Esc Mul Profa Ma Antonina Santos Silva :povoado Felix Sn

7. Esc Mul Silvio Sobral Garcez :povoado Telha

8. Esc Mul Vereador Genesio Santana :povoado Nova Descoberta Sn

9. Esc Municipal Alzira Sobral Garcez :povoado Camacari Mirim

10. Esc Municipal Amintas Garcez Vieira :povoado Minante

11. Esc Municipal Antonio Conde Sobral :povoado Costa

12. Esc Municipal Antonio Jose Dos Santos :povoado No Cego

13. Esc Municipal Antonio Muniz Barreto :povoado Morena

14. Esc Municipal Aurelio Dias :povoado Salvador

15. Esc Municipal Aurelio Rezende :povoado Chan

16. Esc Municipal Dep Jose Conde Sobral :povoado Ipanema Zona Rural

17. Esc Municipal Joao Alberto Batista :pov Taboca

18. Esc Municipal Jose Augustinho De Oliveira :povoado Xindubinha I

19. Esc Municipal Jose Freitas Dos Santos :pov Colonia Sape

20. Esc Municipal Jose Sobral Garcez Filho :pov Caueira
 21. Esc Municipal Nicola Mandarino :povoado Oiteiros
 22. Esc Municipal Prof Nilson Barreto Socorro :povoado Sape
 23. Esc Municipal Tenente Jose Carivaldo Da Costa :pov Rio Fundo Do Ponto
 24. Esc Mun Maria Vitoria Franca :pov Tinga
 25. Esc Mun Waldemar Fontes Cardoso :ilha Men De Sa Itaporanga Dajuda
 26. Escola Mul Jose Aelson Correia Sobral :pov Parui
 27. Escola Mul Prof Anizia Dantas Lima :pov Varzea Verde
 28. Escola Mul Tabeliao Jose Henrique Filho :povoado Ladeira
 29. Escola Mul Vereador Otavio Silveira Sobral :pov Varzea Grande
 30. Escola Municipal Abdias De Freitas :pov Moita Formosa Zona Rural
 31. Escola Municipal Adolfo Rolemberg :povoado Agua Bonita
 32. Escola Municipal Gerson Ramos :pov Alto Da Bela Vista Sn Centro
 33. Escola Municipal Joao Batista Sobral :povoado Caueira
 34. Escola Municipal Joao Sobral Garcez :povoado Campos
 35. Escola Municipal Manoel Ventura Do Amaral :povoado Xindubinha
 36. Escola Municipal Maria Augusta Garcez :povoado Assentamento 08 De Marco
 37. Escola Municipal Messias Do Prado Filho :pov Paripore
 38. Escola Municipal Pedro Barreto De Andrade :povoado Gravata
 39. Escola Municipal Rafael Alfano :povoado Duro
 40. Escola Municipal Raimundo Araujo Silva :povoado Arame
 41. Escola Municipal Teofilo Martins Fontes :povoado Tapera
 42. Escola Municipal Venancio Martins Fontes :povoado Mata Do Ipanema
 43. Escola Municipal Vice-governadora Marilia Mandarino :povoado Assentamento Dorcelina Folador Sn Zona Rural
 44. Escola Municipal Vicente Mandarino :pov Agua Boa
- URBANA MUNICIPAL
1. Creche Laurinda Conde Sobral :praca Getulio Vargas Centro
 2. Escola Mul Padre Everaldo Lima :av Jose Conde Sobral 358
 3. Escola Mul Prefeita Maria Das Gracias S Garcez :avenida Emidio Maxi Neto Sn Centro
 4. Escola Municpal Profa Antonieta Gambardella :loteamento Veludo Sn Centro
 5. Jd De Inf Dr Pedro Rubens Da C Barros :av Dep Jose Conde Sobral 162

SANTA LUZIA DO ITANHY SE

Escolas e Outros Estabelecimentos em Educação

| |
|--|
| URBANA ESTADUAL |
| 1. Colegio Estadual Comendador Calazans :rua Barao Do Rio Branco 84 Centro |
| RURAL MUNICIPAL |
| 2. Esc Mul De Ens Fundamental Pe Gaspar Lourenco :povoado Mangabeira Zona Rural |
| 3. Esc Mul De Ens Fund Edezio Souza Neris :povoado Goncala |
| 4. Esc Mul De Ens Fund Idalina Maria Costa :povoado Feirinha |
| 5. Esc Mul De Ens Fund Joao Batista Da Costa :povoado Coqueiro |
| 6. Esc Mul De Ens Fund Mons Jose Paes De Santiago :pov Piassava |
| 7. Esc Mul De Ens Fund Paulo De Souza Vieira :povoado Areia Branca |
| 8. Esc Mul De Ens Fund Raimundo Carvalho Menezes :povoado Rua Da Palha Sn Zona Rural |
| 9. Esc Mul De Ens Fun Paulo Fernandes Ribeiro Soutelo :povoado Pedra Furada |
| 10. Esc Mul De Ensino Fundamental Acrisio Cruz :povoado Campo De Nossa Senhora |
| 11. Esc Mul De Ensino Fund Senador Leite Neto :povoado Cajazeiras |
| 12. Esc Mul Fundamental Luiz Campos :povoado Bom Viver |
| 13. Esc Mun De Ens Fnd Vr Jose Vicente G Dias :povoado Riacho Do Marco |
| 14. Escola Mul De Ens Fun Argemiro Franklim Do Amor :povoado Botequim |
| 15. Escola Mul De Ens Fund Jose Laurindo Dos Santos :povoado Pau Torto |
| 16. Escola Mul De Ensi Fund Reunidas :rua Governador Joao Alves Filho 57 Zona Rural |
| 17. Escola Mul De Ensino Fund Adelson Silveira Lima :povoado Picarreira |
| 18. Escola Mul De Ensino Fund Norberto Jose Cardoso :povoado Murici Zona Rural |
| 19. Escola Mul De Ensino Inf Sit Do Pica Pau Amarelo :conjunto Albano Franco 100 Povoado Crasto Zona Rural |
| 20. Escola Mun De Ensino Fund Nicolau C Dos Santos :povoado Taboa |
| 21. Escola Munic De Ensino Fund Edmar Jose Da Cruz :colonia Priapu Zona Rural |
| URBANA MUNICIPAL |
| 1. Esc Mul De Ensino Infantil Cinderela :rua Antonio Ribeiro Soutelo 9 Centro |
| 2. Escola Mul De Ens Fund Antonio Ribeiro Soutelo :rua Antonio Ribeiro Soutelo 13 Centro |
| 3. Escola Municipal De Ensino Fundamental Jesse Da Sil :rua Padre Joao Florencio Sn Centro |

FONTE: MDS

ANEXO – 8

Relatório consolidado do Bolsa Família

MS / SE / DATASUS

Informações gerais sobre famílias

Período: (DADOS PARCIAIS)

Emissão: 04/05/2015 - 1:01:54 Data da última consolidação 01/05/2015:

Regional: REGIAO ESTANCIA, ARACAJU

Região de Saúde: Estância, Aracaju

Todas as Famílias

Ministério da Saúde

Secretaria de Atenção à Saúde

Departamento de Atenção Básica

Coordenação-Geral da Alimentação e Nutrição

SE

| Município | Famílias Beneficiárias Perfil Saúde | | | | Famílias Acompanhadas | | | | Famílias Não Acompanhadas | | | | |
|-----------------------|-------------------------------------|------------------------|--------------|--|-------------------------|------------------------|--------------|-------|---------------------------|---|-----|-------|-------|
| | Arquivo início vigência | | Complementar | Total de Famílias Beneficiárias Perfil Saúde | Arquivo início vigência | | Complementar | | | | | | |
| | Acomp. obrigatório | Acomp. não obrigatório | | | Acomp. obrigatório | Acomp. não obrigatório | | | | | | | |
| ESTANCIA | 7.132 | 1.110 | 76 | 7.132 | 2.390 | 358 | 0 | 2.390 | 0 | 0 | 38 | 4.704 | 4.742 |
| INDIAROBA | 2.365 | 446 | 41 | 2.365 | 415 | 71 | 0 | 415 | 7 | 2 | 26 | 1.915 | 1.950 |
| SANTA LUZIA DO ITANHY | 2.227 | 395 | 36 | 2.227 | 1.408 | 247 | 0 | 1.408 | 29 | 3 | 110 | 677 | 819 |
| ITAPORANGA D'AJUDA | 4.303 | 742 | 25 | 4.303 | 2.639 | 37 | 0 | 2.639 | 102 | 4 | 35 | 1.523 | 1.664 |

Fonte: Datasus